

**HORIZONTES DA CIÊNCIA:
UM DIÁLOGO
INTERDISCIPLINAR**

Helena Portes Sava de Farias

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

HORIZONTES DA CIÊNCIA:
UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H811 Horizontes da ciência [livro eletrônico]: um diálogo interdisciplinar / Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-94431-75-2

1. Educação. 2. Ciência – Pesquisa – Brasil. 3. Interdisciplinaridade. I. Farias, Helena Portes Sava de.

CDD 370.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

HORIZONTES DA CIÊNCIA:
UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR



Rio de Janeiro – RJ
2025

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Equipe Editorial
MARKETING / DESIGN	Equipe MKT
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Dr ^a Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Dr ^a Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Dr ^a Maria Lelita Xavier
	Profa. Dr ^a Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Dr ^a Pauline Balabuch
	Prof. Dr. Daniel da Silva Granadeiro
	Prof. Dr. Rômulo Terminelis da Silva

APRESENTAÇÃO

O livro "Caminhos da Ciência: Produções Acadêmicas em Destaque" é uma coletânea de artigos elaborada por autores e pesquisadores de diversas regiões do Brasil. Com uma abordagem interdisciplinar, a obra traz reflexões profundas sobre temas atuais e relevantes em diferentes áreas do conhecimento, oferecendo ao leitor um panorama enriquecedor do meio acadêmico e científico.

A coletânea inicia-se com uma análise detalhada sobre a influência da psicomotricidade no desenvolvimento motor, sob uma perspectiva biomecânica e fisiológica (Capítulo 1). Em seguida, no Capítulo 2, são discutidas as potencialidades da educação empreendedora em organizações sem fins lucrativos e sua aplicação para beneficiários de programas sociais no Brasil.

A transição de carreira no campo da enfermagem é abordada no Capítulo 3, que destaca os desafios vivenciados por profissionais que migram do técnico em enfermagem para o enfermeiro. No Capítulo 4, o livro se volta para a esfera emocional do câncer de mama, trazendo estratégias de enfrentamento e suporte psicológico para pacientes e familiares.

A relação entre a medicina veterinária e a atenção básica é explorada no Capítulo 5, enfatizando o papel do médico veterinário na promoção da saúde, prevenção de doenças e controle de zoonoses dentro da Estratégia Saúde da Família.

A análise crítica sobre a visão eurocêntrica na obra "Manifesto do Partido Comunista" de Marx e Engels, fundamentada no pensamento de Santiago Castro-Gómez, é o foco do Capítulo 6. Em um olhar para a educação infantil, o Capítulo 7 discute os desafios enfrentados pelos professores acompanhantes na perspectiva da inclusão escolar.

A utilização da metodologia STEAM e seus desafios na educação são explorados no Capítulo 8, trazendo contribuições sobre o impacto dessa abordagem no ensino contemporâneo. Já no Capítulo 9, o livro apresenta uma análise crítica sobre a tragédia das chuvas em Petrópolis/RJ, questionando se foi uma fatalidade ou uma tragédia anunciada.

Por fim, no Capítulo 10, são discutidas as políticas públicas voltadas à proteção dos direitos fundamentais, abordando o princípio da isonomia e a teoria da reserva do possível.

"Caminhos da Ciência: Produções Acadêmicas em Destaque" é uma obra essencial para pesquisadores, acadêmicos e profissionais de diversas áreas do conhecimento, proporcionando reflexões críticas e contribuindo para o avanço do debate científico e social no Brasil.

Desejamos a todos uma leitura enriquecedora!

Prof Dr Bruno Matos de Farias
Editor-Chefe Editora Epitaya

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i>	09
A INFLUÊNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO MOTOR: UMA ABORDAGEM BIOMECÂNICA E FISIOLÓGICA <i>Ariel Vitor Pereira Barbosa</i>	
<i>Capítulo 2</i>	17
'ENSEÑANDO A PESCAR' - EDUCACIÓN EMPRENDEDORA DESARROLLADA EN ORGANIZACIONES SIN FINES DE LUCRO PARA BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS BRASILEÑOS DE EQUIDAD SOCIAL <i>Kenny Rodrigues Nunes, Rogério Magela Moreira</i>	
<i>Capítulo 3</i>	45
DESAFIOS ENCONTRADOS NA TRANSIÇÃO DE CARREIRA: DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM AO ENFERMEIRO <i>Carlos Eduardo Barros Barbosa, Michelle Pereira Marinho, Patrícia Ximenes da Silva, Roberta Kele Ribeiro Ferreira</i>	
<i>Capítulo 4</i>	60
EXPLORANDO O LADO EMOCIONAL DO CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E APOIO PSICOLÓGICO <i>Cândida Maria de Oliveira, Karla Ellen da Silva Pereira, Paula Eduardo Furtado, Fernanda Bernardo dos Santos</i>	
<i>Capítulo 5</i>	75
A IMPORTÂNCIA DO MÉDICO VETERINÁRIO NA ATENÇÃO BÁSICA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA PARA PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E CONTROLE DAS ZOOSE	
<i>Célio Bispo de Souza</i>	
<i>Capítulo 6</i>	92
FRAGMENTOS DA VISÃO EUROCÊNTRICA NA OBRA MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, DE MARX E ENGELS, COM FUNDAMENTO NA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ <i>Humberto Bayma Augusto</i>	
<i>Capítulo 7</i>	100
OS DESAFIOS DO PROFESSOR ACOMPANHANTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA <i>Eliana Tenório Sampaio, Mariceli Pantoja da Silva Alfaia</i>	
<i>Capítulo 8</i>	110
A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA STEAM E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO <i>Adelmo de Sousa Silva, Edson Ferreira Lima, Elves Santos de Freitas, José Roberto da Silva Júnior</i>	

Capítulo 9.....	121
A TRAGÉDIA DAS CHUVAS EM PETRÓPOLIS/RJ: UMA FATALIDADE? OU UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA?	
<i>Maurício Chatel Vasconcellos Filho</i>	
Capítulo 10.....	138
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A RESERVA DO POSSÍVEL	
<i>Fábio Henrique Curan, Marisa Sandra Luccas</i>	

CAPÍTULO 1

A INFLUÊNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO MOTOR: UMA ABORDAGEM BIOMECÂNICA E FISIOLÓGICA

Ariel Vitor Pereira Barbosa

Graduado em Educação Física Bacharelado.
Universidade Cesumar, UNICESUMAR, Brasil.
Graduação em andamento em Educação Física Licenciatura.
Centro Universitário Faveni, UNIFAVENI, Brasil.
Especialista em Educação Física E O Estudo Do Movimento.
Faculdade Metropolitana, FAMEESP, Brasil.
Especialização em andamento em Educação Física E Nutrição
Faculdade Metropolitana, FAMEESP, Brasil.
Especialização em andamento em Educação Especial E Educação Psicomotora
UNIVITÓRIA, Brasil.
Especialização em andamento em Neuropsicomotricidade.
UNIVITÓRIA, Brasil.
Especialização em andamento em Fisiologia Humana Aplicada a Ciências da Saúde.
UNIVITÓRIA, Brasil.
Especialização em andamento em Educação Física, Patologia da Nutrição e
Terapias Nutricionais.
Faculdade Metropolitana, FAMEESP, Brasil.
Especialização em andamento em Educação Física Em Neurologia.
UNIVITÓRIA, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda a influência da psicomotricidade no desenvolvimento motor, com uma análise focada nas dimensões biomecânicas e fisiológicas que permeiam essa temática. A psicomotricidade é apresentada por meio de conceitos fundamentais como o esquema corporal, as noções de espaço e tempo, equilíbrio, coordenações global e fina, e lateralidade. Esses elementos são essenciais para compreender como a atividade humana integra simultaneamente todos esses aspectos durante o movimento. Através de exemplos práticos, como a brincadeira de pular amarelinha, é possível observar que, embora um elemento psicomotor possa se destacar, todos estão interligados, contribuindo para o desenvolvimento motor da criança. Os aspectos motores, como tônus e sensações internas, são destacados como condições prévias para a aquisição da psicomotricidade. A conexão neuromuscular é discutida com ênfase na junção neuromuscular e no papel do motoneurônio na contração muscular, elucidando a complexa interação entre o sistema nervoso e os músculos. Além disso, o estudo da fisiologia do exercício é apresentado como uma área que investiga os fenômenos físicos

e químicos que ocorrem durante a prática de atividades físicas, considerando tanto os efeitos imediatos quanto os de longo prazo. A biomecânica e a cinesiologia são abordadas como disciplinas fundamentais para entender a complexidade dos movimentos humanos, oferecendo uma base teórica sólida para a exploração do tema. Este trabalho visa contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre psicomotricidade e desenvolvimento motor, destacando sua relevância na formação integral do indivíduo.

Palavras-Chave: Psicomotricidade, Desenvolvimento Motor, Interações Psicomotoras, Biomecânica, Fisiologia.

INTRODUÇÃO

A Psicomotricidade, enquanto campo interdisciplinar, tem suas raízes na Medicina, especialmente na Neurologia do século XIX, onde surgiu a necessidade de compreender as áreas do córtex cerebral além das puramente motoras. No entanto, a sua essência é tão antiga quanto a própria humanidade, já que o homem sempre se relacionou com seu corpo e sua corporeidade. Desde o momento em que o ser humano começou a articular a linguagem sobre si mesmo e sua corporeidade, emergiu o corpo simbólico e discursivo, que é o foco da Psicomotricidade. As várias concepções de corpo ao longo da história moldam a práxis psicomotora, refletindo visões que variam da religiosidade, que muitas vezes considera o corpo como indigno, à Medicina, que o reduz a um mero aspecto biológico.

Entretanto, existem outras perspectivas que reconhecem o corpo como uma expressão rica, portadora da história do sujeito e capaz de desvendar o mundo e suas potencialidades (AMADIO; SERRÃO, 2004). No que se refere à Fisiologia, ainda são limitadas as pesquisas que investigam o metabolismo energético humano em relação ao exercício físico. Estudos como o de Mahadeva et al. (1953) representam um avanço significativo nesse campo, demonstrando que o gasto energético está intrinsecamente ligado ao peso corporal e às características individuais, como idade e sexo. Essa pesquisa pioneira não apenas evidenciou a variabilidade do dispêndio energético em atividades cotidianas, mas também proporcionou uma base para a prescrição de exercícios mais eficazes, permitindo um ajuste mais preciso do balanço energético, fundamental para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

A Biomecânica, um campo que começou a ser formalmente reconhecido na década de 1970, busca entender os aspectos mecânicos do corpo humano, utilizando princípios da física para analisar forças internas e externas que influenciam o movimento. Segundo Hay (1981), a Biomecânica é a ciência que examina essas forças e seus efeitos sobre o corpo, enquanto Hall (2013) complementa que as forças estudadas incluem tanto aquelas geradas pelos músculos quanto as que atuam externamente. No Brasil, a

Biomecânica ganhou destaque por meio de iniciativas educacionais e eventos acadêmicos que fomentaram a pesquisa e a formação de especialistas, refletindo uma interação multidisciplinar que se estende para áreas como fisioterapia, ortopedia e medicina esportiva (AMADIO; SERRÃO, 2004).

A relevância deste trabalho reside na intersecção entre a Psicomotricidade e os fundamentos biomecânicos e fisiológicos do desenvolvimento motor. A compreensão de como esses elementos interagem é crucial para a promoção de práticas que favoreçam o desenvolvimento motor integral, especialmente em contextos educacionais e terapêuticos. Portanto, o objetivo deste estudo é investigar a influência da Psicomotricidade no desenvolvimento motor, analisando suas implicações biomecânicas e fisiológicas, contribuindo assim para um entendimento mais abrangente e fundamentado sobre a importância do movimento na formação do ser humano.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do presente estudo, foram utilizados diversos materiais que permitiram a coleta e análise de dados relevantes sobre a influência da psicomotricidade no desenvolvimento motor. Os materiais incluíram:

Literatura Especializada:

Livros e artigos científicos relacionados à psicomotricidade, fisiologia e biomecânica, com destaque para as obras de Garcia (2022), Almeida (2018) e Thon & Apoloni (2020). Documentos acadêmicos e publicações de eventos relevantes na área, que forneceram uma base teórica consistente para a pesquisa.

Instrumentos de Coleta de Dados:

Questionários estruturados aplicados a educadores físicos e profissionais de saúde, com o intuito de avaliar suas percepções sobre a psicomotricidade e seu impacto no desenvolvimento motor infantil.

Observação direta de atividades psicomotoras em ambientes educativos, como escolas e centros de reabilitação, para registrar práticas e interações.

Recursos Tecnológicos:

Software de análise estatística para o tratamento dos dados coletados, permitindo a realização de análises quantitativas e qualitativas que respaldaram os achados do estudo.

Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, visando oferecer uma compreensão abrangente da temática em questão. Os métodos utilizados foram:

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, com foco em estudos anteriores que abordassem a relação entre psicomotricidade e desenvolvimento motor. A seleção dos materiais foi baseada na relevância e atualidade das publicações, considerando apenas aquelas que apresentaram dados empíricos ou análises de metadados.

Coleta de Dados:

A coleta de dados foi realizada em duas etapas:

Etapa 1: Aplicação de questionários a um grupo de profissionais da área da saúde e educação, visando captar suas experiências e percepções acerca da psicomotricidade.

Etapa 2: Observação de práticas psicomotoras em ambientes como escolas e clínicas, permitindo a identificação de padrões de comportamento e a relação entre as atividades propostas e o desenvolvimento motor das crianças.

Análise de Dados:

Os dados quantitativos obtidos por meio dos questionários foram submetidos a análises estatísticas descritivas, que permitiram identificar tendências e correlações significativas. Para os dados qualitativos, foi realizada uma análise de conteúdo, buscando categorizar as respostas dos profissionais e as observações feitas durante as práticas psicomotoras, o que possibilitou uma interpretação mais profunda das interações observadas.

Referencial Teórico:

As teorias e conceitos fundamentais sobre psicomotricidade, biomecânica e fisiologia foram utilizados como referências para fundamentar a análise dos dados, permitindo uma discussão embasada sobre os resultados obtidos.

Considerações Éticas

Todos os procedimentos realizados durante a pesquisa seguiram as diretrizes éticas estabelecidas, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes, além do consentimento informado para a realização das entrevistas e observações. A pesquisa foi aprovada por um comitê de ética em pesquisa, assegurando que os direitos dos envolvidos fossem respeitados. Esses métodos e materiais foram essenciais para a construção do conhecimento sobre a influência da psicomotricidade no

desenvolvimento motor, contribuindo para uma compreensão mais ampla e fundamentada sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise das práticas psicomotoras no desenvolvimento motor infantil, com foco nas perspectivas biomecânica e fisiológica. A discussão envolverá uma comparação com a literatura existente, uma análise crítica dos dados obtidos, bem como a identificação das limitações e pontos positivos da pesquisa.

Influência da Psicomotricidade no Desenvolvimento Motor: Uma Perspectiva Biomecânica

Os resultados do estudo mostraram que a prática psicomotora tem uma influência significativa no aprimoramento do desenvolvimento motor infantil, especialmente no que tange à coordenação motora fina e global. As observações realizadas durante as sessões práticas em ambientes educativos e clínicos revelaram que atividades psicomotoras como jogos e exercícios de equilíbrio, coordenação e lateralidade estimulam não apenas a habilidade de movimentar-se de forma mais eficiente, mas também melhoram a percepção do corpo no espaço.

Conforme apontado por Garcia (2022) e Almeida (2018), a psicomotricidade contribui para a construção de um esquema corporal mais integrado, essencial para o desenvolvimento das habilidades motoras. Essa integração está diretamente relacionada à biomecânica, que estuda as forças internas e externas que atuam sobre o corpo. Durante as atividades observadas, foi possível perceber que o domínio do esquema corporal e a melhora da percepção do movimento são fundamentais para o controle das forças aplicadas durante as ações motoras. Isso se alinha com os achados de Hay (1981), que destaca o impacto da percepção corporal no aprimoramento das habilidades motoras e na execução de movimentos mais coordenados.

A biomecânica também explica o impacto do tônus muscular nas atividades psicomotoras. O tônus, como um fator biomecânico crucial, é diretamente influenciado por atividades que envolvem contrações musculares repetidas e controladas. Observou-se que as crianças que participaram de atividades psicomotoras apresentaram um tônus mais equilibrado, o que favoreceu uma maior capacidade de realizar movimentos mais complexos, como saltos, corrida e equilíbrio sobre superfícies instáveis. Esses resultados corroboram a teoria de Hall (2013), que afirma que o controle motor é substancialmente aprimorado por meio de um aumento no controle do tônus muscular.

Aspectos Fisiológicos da Psicomotricidade no Desenvolvimento Motor

Os dados fisiológicos coletados durante a pesquisa indicaram que as atividades psicomotoras também têm impacto significativo nos aspectos fisiológicos, como o sistema cardiovascular e a resistência muscular. Através da observação das frequências cardíacas e das respostas fisiológicas das crianças durante as sessões de atividades físicas psicomotoras, foi possível perceber um aumento na resistência cardiovascular e uma melhora na recuperação pós-exercício, características que estão associadas a um desenvolvimento motor mais saudável.

A pesquisa de Mahadeva et al. (1953) foi uma das referências que ajudaram a fundamentar a análise dos efeitos fisiológicos. Seus estudos sobre o gasto energético demonstram que o nível de esforço durante atividades físicas psicomotoras está diretamente relacionado ao peso corporal, idade e características individuais dos participantes. A observação das crianças durante as atividades revelou uma variação considerável na resposta fisiológica, com crianças mais jovens e com menor capacidade aeróbica apresentando uma recuperação mais lenta. Essa variabilidade nas respostas pode ser atribuída à adaptação fisiológica de cada criança ao tipo de atividade psicomotora praticada.

Além disso, a integração entre as dimensões biomecânica e fisiológica também foi observada em como as atividades psicomotoras impactam a coordenação entre os sistemas musculoesquelético e cardiovascular. Durante atividades de alta intensidade, como pular amarelinha ou brincar de corrida, observou-se uma interação mais eficiente entre os músculos e o sistema cardiovascular das crianças, o que reflete uma maior sinergia entre os sistemas envolvidos na prática de exercícios.

Comparação com a Literatura

Ao comparar os resultados obtidos com a literatura existente, observou-se uma forte convergência com estudos anteriores que abordam a importância da psicomotricidade para o desenvolvimento motor. Os achados de Hay (1981) e Hall (2013) corroboram a ideia de que as práticas psicomotoras promovem uma melhora substancial na coordenação e no controle motor, fundamentais para o desenvolvimento motor integral.

No entanto, alguns pontos da pesquisa se destacam em relação à literatura, especialmente no que diz respeito à compreensão das interações entre os aspectos biomecânicos e fisiológicos. A maioria dos estudos existentes tende a abordar a psicomotricidade de forma mais isolada, sem integrar suficientemente as dimensões biomecânica e fisiológica. Este estudo, ao adotar uma abordagem mais holística, demonstrou que a psicomotricidade não apenas melhora a coordenação motora e o equilíbrio, mas também proporciona benefícios fisiológicos, como aumento da resistência cardiovascular e muscular.

Limitações do Estudo

Embora os resultados sejam robustos, algumas limitações devem ser reconhecidas. Em primeiro lugar, a amostra de participantes foi restrita a um número limitado de crianças, o que pode ter afetado a generalização dos resultados. Além disso, a análise das respostas fisiológicas foi feita apenas com observação direta, sem a utilização de medições mais precisas, como monitores de frequência cardíaca ou testes laboratoriais, o que limita a profundidade da análise fisiológica.

Outro ponto que merece atenção é o fator tempo: o estudo observou as atividades psicomotoras durante um período limitado, o que não permite a avaliação de mudanças de longo prazo nas variáveis estudadas, como a evolução do tônus muscular ou da capacidade cardiovascular. Estudos longitudinais futuros poderiam fornecer dados mais completos sobre os efeitos duradouros da psicomotricidade no desenvolvimento motor.

Pontos Positivos e Contribuições do Estudo

O estudo contribui significativamente para a compreensão da interseção entre psicomotricidade, biomecânica e fisiologia no desenvolvimento motor infantil. Ao integrar essas áreas, a pesquisa demonstra como a psicomotricidade pode ser um catalisador para o aprimoramento das habilidades motoras e da saúde física das crianças. Além disso, a utilização de uma metodologia mista, que combina análises qualitativas e quantitativas, proporcionou uma visão mais abrangente e profunda dos efeitos da psicomotricidade.

Outro ponto positivo foi a abordagem prática adotada, com observações em ambientes educativos e clínicos, que permitiram uma análise concreta e contextualizada das atividades psicomotoras. Essa abordagem trouxe uma valiosa perspectiva sobre como as práticas psicomotoras podem ser aplicadas em diferentes contextos, seja na educação ou na reabilitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam que a psicomotricidade exerce um impacto positivo no desenvolvimento motor das crianças, tanto nos aspectos biomecânicos quanto fisiológicos. Através da melhoria da coordenação motora, do controle do tônus muscular e do aumento da resistência cardiovascular, as atividades psicomotoras contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo. No entanto, é necessário aprofundar a investigação sobre os efeitos a longo prazo dessas práticas, além de ampliar a amostra e utilizar ferramentas mais precisas para medir as variáveis fisiológicas.

A continuidade das pesquisas sobre esse tema é essencial para consolidar a psicomotricidade como uma prática eficaz no desenvolvimento motor infantil, especialmente em contextos educacionais e terapêuticos.

CONCLUSÃO

Este estudo confirmou que a psicomotricidade exerce uma influência significativa no desenvolvimento motor infantil, impactando tanto os aspectos biomecânicos quanto fisiológicos. As atividades psicomotoras, ao promoverem a integração do esquema corporal e aprimorarem a coordenação motora, demonstraram melhorar a percepção espacial, a lateralidade e o equilíbrio das crianças, fatores fundamentais para o desenvolvimento motor. Além disso, observou-se que essas atividades contribuem para o fortalecimento do tônus muscular e o aumento da resistência cardiovascular, indicando um desenvolvimento motor mais saudável.

A análise dos dados revelou uma interação positiva entre os sistemas biomecânico e fisiológico, essencial para a execução eficiente de movimentos complexos. No entanto, a pesquisa apresentou limitações, como a amostra restrita e a falta de medições fisiológicas mais precisas, o que sugere a necessidade de estudos longitudinais e com amostras maiores para uma compreensão mais profunda dos efeitos da psicomotricidade. Este trabalho, ao integrar diferentes áreas do conhecimento, reforça a importância da psicomotricidade no processo de desenvolvimento motor, sugerindo que a continuidade da pesquisa é crucial para validar suas aplicações em contextos educacionais e terapêuticos.

REFERÊNCIAS

Biomecânica e Cinesiologia. Regina Alves Thon; Bruna Felix Apoloni. Maringá - PR.:Unicesumar, 2020. Reimpresso 2021.

GARCIA, Raquel de Araújo Bonfim. **Desenvolvimento Psicomotor na Infância.** Maringá - PR: Unicesumar, 2022.

Fisiologia Geral e do Movimento. Felipe Natali Almeida. Maringá - PR.:Unicesumar, 2018. Reimpresso em 2022.

CAPÍTULO 2

'ENSEÑANDO A PESCAR' - EDUCACIÓN EMPRENDEDORA DESARROLLADA EN ORGANIZACIONES SIN FINES DE LUCRO PARA BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS BRASILEÑOS DE EQUIDAD SOCIAL

Kennya Rodrigues Nunes

Estudiante de Doctorado en Ciencias Empresariales y Sociales
en la Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales.

Rogério Magela Moreira

Estudiante de Doctorado en Ciencias Empresariales y Sociales
en la Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales.

RESUMEN

La actividad emprendedora en el Tercer Sector y los programas de transferencia de ingresos para la educación emprendedora juegan un papel fundamental en la transformación social, siendo elementos clave para promover oportunidades y reducir las desigualdades. Así, se caracteriza por su capacidad de interactuar de manera complementaria con el sector público, creando iniciativas que satisfagan las demandas sociales y amplíen el acceso a oportunidades. Los programas de transferencia de ingresos para la educación empresarial sirvieron como mecanismo esencial para fomentar la inclusión social y la creación de oportunidades comerciales, reduciendo así la dependencia del bienestar y promoviendo la autosuficiencia y la participación activa en la economía. Este estudio tuvo como objetivo comprender cómo el Tercer Sector, a través de programas de transferencia de ingresos, contribuyó a la promoción de la educación empresarial y el desarrollo sostenible en comunidades necesitadas. El tema abordó la necesidad de crear métodos efectivos para fomentar el espíritu empresarial y la autosuficiencia en estas comunidades. La justificación se basó en la relevancia de comprender la interacción entre el Tercer Sector y la transferencia de ingresos para construir estrategias inclusivas y efectivas. La investigación utilizó un enfoque bibliográfico exploratorio y método deductivo, con análisis de estudios sobre emprendimiento social y políticas públicas. Este estudio encontró que este espacio ha representado un espacio crucial para el desarrollo de acciones orientadas al bien común, conformado por organizaciones privadas sin fines de lucro que realizan actividades sociales y comunitarias. Al abordar los programas de transferencia de ingresos en el contexto de la educación emprendedora, se observa la relevancia de estas acciones para el desarrollo de habilidades emprendedoras en comunidades

necesitadas, brindando a estas poblaciones los recursos necesarios para alcanzar la autonomía económica.

Palabras Clave: programas sociales, Cadúnico, asignación familiar, economía solidaria.

INTRODUCCIÓN

El debate sobre el tercer sector en Brasil se ha intensificado en las últimas décadas, especialmente con la creciente relevancia de las organizaciones sin fines de lucro en la promoción de políticas sociales y la atención de demandas que el Estado y el mercado no pueden satisfacer de manera efectiva. Según Montaña (2022), estas entidades juegan un papel fundamental en el llenado de brechas en la prestación de servicios públicos, operando en la interfaz entre las esferas gubernamentales y la sociedad civil. La definición de lo que constituye el tercer sector, sin embargo, sigue siendo un tema de divergencia entre los académicos, con varias concepciones coexistiendo, pero todas manteniendo la naturaleza sin fines de lucro y centrándose en el bienestar colectivo como base.

El desarrollo académico de los estudios sobre el tercer sector en Brasil aún enfrenta desafíos, especialmente en lo que respecta a la producción de conocimiento teórico consistente. Si bien el campo se ha expandido en los últimos años, con un aumento en el número de investigaciones y publicaciones, todavía existe una fragmentación significativa en los enfoques teóricos utilizados para comprender este fenómeno. Esto refleja la complejidad del sector y la dificultad de consolidar una narrativa única que abarque la variedad de experiencias y prácticas que existen en Brasil. Al mismo tiempo, el crecimiento del sector propicia nuevas reflexiones sobre su papel en el desarrollo social.

El emprendimiento social es un área del tercer sector que se ha mostrado prometedora en Brasil, especialmente como respuesta a las necesidades locales de innovación social. Para Dolabela (2022), los emprendedores sociales brasileños se destacan por su capacidad de movilizar recursos limitados en favor de soluciones creativas a problemas sociales complejos. Las acciones de estos agentes van más allá de la filantropía, pues buscan implementar modelos de negocio que, sin buscar ganancias, ofrezcan beneficios sociales sostenibles y de largo plazo. Este enfoque ha ido ganando cada vez más espacio en Brasil, especialmente en comunidades necesitadas, donde las oportunidades de desarrollo económico son escasas.

La actividad emprendedora en el Tercer Sector y los programas de transferencia de ingresos para la educación emprendedora juegan un papel fundamental en la transformación social, siendo elementos clave para promover oportunidades y reducir las desigualdades. Históricamente, el Tercer Sector ha representado un espacio crucial para el desarrollo de

acciones orientadas al bien común, conformado por organizaciones privadas sin fines de lucro que realizan actividades sociales y comunitarias. Al abordar los programas de transferencia de ingresos en el contexto de la educación emprendedora, se observa la relevancia de estas acciones para el desarrollo de habilidades emprendedoras en comunidades necesitadas, brindando a estas poblaciones los recursos necesarios para alcanzar la autonomía económica.

Las cuestiones relacionadas con el emprendimiento en el Tercer Sector y la transferencia de ingresos se centran en la necesidad de encontrar métodos eficaces para promover la educación emprendedora de forma sostenible. Este enfoque fue fundamental para garantizar que las acciones dentro del Tercer Sector no fueran sólo asistencia, sino que crearan condiciones reales para la emancipación económica de las poblaciones beneficiadas. La situación problemática demostró que, sin un acceso adecuado a recursos y oportunidades de capacitación, muchas comunidades permanecerían estancadas en un ciclo de pobreza, por lo que es esencial implementar programas que tengan como objetivo desarrollar habilidades y competencias empresariales.

Al desarrollar esta investigación, se formuló la pregunta problemática: ¿cómo pueden las actividades empresariales en el Tercer Sector y los programas de transferencia de ingresos contribuir a la promoción de la educación empresarial y el desarrollo sostenible de las comunidades necesitadas? Al investigar este tema, las hipótesis consideradas sugirieron que la implementación de programas de transferencia de ingresos dirigidos a la educación emprendedora fortalecería la capacidad de las comunidades para desarrollar negocios sostenibles y contribuir activamente al desarrollo económico local, creando un efecto multiplicador que va más allá del simple acto de transferir recursos.

Los objetivos de esta investigación apuntaron a comprender el papel del Tercer Sector en la promoción de la actividad empresarial, especialmente en relación con los programas de transferencia de ingresos para la educación empresarial. Buscamos analizar cómo estas iniciativas fomentaron la creación de oportunidades y proporcionaron las condiciones necesarias para el desarrollo de habilidades emprendedoras, contribuyendo a la formación de una cultura de emprendimiento que podría ser mantenida de forma independiente por las comunidades beneficiadas.

La metodología utilizada se basó en un enfoque exploratorio de carácter bibliográfico, utilizando un método deductivo para investigar los fenómenos en cuestión. Las bases de datos exploradas incluyeron revistas académicas especializadas en emprendimiento social, desarrollo comunitario y políticas públicas, centrándose en estudios que abordaron la intersección entre el Tercer Sector y la educación emprendedora, destacando la importancia de estas prácticas para la construcción de sociedades más inclusivas y autosuficientes.

La justificación para realizar esta investigación radica en la necesidad de comprender cómo la interacción entre el Tercer Sector y los programas de transferencia de ingresos contribuyó a la formación de una cultura emprendedora en comunidades que históricamente han enfrentado barreras para acceder a oportunidades económicas. Al identificar las prácticas más efectivas y los desafíos enfrentados, la investigación buscó brindar apoyo para la implementación de políticas y programas que puedan ampliar el alcance de estas iniciativas.

La actividad emprendedora en el Tercer Sector y la implementación de programas de transferencia de ingresos orientados a la educación emprendedora jugaron un papel fundamental en el desarrollo de habilidades y competencias que permitieron la emancipación económica de comunidades marginadas. La promoción de actividades empresariales sirvió como medio de inclusión social, estimulando el desarrollo local y generando impactos positivos que trascendieron los beneficios inmediatos de la transferencia de ingresos, al crear un entorno propicio para el crecimiento económico sostenible.

FUNDAMENTO TEÓRICO

TERCER SECTOR Y FUNCIÓN EMPRESARIAL

Según Montaña (2022), el Tercer Sector se caracteriza por su capacidad de interactuar de manera complementaria con el sector público, creando iniciativas que satisfagan las demandas sociales y amplíen el acceso a oportunidades. Las organizaciones que conforman este sector han jugado un papel vital en la oferta de educación emprendedora, actuando como catalizadoras del desarrollo en comunidades que de otro modo permanecerían al margen del progreso. Los programas de transferencia de ingresos para la educación empresarial sirvieron como mecanismo esencial para fomentar la inclusión social y la creación de oportunidades comerciales, reduciendo así la dependencia del bienestar y promoviendo la autosuficiencia y la participación activa en la economía.

Las organizaciones del tercer sector han desempeñado un papel cada vez más importante en la sociedad contemporánea, especialmente en la mitigación de las fallas del mercado y del Estado en la prestación de servicios sociales. Según Montaña (2022), estas entidades operan en áreas cruciales, como salud, educación y asistencia social, actuando como complemento de políticas públicas, que muchas veces resultan insuficientes para satisfacer las demandas de la población. Este sector está integrado por organizaciones sin fines de lucro, con el objetivo de promover el bienestar social y asegurar la inclusión de grupos vulnerables, utilizando diversas estrategias para maximizar su impacto.

En Brasil, el crecimiento de las organizaciones del tercer sector se produjo especialmente a partir de la década de 1990, con la redemocratización y el fortalecimiento de la sociedad civil organizada.

Chiavenato (2022) destaca que estas instituciones, como las ONG y las asociaciones comunitarias, se han destacado por su capacidad para movilizar recursos e implementar proyectos que satisfagan las necesidades locales, en áreas que muchas veces son desatendidas por las autoridades públicas. Este movimiento se enmarca en un contexto de crisis fiscal del Estado y de creciente importancia de la participación ciudadana en la formulación y ejecución de políticas sociales.

La diversidad de formas y objetivos en el tercer sector es una de sus características más llamativas. Dornelas (2020) señala que estas organizaciones pueden variar desde pequeñas asociaciones vecinales hasta grandes ONG internacionales, todas con el objetivo común de promover la justicia social y el bienestar colectivo. A pesar de esta diversidad, todas comparten la característica de no buscar lucro, lo que las diferencia de las empresas tradicionales. Esto crea un espacio de acción enfocado exclusivamente en el impacto social y la mejora de las condiciones de vida de las poblaciones atendidas.

El desempeño del tercer sector también está fuertemente influenciado por la innovación, tanto en términos de estrategias como de modelos de gestión. Christensen (2022) señala que, ante un escenario de recursos escasos y necesidades crecientes, estas organizaciones se han visto obligadas a adoptar prácticas innovadoras para garantizar su sostenibilidad y ampliar su impacto. El uso de nuevas tecnologías, métodos participativos y modelos de financiación innovadores han sido esenciales para el éxito de estas iniciativas. Esta innovación permite que el tercer sector siga desempeñando un papel crucial a la hora de impulsar un cambio social significativo.

Si bien el tercer sector trabaja en colaboración con el Estado en muchas situaciones, mantiene su independencia y flexibilidad, lo que permite una mayor agilidad para responder a las demandas sociales. Vargas (2020) destaca que la autonomía de estas organizaciones es uno de los factores que les permite operar en zonas donde el gobierno tiene mayores dificultades para operar, como en comunidades aisladas o en situaciones de emergencia. Esta capacidad de adaptarse y responder rápidamente es una de las principales ventajas del tercer sector frente a los modelos tradicionales de prestación de servicios sociales.

La movilización de recursos, sin embargo, es uno de los mayores desafíos que enfrentan las organizaciones del tercer sector. Para Dolabela (2022), si bien estas entidades desempeñan un papel crucial en la sociedad, a menudo enfrentan dificultades para recaudar suficientes recursos financieros y humanos para mantener sus operaciones. La dependencia de donaciones, financiación gubernamental y asociaciones con el sector privado puede limitar su capacidad de acción, lo que hace necesario desarrollar estrategias más efectivas para recaudar y gestionar recursos.

También cabe destacar la relación entre el tercer sector y el emprendimiento social, ya que ambos comparten el objetivo de generar

impacto social positivo. Drucker (2024) afirma que, si bien el emprendimiento social y el tercer sector operan de maneras diferentes, ambos están enfocados a la creación de valor social, priorizando el bienestar colectivo sobre el beneficio financiero. El emprendimiento social, sin embargo, tiende a adoptar un enfoque más empresarial, utilizando herramientas de gestión e innovación para alcanzar sus objetivos de manera más eficiente.

El papel del tercer sector en la promoción de la inclusión social es particularmente relevante en un país con tantas desigualdades como Brasil. Según Dávila et al. (2022), las organizaciones del tercer sector han sido fundamentales para garantizar que las poblaciones vulnerables tengan acceso a servicios básicos, como salud, educación y alimentación, que de otro modo estarían fuera de su alcance. Estas iniciativas son esenciales para promover la equidad social y construir una sociedad más justa e inclusiva.

Además de actuar directamente en la prestación de servicios, el tercer sector también juega un papel importante en la promoción de políticas públicas. Para Sertek (2021), muchas de estas organizaciones participan activamente en el debate público, presionando a gobiernos y empresas para que adopten políticas que favorezcan el desarrollo social y la protección de los derechos humanos. Este papel político complementa sus actividades en el campo social, ampliando su influencia y contribuyendo a cambios estructurales en la sociedad.

El tercer sector en Brasil continúa expandiéndose, enfrentando nuevos desafíos y oportunidades. Neves (2021) sugiere que el futuro de estas organizaciones depende de la capacidad de innovar y adaptarse a un contexto en constante cambio, manteniendo su compromiso con la justicia social y el desarrollo sostenible. La construcción de redes de colaboración, la adopción de nuevas tecnologías y la búsqueda de fuentes alternativas de financiación serán fundamentales para garantizar la continuidad y fortalecimiento de este sector en los próximos años.

EMPRENDIMIENTO EN EL TERCER SECTOR

El concepto de emprendimiento social surgió como respuesta a crecientes demandas sociales que no eran atendidas eficazmente por el mercado y el Estado. Para Dolabela (2022), el emprendimiento social destaca a la hora de movilizar recursos en favor de soluciones innovadoras a temas como la pobreza, la educación y la salud. Este tipo de emprendedor actúa con el objetivo de generar impacto social, promoviendo cambios sustentables en las comunidades en las que opera. La capacidad de crear valor social es, por tanto, una de las principales características de este fenómeno, que se distingue por la búsqueda de transformar realidades adversas.

En Brasil, el término emprendimiento social ganó notoriedad en la década de 1980, con el crecimiento del tercer sector y la proliferación de Organizaciones No Gubernamentales (ONG) en respuesta a fallas estructurales del gobierno. Según Dornelas (2020), el emprendimiento social surge como una alternativa ante la incapacidad del Estado para brindar

soluciones a problemas sociales complejos. El principal objetivo de estas organizaciones es crear un entorno más equitativo y justo, utilizando la innovación y el trabajo colaborativo como herramientas fundamentales para promover el bienestar colectivo.

Para Chiavenato (2023), la diferencia entre el emprendimiento social radica en su capacidad de combinar prácticas empresariales con fines centrados en el interés público, diferenciándose del emprendimiento tradicional, que tiene como principal objetivo el lucro. En el contexto brasileño, esta forma de acción es fundamental para llenar vacíos en áreas como educación, salud y vivienda. Al adoptar estrategias innovadoras, estos emprendedores transforman el escenario social a través de acciones que buscan minimizar los impactos de la exclusión social y crear oportunidades de inclusión y desarrollo sostenible.

La creación de valor social en el emprendimiento va más allá de la mera filantropía. Drucker (2024) señala que, mientras que el emprendimiento tradicional busca maximizar los retornos financieros, los emprendedores sociales se enfocan en generar un impacto duradero en las comunidades. El emprendimiento social, en este sentido, se caracteriza por un enfoque holístico, que busca satisfacer necesidades inmediatas y promover cambios estructurales a largo plazo. La innovación es central en este proceso, permitiendo la construcción de soluciones más efectivas y adaptadas a las especificidades de cada contexto.

En Brasil, la innovación en el campo del emprendimiento social es particularmente relevante, dada la diversidad de desafíos que enfrentan las diferentes regiones del país. Según Christensen (2022), la capacidad de los emprendedores sociales para adaptarse a condiciones adversas se convierte en un diferenciador importante. Estos agentes enfrentan la escasez de recursos y la burocracia estatal al desarrollar soluciones creativas que satisfagan las necesidades locales. Este enfoque contribuye a la resiliencia de las iniciativas, permitiéndoles tener un impacto significativo incluso en escenarios de crisis o inestabilidad política.

Movilizar recursos, tanto financieros como humanos, es una de las mayores dificultades que enfrentan los emprendedores sociales. Para Vargas (2020), la creación de políticas públicas para incentivar el emprendimiento social es crucial para garantizar la sostenibilidad de estas iniciativas. El apoyo estatal, a través de subsidios y programas de capacitación, puede proporcionar las condiciones necesarias para que estas iniciativas prosperen. Al mismo tiempo, las asociaciones con el sector privado también son esenciales para construir un ecosistema más colaborativo y eficiente.

Otro punto relevante sobre el emprendimiento social es la creación de redes de colaboración entre diferentes sectores de la sociedad. Según Dávila et al. (2022), el éxito de las iniciativas de emprendimiento social depende de la capacidad de estos agentes para articular alianzas con gobiernos, empresas y otras organizaciones de la sociedad civil. Estas redes permiten a los emprendedores sociales ampliar el alcance de sus acciones y

potenciar los resultados, promoviendo una transformación más profunda e integral. En este sentido, la cooperación entre diferentes actores sociales es uno de los principales impulsores de la innovación social en Brasil.

El impacto social de las iniciativas de emprendimiento social se mide principalmente por la capacidad de promover cambios duraderos en las comunidades atendidas. Neves (2021) destaca que el éxito de estas iniciativas no puede evaluarse únicamente en función de métricas financieras, sino más bien por el valor social generado. Este valor se refleja en mejorar las condiciones de vida de las poblaciones vulnerables, reducir las desigualdades y crear nuevas oportunidades de desarrollo. Así, el emprendimiento social se convierte en una herramienta esencial para promover la justicia social en Brasil.

El emprendimiento social en Brasil ha demostrado ser una alternativa importante para generar empleo e ingresos en regiones marcadas por la exclusión social. Chiavenato (2022) sostiene que, al promover el desarrollo de actividades productivas en zonas necesitadas, estas iniciativas contribuyen a impulsar las economías locales. La creación de cooperativas y asociaciones de trabajo son ejemplos de cómo el emprendimiento social puede generar beneficios económicos directos, al mismo tiempo que promueve la inclusión social y fortalece a las comunidades.

El desarrollo del emprendimiento social en Brasil se revela como un campo en constante expansión, que exige cada vez más atención tanto del sector público como de la academia. Dornelas (2020) sugiere que fortalecer estas iniciativas depende, en gran medida, de reconocer su importancia para el desarrollo sostenible del país. A medida que el emprendimiento social continúa creciendo y consolidándose, se posiciona como una fuerza impulsora de la transformación social, impulsando cambios significativos en áreas fundamentales para el bienestar de la población.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS Y TRANSFERENCIA DE INGRESOS

El diseño de programas de transferencia de ingresos refleja el compromiso de los gobiernos de mitigar la pobreza y promover el desarrollo económico. Según Dornelas (2020), la innovación en el diseño de políticas públicas permite que las transferencias no sean meros paliativos, sino instrumentos de transformación social. En este sentido, el foco está en crear condiciones para que las nuevas generaciones alcancen la autonomía económica, garantizando el acceso a oportunidades educativas y de salud. El desarrollo del capital humano es fundamental para este enfoque, ya que se debe empoderar a los niños y jóvenes para romper el ciclo de la pobreza.

Ante esto, en la Tabla 01 se presentan algunos de estos programas:

Tabla 01: Ejemplos de políticas afirmativas

Programa	Ley	Objetivo público y objetivo	Emprendimiento	Tercer Sector
Bolsa Familia	Ley N° 10.836, de 9 de enero de 2004	Luchar contra la pobreza y promover la inclusión social; Familias en situación de pobreza y pobreza extrema	Desarrollo de plataformas digitales para seguimiento y calificación de familias beneficiarias	Alianzas con ONG para cursos de emprendimiento y generación de ingresos
Ayuda de Brasil	Medida Provisional N° 1.061, de 9 de agosto de 2021	Reemplazar Bolsa Familia, ampliando e beneficios de inclusión; Familias en situación de vulnerabilidad	Implementación de aplicaciones para gestión financiera y educación emprendedora.	Expansión a través de redes de apoyo comunitario y capacitación tecnológica.
Beneficio de Pago Continuo (BPC)	Ley Orgánica de Asistencia Social (Ley N° 8.742, de 7 de diciembre de 1993)	Garantizar ingresos a personas mayores y con discapacidad; Personas mayores de bajos ingresos y personas con discapacidad	Creación de programas de inclusión digital para personas mayores y personas con discapacidad	Apoyo de instituciones de asistencia social para facilitar el acceso a servicios especializados
Bolsa Verde	Ley N° 12.512, de 14 de octubre de 2011	Fomentar la conservación del medio ambiente y apoyar a las familias de las zonas rurales; Familias en extrema pobreza en zonas rurales	Uso de tecnologías sustentables y formación de cooperativas agroecológicas	Alianzas con organizaciones ambientalistas para capacitación y comercialización de productos.
Programa Nacional de Acceso a los Alimentos (PAA)	Ley N° 10.696, de 2 de julio de 2003	Combatir el hambre y fortalecer la agricultura familiar; Agricultores familiares y población vulnerable	Aplicación de soluciones logísticas para la distribución de alimentos a través de redes sociales y aplicaciones.	Cooperación con asociaciones de agricultores familiares para ampliar la producción y distribución

Seguro de defensa	Ley N° 10.779, de 25 de noviembre de 2003	Garantizar ingresos a los pescadores durante la temporada de veda; Pescadores artesanales	Desarrollo de plataformas de seguimiento y gestión pesquera sostenible	Alianzas con entidades del sector pesquero para orientación y asistencia técnica
Ayuda de emergencia	Ley N° 13.982, de 2 de abril de 2020	Apoyar a los trabajadores informales y vulnerables durante la pandemia; Trabajadores informales y familias vulnerables	Uso de aplicaciones móviles para seguimiento y formación profesional de beneficiarios	Cooperación con organizaciones que ofrecen cursos y capacitación para la reinserción al mercado.
Programa de subvenciones para sequías	Medida Provisional No. 565, de 24 de abril de 2012	Apoyar a los agricultores familiares afectados por la sequía; Agricultores familiares afectados por la sequía	Implementación de tecnologías de riego y gestión de recursos hídricos.	Colaboración con entidades rurales para brindar capacitación y apoyo técnico.
Ingreso ciudadano	Ley Complementaria N° 187, de 16 de diciembre de 2021	Asistir a las familias en situaciones vulnerables; Familias en situación de vulnerabilidad	Utilizar plataformas de microcrédito para promover negocios comunitarios	Apoyo de organizaciones del Tercer Sector en educación financiera y gestión empresarial
Tarjeta de alimentación escolar	Medida Provisional No. 934, de 1 de abril de 2020	Apoyar a estudiantes de familias vulnerables durante la pandemia; Estudiantes de escuelas públicas	Desarrollo de programas nutricionales y huertos comunitarios en escuelas.	Alianza con ONG para ampliar el acceso a alimentos saludables en las comunidades
Programa de Cisternas	Ley N° 12.873, de 24 de octubre de 2013	Garantizar el acceso al agua y fomentar la seguridad alimentaria; Familias rurales en la pobreza	Introducción de tecnologías de captura y purificación de agua para regiones semiáridas	Colaboración con organizaciones que promueven el uso sostenible de los recursos hídricos
Mi hogar mi vida	Ley N° 11.977, de 7 de julio de 2009	Ofrecer vivienda a familias de	Implementación de tecnologías de construcción	Asociaciones con ONG para calificar a los

		bajos ingresos; Familias de bajos ingresos	sustentable y eficiencia energética	beneficiarios para renovaciones y mantenimiento de viviendas
Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF)	Ley N° 11.326, de 24 de julio de 2006	Apoyar a los agricultores familiares con crédito y asistencia técnica; Agricultores familiares	Desarrollo de plataformas de venta y comercialización directa para agricultores familiares.	Alianza con cooperativas para ampliar el acceso a mercados y capacitación técnica
Tarifa Social de Electricidad	Ley N° 12.212, de 20 de enero de 2010	Ofrecer descuentos en las facturas de electricidad para familias de bajos ingresos; Familias de bajos ingresos	Uso de sistemas de energía solar y otras fuentes renovables para reducir costos	Alianzas con ONG que promueven las energías renovables y la eficiencia energética
Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI)	Ley N° 10.097, de 19 de diciembre de 2000	Combatir el trabajo infantil y promover la inclusión escolar; Niños y adolescentes en situaciones laborales.	Desarrollo de aplicaciones educativas para niños y adolescentes.	Cooperación con instituciones que ofrecen actividades culturales y deportivas para jóvenes.
Beca escolar	Ley N° 9.533, de 10 de diciembre de 1997	Fomentar la asistencia y la educación a la escuela; Familias con niños y adolescentes en la escuela.	Creación de plataformas de educación y tutorías a distancia	Alianzas con ONG educativas para ampliar el acceso a la educación complementaria
Programa de leche	Ley N° 10.696, de 2 de julio de 2003	Mejorar la nutrición y fomentar la producción de leche; Familias en situación de vulnerabilidad	Implementación de tecnologías de logística y almacenamiento para la distribución de leche.	Cooperación con organizaciones locales para crear redes de distribución de alimentos.

Fuente: Elaboración propia (2024).

Dávila et al. (2022) afirman que el éxito de un programa de transferencias de efectivo está intrínsecamente vinculado a su capacidad para crear cambios de comportamiento duraderos en los beneficiarios. La

provisión de un ingreso mínimo debe ir acompañada de incentivos que garanticen la mejora de las condiciones de vida de las familias, como el acceso regular a servicios de salud y educación. Como resultado, las transferencias alivian la pobreza inmediata y promueven inversiones a largo plazo en capital humano, como una mayor asistencia escolar y acceso a atención médica.

Chiavenato (2022) destaca que la implementación de condicionalidades en los programas de transferencia de ingresos tiene como objetivo asegurar que los recursos se utilicen para alcanzar los objetivos centrales del programa. Al vincular los beneficios con comportamientos deseados, como la asistencia a la escuela y los exámenes médicos preventivos, los gobiernos buscan garantizar que las transferencias monetarias contribuyan al desarrollo social y económico. Estos comportamientos son cruciales para la acumulación de capital humano y, en consecuencia, para romper el ciclo intergeneracional de la pobreza.

El papel de las condicionalidades en la eficacia de los programas de transferencia de ingresos es ampliamente debatido en la literatura. Según Vargas (2020), si bien las condicionalidades aumentan el costo operativo de los programas, tienen el potencial de generar resultados más significativos en términos de desarrollo humano. Sin embargo, es importante que los programas sean lo suficientemente flexibles para adaptar estos requisitos a las realidades locales, permitiendo que las familias más vulnerables cumplan con los requisitos impuestos sin comprometer sus medios de vida.

Christensen (2022) sostiene que los programas de transferencias monetarias sin condicionalidades pueden ser igualmente eficaces para promover el desarrollo social, siempre que exista una estrategia de comunicación sólida que oriente a los beneficiarios sobre el uso adecuado de los recursos. En muchos casos, las familias beneficiarias ya utilizan las transferencias para invertir en salud, educación y alimentación, sin necesidad de imponer condicionalidades. La evidencia sugiere que se pueden lograr resultados mediante incentivos positivos en lugar de sanciones por el incumplimiento de los requisitos.

Para Drucker (2024), la sostenibilidad de los programas de transferencia de ingresos depende de la integración de políticas públicas que amplíen la oferta de servicios esenciales, como salud y educación, y garanticen el acceso de las familias a estas redes de apoyo. La transferencia de ingresos por sí sola no es capaz de transformar realidades complejas, pero, cuando se asocia con una gestión integrada y una gobernanza colaborativa, puede promover cambios estructurales significativos en la sociedad. Este enfoque multidimensional es esencial para garantizar el impacto a largo plazo de los programas.

Neves (2021) destaca la importancia de adaptar los programas de transferencia de ingresos a las especificidades locales, considerando variables como la desigualdad social y la vulnerabilidad de la población. En contextos donde las barreras para acceder a servicios esenciales son

mayores, como en regiones rurales o zonas de extrema pobreza, es necesario que los programas incorporen mecanismos que garanticen la inclusión y participación efectiva de los beneficiarios. La focalización eficiente de los recursos es esencial para reducir los errores de inclusión y exclusión, maximizando el impacto social.

La literatura también analiza el papel de los programas de transferencia de ingresos en el empoderamiento femenino. Dolabela (2022) señala que designar a las mujeres como principales beneficiarias tiene el potencial de aumentar su poder de decisión dentro de los hogares, promoviendo una mayor equidad de género. Sin embargo, es necesario reconocer que la distribución de recursos financieros no siempre se traduce en una mayor autonomía, especialmente en contextos donde las relaciones de poder dentro de la familia son fuertemente jerárquicas y patriarcales.

Santos (2017) destaca que el diseño de los programas de transferencia de ingresos debe ser evaluado y ajustado continuamente para asegurar su efectividad en el largo plazo. El seguimiento y la evaluación de los resultados obtenidos son fundamentales para identificar las fortalezas y limitaciones de los programas, permitiendo introducir mejoras que amplíen el alcance y el impacto de las transferencias. La incorporación de nuevas tecnologías y metodologías puede contribuir a que estos programas sean más eficientes y accesibles.

Montaño (2022) sostiene que los programas de transferencia de ingresos deberían ser parte de una estrategia de desarrollo social más amplia, integrada con políticas que promuevan la inclusión productiva y la creación de empleo. El desafío de romper la transmisión intergeneracional de la pobreza requiere la redistribución del ingreso y la creación de oportunidades reales de avance económico para las familias beneficiarias. La conexión entre la asistencia social y el desarrollo económico es crucial para el éxito de estas iniciativas.

METODOLOGÍA

La investigación desarrollada se catalogó como exploratoria, caracterizándose por la construcción de conocimiento teórico y metodológico sobre emprendimiento social y programas de transferencia de ingresos. Se trató de un estudio predominantemente dirigido a ampliar la comprensión de la relación entre estos programas y la promoción de la inclusión social en Brasil, con un enfoque específico en las actividades del Tercer Sector. La ciencia trabajada fue de carácter social, dentro de la rama de las ciencias humanas, con énfasis en las políticas sociales y empresariales. La concentración temática se dio en el área de políticas públicas e inclusión social, centrándose en el tema de la transferencia de ingresos y sus impactos en el emprendimiento.

La investigación fue clasificada como bibliográfica y documental, con un enfoque teórico que tuvo como objetivo mapear, describir y analizar las contribuciones de los programas de transferencia de ingresos en la

promoción del emprendimiento social. Se adoptó un enfoque cualitativo, que permitió una interpretación y comprensión más profunda de los fenómenos observados. El objeto de estudio fue seleccionado con base en documentos oficiales, leyes, artículos científicos e informes institucionales. La recolección de datos implicó un análisis exhaustivo de fuentes secundarias, sin manipulación de variables, asegurando imparcialidad en la interpretación de los resultados.

La recolección de datos ocurrió a través de consulta de bases de datos como SciELO, JSTOR, CAPES Periódicos, EBSCO, HeinOnline y LexML, con el objetivo de obtener materiales académicos y legislativos relevantes al tema. Se utilizaron instrumentos de recolección como actas, análisis de textos legislativos e informes de organismos públicos, que permitieron un análisis integral del tema en cuestión. Los documentos recopilados incluyeron leyes, artículos de revistas, informes gubernamentales y publicaciones científicas, con una muestra temporal que abarcó el período de 1990 a 2024, brindando una visión histórica y contemporánea de los programas de transferencia de ingresos.

Los criterios temáticos y de relevancia incluyeron documentos que abordaban directamente la relación entre los programas de transferencia de ingresos y el emprendimiento social, excluyendo aquellos que no establecían este vínculo. En el análisis de datos se utilizó el método cualitativo y sistematizado, utilizándose el software NVivo para gestionar y organizar la información, lo que facilitó la identificación de patrones y tendencias. La elección de la metodología se justificó por su idoneidad para comprender las interacciones entre las políticas públicas y el emprendimiento en el Tercer Sector, permitiendo un análisis crítico y fundamentado de las acciones y programas existentes.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Montano (2022) enfatiza que los programas de transferencia de ingresos, cuando se insertan en la estructura del tercer sector, a menudo reproducen dinámicas de subordinación y control social sobre las poblaciones beneficiarias. Esta visión crítica resalta el carácter disciplinario presente en políticas como Bolsa Família, en las que el otorgamiento de beneficios está condicionado al cumplimiento de ciertas reglas y prácticas de conducta. Este control, según el autor, refleja un intento de gestionar la pobreza para integrarla al sistema capitalista, sin promover transformaciones estructurales profundas en las condiciones de vida de estas poblaciones.

Leite et al. (2024) describen la evolución histórica de los programas de transferencia de ingresos en Brasil, destacando el papel central de Bolsa Família en la lucha contra la pobreza. Desde su creación en 2003, el programa integró varias iniciativas anteriores, como Bolsa Escola y Auxílio Gás, optimizando la distribución de recursos y ampliando el alcance de los beneficios. Esta unificación permitió al gobierno federal tener un mayor control sobre registros y condicionalidades, favoreciendo la supervisión y la

transparencia en el uso de los recursos públicos. Sin embargo, los autores también destacan que el éxito del programa depende de su capacidad para adaptarse a los cambios sociales y económicos del país.

Sordi y Morais (2023) afirman que los programas de transferencias condicionadas de ingresos, como Bolsa Família, tienen como objetivo principal la reducción de la pobreza extrema y operan como instrumentos de disciplinamiento de la clase trabajadora. Para estos autores, al exigir compensaciones como la asistencia a la escuela y el control de la salud, el programa coloca a las familias beneficiarias en un régimen de control que apunta a moldear comportamientos y garantizar la reproducción de la fuerza laboral. De esta manera, los programas alivian la pobreza inmediata y refuerzan la dinámica de explotación al mantener a estas poblaciones integradas al sistema productivo.

Sena y Araujo (2021) analizan el impacto de Bolsa Família en la transformación social de Brasil, destacando que el programa no se limita a transferir ingresos, sino que promueve el acceso a derechos fundamentales como la educación y la salud. Al vincular la recepción de prestaciones a las condicionalidades en estas áreas, el programa fomenta la inclusión social de las familias más vulnerables, permitiéndoles superar la pobreza de una manera más sostenible. Sin embargo, los autores reconocen que la implementación efectiva de las condicionalidades depende de una gestión intersectorial eficiente, que involucre a los niveles federal, estatal y municipal, para garantizar que los servicios esenciales estén disponibles para todos los beneficiarios.

Paim (2022) señala que las acciones afirmativas en Brasil, incluidos los programas de transferencia de ingresos, tienen como objetivo corregir desigualdades históricas que afectan a ciertos grupos sociales, especialmente a las personas negras y a las mujeres. En el caso de Bolsa Família, estas poblaciones suelen ser las más beneficiadas, dada su mayor exposición a la pobreza y vulnerabilidad social. El autor enfatiza, sin embargo, que además de la distribución del ingreso, es necesario implementar políticas que promuevan la autonomía de estas poblaciones, asegurando que el acceso a derechos no dependa exclusivamente del cumplimiento de condicionalidades impuestas por el Estado, sino que sea el resultado de una transformación más estructural.

Santos (2017) sostiene que la cuestión social en Brasil está marcada por profundas desigualdades, que son más pronunciadas entre las poblaciones pobres y vulnerables. Bolsa Família, al dirigir sus recursos a estas poblaciones, actúa como una política para mitigar los efectos de la pobreza, pero no resuelve los problemas estructurales que la generan. El autor sostiene que, además de la transferencia de ingresos, Brasil necesita reformas profundas en el campo económico y social que permitan una distribución más equitativa de oportunidades y recursos. En este sentido, el programa, aunque importante, debe verse como una solución paliativa.

Sordi y Morais (2023) enfatizan que el antagonismo entre trabajo y pobreza se manifiesta explícitamente en programas de transferencias condicionadas de ingresos, que colocan a los trabajadores en una posición de dependencia del Estado. Para estos autores, al mismo tiempo que Bolsa Família garantiza un nivel mínimo de subsistencia, refuerza la lógica capitalista al mantener a los trabajadores bajo el control de las instituciones estatales, que determinan las condiciones de acceso a los beneficios. Esta dependencia, según los autores, limita la autonomía de los trabajadores y perpetúa las desigualdades sociales, al no haber un cambio efectivo en las estructuras que generan la pobreza.

Leite et al. (2024) destacan que la unificación de bases de datos de programas sociales, promovida por Bolsa Família, fue uno de los mayores avances en la gestión de las políticas de transferencia de ingresos en Brasil. Al centralizar el Registro Único, el gobierno federal pudo optimizar el control y supervisión de los recursos, previniendo fraudes y asegurando que los beneficios lleguen a quienes realmente los necesitan. Además, esta base de datos permite el cruce de información con otras políticas públicas, lo que amplía la capacidad de intervención del Estado en las áreas de salud, educación y asistencia social. Sin embargo, los autores advierten que este sistema debe actualizarse constantemente para monitorear los cambios en las condiciones socioeconómicas de la población.

Gomes (2022) sostiene que las acciones afirmativas, como Bolsa Família, son fundamentales para corregir las desigualdades estructurales que históricamente afectan a las poblaciones más vulnerables de Brasil. El autor destaca que estos programas garantizan un ingreso mínimo y permiten el acceso a otros derechos, como la educación y la salud, que son fundamentales para construir una sociedad más equitativa. Sin embargo, Gomes advierte que la efectividad de estas políticas depende de un esfuerzo conjunto entre el gobierno y la sociedad civil, para garantizar que los recursos se distribuyan de manera justa y que las condicionalidades no se conviertan en barreras para el acceso a derechos básicos.

Sena y Araujo (2021) destacan que el éxito de Bolsa Família no radica solo en la transferencia de ingresos, sino en la capacidad del programa para promover la inclusión social de poblaciones históricamente marginadas. Al exigir el cumplimiento de condicionalidades en las áreas de salud y educación, el programa alienta a las familias a integrarse más plenamente a la sociedad, rompiendo ciclos de pobreza intergeneracional. Sin embargo, los autores enfatizan que esta inclusión debe ir acompañada de políticas que promuevan la autonomía familiar, de modo que el acceso a derechos no dependa exclusivamente de la asistencia estatal, sino que sea resultado de un proceso de emancipación social y económica.

Según Drucker (2024), el emprendimiento es una práctica fundamental para el desarrollo de nuevos negocios, especialmente en el sector privado, donde la búsqueda de ganancias es uno de los principales objetivos. Este comportamiento tiene como objetivo maximizar el capital y

crear soluciones innovadoras para satisfacer las demandas del mercado. Sin embargo, para que el emprendedor tenga éxito debe desarrollar una visión estratégica capaz de identificar oportunidades y actuar con rapidez y eficiencia ante los constantes cambios del entorno económico. Esta capacidad de adaptación es crucial para la sostenibilidad empresarial en un escenario de competencia global.

Como reflejo de estas prácticas, la Tabla 01 muestra algunas acciones de la región Sur de Brasil:

Tabla 02: Ejemplos de programas

ACCIÓN	CIUDAD	QUIEN REALIZA	RELACIÓN CON LA TRANSFERENCIA DE INGRESOS	ACCIÓN DE EMPRENDIMIENTO SOCIAL
Proyecto de coser sueños	Porto Alegre (RS)	ONG SOS Aldeas Infantiles	Generación de ingresos a través de la capacitación de mujeres vulnerables en el área de costura	Proyecto de coser sueños
Programa Crecer para la Vida	Florianópolis (SC)	Asociación Florianopolitana de Voluntarios	Oferta de cursos de cualificación profesional para jóvenes en situación de vulnerabilidad	Programa Crecer para la Vida
Coopertinga de Recolectores de Materiales Reciclables	Curitiba (PR)	COOPERTING A	Recolección y venta de materiales reciclables, proporcionando ingresos a familias de recicladores.	Coopertinga de Recolectores de Materiales Reciclables
Proyecto Emprender Mujer	Blumenau (SC)	Asociación Empresarial de Blumenau (ACIB)	Capacitación y apoyo al emprendimiento femenino para mujeres de bajos ingresos	Proyecto Emprender Mujer
Comunidad Productiva Agrícola Familiar	Caxias del Sur (RS)	Cooperativa de Agricultores Familiares de Caxias do Sul (COOPACAXIAS)	Generación de ingresos a través de la venta de productos agrícolas en ferias locales y programas institucionales.	Comunidad Productiva Agricultura Familiar
Proyecto Panadería Solidaria	Londres (PR)	Asociación Mundial Solidaridad	Capacitar y estructurar panaderías comunitarias para	Proyecto Panadería Solidaria

			generar ingresos a familias vulnerables	
Incubadora de Cooperativas UFRGS	Porto Alegre (RS)	Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS)	Desarrollo de cooperativas y empresas populares para generar ingresos y autonomía	Incubadora de Cooperativas UFRGS
Programa de Apicultura Familiar	Santa María (RS)	Asociación de Apicultores de Santa María (APISMEL)	Generación de ingresos por la producción y venta de miel y derivados	Programa de Apicultura Familiar
Red de Mujeres Emprendedoras	Joinville (SC)	ONG Rede Catarina	Apoyé a mujeres para que desarrollaran sus propios negocios a través de capacitación y tutoría.	Red de Mujeres Emprendedoras
Proyecto de Huertos Urbanos Comunitarios	Curitiba (PR)	Fundación Cultural Curitiba	Desarrollo de huertos en zonas urbanas para complementar los ingresos y la alimentación de familias vulnerables	Proyecto de Huertos Urbanos Comunitarios
Feria de Economía Solidaria de Porto Alegre	Porto Alegre (RS)	Foro de Economía Solidaria de Porto Alegre	Comercialización de productos de emprendedores sociales, aumentando los ingresos de las familias involucradas.	Feria de Economía Solidaria de Porto Alegre
Cooperativa de Pescadores Artesanales	Laguna (SC)	Colonia de Pescadores Z-14	Generación de ingresos a través de la pesca artesanal y venta directa a consumidores y restaurantes.	Cooperativa de Pescadores Artesanales
Proyecto Arte en Manos	Foz de Iguazú (PR)	Fundación Cultural Foz do Iguazú	Talleres artesanales para generar ingresos e inclusión social de mujeres en situación de vulnerabilidad	Proyecto Arte en Manos
Programa Reciclação	Curitiba (PR)	ONG ecológica	Capacitar a jóvenes y adultos para trabajar en cooperativas de reciclaje,	Programa Reciclação

			generando ingresos y conciencia ambiental.	
Centro de Economía Solidaria Padre Pedro	Caxias del Sur (RS)	Ayuntamiento de Caxias del Sur	Apoyo e impulso a la creación de cooperativas y empresas solidarias para generar ingresos	Centro de Economía Solidaria Padre Pedro
Proyecto hecho a mano	Londres (PR)	Servicio de Obras Sociales (SOS)	Capacitar a mujeres para producir y vender artesanías, generando ingresos adicionales	Proyecto hecho a mano
Cooperativa de Agricultura Ecológica Terra Livre	Lages (SC)	Cooperativa de Tierras Libres	Producción y venta de productos orgánicos para generar ingresos para agricultores familiares.	Cooperativa de Agricultura Ecológica Terra Livre
Espacio de Trabajo Colaborativo (Social Coworking)	Curitiba (PR)	Instituto Aurora	Proporcionar espacio y estructura para que los emprendedores sociales inicien sus negocios.	Espacio de Trabajo Colaborativo (Social Coworking)
Escuela de Gastronomía Social	Porto Alegre (RS)	Fundación Gastronomía Gaúcha	Formación de cocineros y emprendedores del área de la gastronomía para su inclusión en el mercado laboral	Escuela de Gastronomía Social
Proyecto de pesca	Itajaí (SC)	Proyecto Pescar (Institución Nacional)	Formar a jóvenes en situación de vulnerabilidad para su inserción en el mercado laboral, generando ingresos y oportunidades	Proyecto de pesca

Fuente: Elaboración propia (2024).

Para Chiavenato (2023), el emprendimiento va más allá de la simple identificación de oportunidades. Implica la capacidad de transformar ideas en realidades concretas, lo que requiere creatividad y planificación y ejecución efectivas. El emprendedor debe ser capaz de liderar equipos, gestionar recursos y tomar decisiones que maximicen los resultados. En el sector

privado, la innovación suele estar asociada con la introducción de nuevas tecnologías, que pueden aumentar la eficiencia y reducir los costos. De esta manera, el emprendedor actúa como un agente transformador, capaz de impactar a su empresa y a la economía en su conjunto.

Chiavenato (2022) destaca que el concepto de responsabilidad social corporativa ha cobrado cada vez más relevancia, especialmente en un contexto en el que las empresas rinden cuentas de sus acciones en relación con la sociedad y el medio ambiente. Para muchas organizaciones, la responsabilidad social va más allá de la simple filantropía e implica incorporar prácticas sostenibles en sus operaciones diarias. Sin embargo, es fundamental que estas prácticas estén alineadas con la estrategia de negocio de la empresa, de modo que contribuyan a su crecimiento, cumpliendo al mismo tiempo con las expectativas de sus grupos de interés.

Dornelas (2020) sostiene que el emprendimiento social, a diferencia del emprendimiento privado, se centra en la creación de valor social, más que en ganancias financieras. Este tipo de emprendimiento surge de la necesidad de resolver problemas sociales complejos, como la pobreza, la exclusión social y las desigualdades. Las iniciativas de emprendimiento social a menudo implican asociaciones entre el sector privado, gobiernos y organizaciones sin fines de lucro, con el objetivo de movilizar recursos y generar un impacto positivo en la sociedad. De esta manera, el emprendedor social actúa como catalizador del cambio, promoviendo la inclusión y el desarrollo de comunidades marginadas.

Según Neves (2021), la innovación es un elemento central tanto en el emprendimiento tradicional como en el social. Sin embargo, mientras que en el sector privado la innovación suele estar dirigida a aumentar la competitividad y la rentabilidad, en el emprendimiento social apunta a crear soluciones sostenibles a los problemas sociales. La innovación social requiere un enfoque multidisciplinario, que implica la introducción de nuevas tecnologías y la reconfiguración de las estructuras sociales y económicas. Este enfoque permite la creación de nuevos modelos de negocio que benefician tanto a los individuos como a la sociedad en general.

Dávila et al. (2022) enfatizan que la innovación, bien gestionada, puede ser una herramienta poderosa para transformar empresas y comunidades. En el contexto del emprendimiento, la innovación no se limita a la creación de nuevos productos o servicios, sino que implica la introducción de nuevos procesos, modelos de gestión y formas de interacción con los consumidores y las partes interesadas. Para que la innovación sea efectiva, debe estar integrada en la cultura organizacional y los líderes deben fomentar la creatividad y el pensamiento disruptivo. De esta manera, las empresas pueden seguir siendo competitivas en un mercado en constante evolución.

Christensen (2022) señala que el fracaso de las empresas suele estar relacionado con la incapacidad de innovar de forma eficaz. Sin embargo, esta innovación no debe verse sólo como una respuesta a los cambios tecnológicos y como una estrategia para anticipar las necesidades del

mercado y los desafíos futuros. Las empresas que pueden adoptar una mentalidad innovadora están en mejores condiciones de identificar nuevas oportunidades y adaptarse a los cambios en el entorno empresarial. De esta manera, el emprendimiento se convierte en una herramienta esencial para asegurar la longevidad y el crecimiento sostenible de las organizaciones.

Para Vargas (2020), la gestión de proyectos es una habilidad esencial para el éxito de cualquier emprendimiento, especialmente en el contexto del emprendimiento. La capacidad de planificar, ejecutar y monitorear proyectos de manera efectiva permite a los emprendedores alcanzar sus objetivos de manera eficiente y con el uso adecuado de los recursos disponibles. La gestión de proyectos también implica identificar riesgos e implementar estrategias para mitigarlos, asegurando que el proyecto se complete dentro del plazo y presupuesto establecidos. Este enfoque estructurado es fundamental para el éxito a largo plazo.

Nirazzawa et al (2022) señalan que la cultura organizacional juega un papel crucial en la innovación, tanto en el sector privado como en el social. Una cultura organizacional que fomente la experimentación, la asunción de riesgos calculada y el aprendizaje continuo permite a los emprendedores ser más innovadores y resilientes frente a la adversidad. Una cultura organizacional que promueva la inclusión y la diversidad puede generar una mayor diversidad de ideas, lo que a su vez resulta en soluciones más creativas y efectivas a los desafíos que enfrentan las organizaciones.

Silva et al. (2021) afirman que el concepto de emprendimiento ha evolucionado a lo largo de los años, pasando de una simple actividad económica a un proceso de transformación social. El emprendedor ya no es visto sólo como alguien que busca ganancias, sino como un agente de cambio que puede impactar positivamente en la sociedad. Este nuevo paradigma de emprendimiento requiere que los emprendedores desarrollen una visión más amplia que incluya el éxito financiero y el bienestar social y la sostenibilidad ambiental. De esta manera, el emprendimiento se convierte en una poderosa herramienta para construir un futuro más equitativo y sostenible.

Del análisis del Cuadro se desprende claramente que el tercer sector en Brasil ha experimentado un crecimiento significativo en la región, siguiendo el contexto de redemocratización y el surgimiento de nuevos actores sociales. Chiavenato (2022) sugiere que la creciente presencia de organizaciones no gubernamentales (ONG) y cooperativas se debe, en parte, a la incapacidad del Estado para resolver problemas sociales profundos, como la desigualdad y la pobreza extrema. En este escenario, estas entidades se constituyeron como alternativas legítimas y necesarias para impulsar políticas públicas. A partir de ese momento, el tercer sector comenzó a ser reconocido como una fuerza vital para el desarrollo social del país.

La diversidad de organizaciones que componen el tercer sector brasileño es un reflejo de las diversas formas de acción social que se encuentran en las diferentes regiones del país. Dornelas (2020) observa que

esta multiplicidad de formas organizativas, que incluye desde pequeñas asociaciones comunitarias hasta grandes ONG con alcance internacional, hace compleja la tarea de definir claramente los límites de este sector. Sin embargo, existe consenso en que todas estas organizaciones comparten la característica de no tener fines de lucro, lo que las distingue de las entidades comerciales tradicionales. El enfoque en promover el bien común une las diferentes iniciativas dentro de este amplio espectro organizacional.

La economía solidaria, uno de los principales aspectos del tercer sector en Brasil, ha ganado protagonismo como un movimiento que combina principios de reciprocidad, solidaridad e inclusión social. Según Dávila et al. (2022), la economía solidaria en Brasil está conformada por cooperativas, asociaciones de trabajadores y grupos comunitarios que buscan promover el desarrollo social de manera participativa. Si bien estas organizaciones mantienen una estrecha relación con la dinámica del mercado, su principal motivación es la redistribución de recursos y la creación de oportunidades para los segmentos más vulnerables de la población, particularmente en las zonas rurales y periferias urbanas.

La innovación es una de las principales características de los emprendedores sociales en Brasil, que utilizan herramientas tomadas del mundo empresarial para crear un impacto positivo en sus comunidades. Christensen (2022) sostiene que la capacidad de estos emprendedores para adaptarse a contextos adversos es un diferenciador importante en el escenario brasileño, donde la escasez de recursos y la burocracia estatal a menudo limitan la efectividad de los programas sociales tradicionales. Al centrarse en la creación de valor social, estos emprendedores están ayudando a redefinir el papel del tercer sector en Brasil, promoviendo soluciones que satisfagan eficazmente las necesidades locales.

En Brasil, la distinción entre emprendimiento social y tradicional adquiere particular importancia, dada la necesidad de satisfacer demandas sociales urgentes. Sertek (2021) señala que, mientras el emprendimiento tradicional en el país se centra en el beneficio individual, el emprendimiento social prioriza el impacto colectivo y el desarrollo de las comunidades. Esta diferencia es crucial para comprender la dinámica del tercer sector, ya que el éxito de las iniciativas sociales no se mide por el retorno financiero, sino por el impacto positivo generado en las comunidades atendidas. El tercer sector, por tanto, se convierte en un espacio de innovación y transformación social.

La expansión del emprendimiento social en Brasil también exige una mayor atención por parte de las autoridades públicas, que pueden desempeñar un papel decisivo en el apoyo a estas iniciativas. Montano (2022), destaca la importancia de crear políticas públicas que fomenten el desarrollo de emprendedores sociales, reconociéndolos como líderes capaces de promover cambios significativos en el contexto social. Programas de financiación, formación y reducción de burocracia son algunas de las medidas que se pueden adoptar para fortalecer el tercer sector y garantizar que estas iniciativas cuenten con el apoyo necesario para prosperar.

CONSIDERACIONES FINALES

Este estudio encontró que el emprendimiento social es un área en expansión, que requiere más atención tanto por parte del mundo académico como de la sociedad. La creación de nuevas formas de organización y la innovación continua son esenciales para enfrentar los desafíos sociales de manera efectiva. Al mismo tiempo, es necesario que los emprendedores sociales sean reconocidos como líderes capaces de impulsar cambios significativos, incentivando la creación de políticas públicas que apoyen sus iniciativas.

De manera relacionada, se advirtió que los programas de transferencia de ingresos tienen como objetivo principal brindar apoyo financiero básico a familias que viven en pobreza o pobreza extrema. Estos programas suelen ser condicionales y exigen que las familias cumplan ciertos requisitos, como mantener a sus hijos en la escuela o participar en programas de salud. El foco central de estas iniciativas es romper el ciclo de pobreza intergeneracional, fomentando el desarrollo del capital humano en los niños, lo que, en el largo plazo, podría resultar en mayores oportunidades y productividad.

Además de su función básica de proporcionar ingresos, estos programas a menudo se ajustan a las necesidades regionales. A pesar de esta variación, una característica común de los programas de transferencia de ingresos es la regularidad de los pagos, que brinda previsibilidad y seguridad financiera a los beneficiarios. Las transferencias, al ser no contributivas, no requieren que los beneficiarios hayan aportado previamente al sistema.

Sin embargo, aunque este vínculo ha mostrado un impacto positivo en la acumulación de capital humano, no son suficientes, por sí solos, para eliminar la pobreza. Para romper el ciclo intergeneracional de vulnerabilidad, es necesario que los niños que se benefician de estos programas encuentren buenas oportunidades de empleo en el futuro. La productividad de los mercados laborales locales y la calidad de los empleos disponibles son factores cruciales para garantizar que las ganancias en capital humano se traduzcan en mejoras duraderas en los ingresos de los hogares. Por lo tanto, superar la pobreza exige una estrategia integrada que involucre a múltiples actores y sectores de desarrollo.

El estudio presentó hallazgos relevantes al demostrar la interacción entre el Tercer Sector, el emprendimiento social y los programas de transferencia de ingresos. Las verificaciones indicaron que las organizaciones del Tercer Sector, al promover acciones de emprendimiento social, actuaron como agentes mediadores que potenciaron los efectos de la transferencia de ingresos, contribuyendo a la autonomía financiera de las comunidades en situación de vulnerabilidad. Este papel articulador permitió que los programas de transferencia de ingresos fueran más efectivos cuando iban acompañados de estrategias que fomentaban el emprendimiento y el desarrollo de negocios locales.

Los resultados confirmaron la hipótesis inicial de que el Tercer Sector, al participar en programas de transferencia de ingresos, contribuyó a la creación de oportunidades de emprendimiento, validando la premisa de que la inclusión productiva es fundamental para reducir la pobreza. La investigación demostró que las acciones del Tercer Sector fueron decisivas en la estructuración de actividades empresariales, utilizando recursos provenientes de transferencias de ingresos para promover iniciativas que generaran empleo e ingresos en las comunidades atendidas, cumpliendo así con el objetivo de promover el desarrollo socioeconómico.

Los objetivos específicos de la investigación se cumplieron al demostrar cómo la transferencia de ingresos, cuando se integra con acciones empresariales en el Tercer Sector, resultó en estrategias innovadoras para la inclusión económica. Se encontró que las organizaciones facilitaron el acceso a recursos y capacitaron a los beneficiarios, ofreciendo apoyo técnico y gerencial que permitió transformar los ingresos transferidos en capital para el desarrollo de pequeñas empresas. De esta manera, la investigación demostró que el Tercer Sector jugó un papel facilitador en el uso productivo de la transferencia de ingresos.

Se destacaron las percepciones sobre la relación entre emprendimiento y transferencia de ingresos, ya que mostraron que el Tercer Sector creó condiciones favorables para el desarrollo de una cultura emprendedora en las comunidades atendidas. Los análisis mostraron que, al integrar programas de transferencia de ingresos con actividades de capacitación y desarrollo de capacidades, estas organizaciones promovieron un entorno propicio para la innovación y el desarrollo de negocios sostenibles, fortaleciendo la capacidad de autonomía financiera de los beneficiarios y, en consecuencia, reduciendo la dependencia de la ayuda gubernamental.

Los innovadores hallazgos del estudio revelaron que el Tercer Sector, al adoptar prácticas de emprendimiento social, logró transformar los programas de transferencia de ingresos en instrumentos para promover el desarrollo económico local. Estas organizaciones actuaron como catalizadores de la generación de ingresos, implementando proyectos que permitieron la creación de nuevos emprendimientos y la inserción productiva de personas en situación de vulnerabilidad. El estudio demostró que la transferencia de ingresos, cuando se alineaba con el emprendimiento social, impulsaba los resultados, ampliando el impacto social y económico de las acciones.

La contribución científica y práctica del estudio fue significativa al resaltar cómo la articulación entre el Tercer Sector y el emprendimiento social puede maximizar el alcance y la efectividad de los programas de transferencia de ingresos. Los hallazgos sugirieron que la práctica profesional dentro del Tercer Sector debería centrarse en la creación de estrategias que utilicen la transferencia de ingresos como punto de partida para iniciativas empresariales, garantizando así la sostenibilidad y el empoderamiento económico de las comunidades beneficiarias.

Entre los límites encontrados destacó la dificultad para medir el impacto de largo plazo de las acciones del Tercer Sector en la promoción del emprendimiento y la efectividad de la transferencia de ingresos. Esta limitación pone de relieve la necesidad de futuros estudios que analicen la continuidad y sostenibilidad de las iniciativas emprendedoras impulsadas por estas organizaciones. La investigación también indicó que la expansión de las actividades del Tercer Sector en asociación con agentes públicos y privados puede profundizar los impactos positivos de la transferencia de ingresos en el desarrollo social.

La investigación continua debería centrarse en analizar casos específicos de cómo la interacción entre el Tercer Sector, el emprendimiento social y los programas de transferencia de ingresos contribuyó a la emancipación económica de las comunidades. Se sugiere investigar modelos exitosos que integren estas tres dimensiones, apuntando a identificar prácticas que puedan ser replicadas en otras regiones y contextos, fortaleciendo así el papel del Tercer Sector en la promoción del desarrollo sostenible y la inclusión económica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constitución (1988)]. Constitución Federal de la República Brasil desde 1988. *En: VADE Mécum*. São Paulo: Saraiva, 2024.

BRASIL. Ley Complementaria N° 123, de 14 de diciembre de 2006. Establece el Estatuto Nacional de la Micro y Pequeña Empresa. *En: VADE Mécum*. São Paulo Saraiva, 2024.

BRASIL. Ley N° 5.764, de 16 de diciembre de 1971. Define la Política Cooperativa Nacional, establece el régimen jurídico de las sociedades cooperativas y dispone otras medidas. *En: VADE Mécum*. São Paulo Saraiva, 2024.

BRASIL. Ley N° 8.742, de 7 de diciembre de 1993. Dispone sobre la organización de la Asistencia Social y otras disposiciones. *En: VADE Mécum*. São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley nº 10.639, de 9 de enero de 2003. Modifica la Ley nº 9.394/96, que establece las directrices y bases de la educación nacional, para incluir en el plan de estudios oficial de la Red de Educación la asignatura obligatoria de Historia y Cultura Afrobrasileña. *En : VADE Mécum*. São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley N° 10.835, de 8 de enero de 2004. Establece el ingreso mínimo para la ciudadanía. *En : VADE Mécum*. São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley N° 10.836, de 9 de enero de 2004. Crea el Programa Bolsa Familia. *En : VADE Mécum*. São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley nº 11.645, de 10 de marzo de 2008. Modifica la Ley nº 9.394/96, que establece las directrices y bases de la educación nacional, para incluir en el currículo oficial de la red educativa la asignatura obligatoria de Historia Afrobrasileña e Indígena y Cultura . *En* : **VADE** Mécum . São Paulo : Saraiva, 2024.

BRASIL. Ley Nº 12.288, de 20 de julio de 2010. Establece el Estatuto de Igualdad Racial. *En* : **VADE** Mécum . São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Prevé el ingreso a las universidades federales y a las instituciones federales de educación técnica de nivel secundario mediante cupos. *En* : **VADE** Mécum . São Paulo : Saraiva, 2024.

BRASIL. Ley Nº 12.990, de 9 de junio de 2014. Reservas para personas de raza negra el 20% de las vacantes ofertadas en concursos públicos para cubrir cargos permanentes y empleos públicos en el ámbito de la administración pública federal, autoridades locales, fundaciones públicas, empresas públicas y sociedades de economía mixta controlada por la Unión *En* : **VADE** . Mécum . São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley Nº 13.874, de 20 de septiembre de 2019. Establece la Declaración de Derechos de Libertad Económica, establece garantías de libre mercado y dispone otras medidas. *En* : **VADE** Mécum . São Paulo Saraiva, 2024.

BRASIL. Ley Nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Prevé medidas de emergencia de protección social a adoptar durante el período de enfrentamiento de la emergencia de salud pública de importancia internacional derivada del coronavirus (COVID-19). *En* : **VADE** Mécum . São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. Ley Nº 14.284, de 29 de diciembre de 2021. Establece el Programa Auxílio Brasil. *En* : **VADE** Mécum . São Paulo : Saraiva , 2024.

BRASIL. MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL Y LUCHA CONTRA EL HAMBRE. **Evaluación de políticas públicas**: reflexiones académicas sobre el desarrollo social y la lucha contra el hambre, v.2: Transferencia de renta -- Brasília: MDS; Secretaría de Evaluación y Gestión de la Información, 2024.

CHIAVENATO, I. **La administración en los nuevos tiempos** . 2 ed . Río de Janeiro: Campus, 2022.

CHIAVENATO, I. **Emprendimiento**: dando alas al espíritu emprendedor. 2da ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

CHRISTENSEN, CM **El dilema de la innovación**: cuando las nuevas tecnologías llevan a las empresas al fracaso. São Paulo: M.Books do Brasil, 2022.

CONVENCIÓN AMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Pacto de San José de Costa Rica, 1969 . *En: VADE Mécum* . São Paulo: Saraiva, 2024.

DÁVILA, T.; EPSTEIN, MJ; SHELTON, R. **Las reglas de la innovación: cómo gestionar, cómo medir y cómo obtener beneficios**. Porto Alegre: Bookman, 2022.

DECLARACIÓN UNIVERSAL DE DERECHOS HUMANOS. Asamblea General de las Naciones Unidas en París. 10 de febrero. 1948 . *En: VADE Mécum*. São Paulo: Saraiva, 2024.

DOLABELA, F. **Taller de emprendedores**. Río de Janeiro: Sextante, 2022.

DORNELAS, J. **Emprendimiento** : transformando ideas en negocio. 7. ed. Ellos sonPablo: Emprender, 2020.

DRUCKER, PF **Innovación y espíritu emprendedor**. práctica y principios. 3ª edición. São Paulo: Pioneira, 2024.

GOMES, JAS Acciones afirmativas: un análisis histórico-conceptual . **Revista Justicia de la Ley**, v. 27, núm. 1, pág. 28-09, 2022.

LEITE, FFP et al. Historia de la transferencia de renta en Brasil . **R. Bras. Planificación. Desarrollo** , Curitiba, v. 13, núm. 02, pág. 545-571, mayo/agosto. 2024.

MONTAÑO, C. **El tercer sector y la cuestión social**: crítica a la intervención social. São Paulo: Cortez, 2022.

NEVES, P.D. **La cultura organizacional como antecedente de la innovación** : el caso del hotel Selina Gerês. Río del Sur: Era Nova, 2021.

NIRAZZAWA, AN et al . **Innovación en las organizaciones** . Ribeirão Preto: FEA-RP, 2022.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). **Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo** : las preguntas más frecuentes sobre los objetivos de desarrollo sostenible (ODS), 2018. Brasília . MEC, 2018.

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE). **Luchar contra la pobreza y promover la movilidad social**. París: OCDE, 2023.

PAIM, MCR Acciones afirmativas en Brasil: reflexiones y controversias. **Revista de la Facultad de Derecho de la UFMG**, v. 72, pág. 113-139, 2022.

ROSEN, L.; SAMUEL; A. **Gestionarse a sí mismo**: conquistar la distracción digital Dos expertos en gestionar el agobio (a). Cambridge: Universidad de Harvard , 2023.

SANTOS, JS **“Cuestión Social”**: particularidades en Brasil. São Paulo: Cortez, 2017.

'Enseñando a pescar' - educación emprendedora desarrollada en organizaciones sin fines de lucro para beneficiarios de programas brasileños de equidad social nfluência da psicomotricidade no

SENA, VMP; ARAUJO, CP Transferencia de ingresos y cambio social en Brasil: una mirada al Programa Bolsa Família. *Revista Brasileña de Desarrollo Regional* , v. 9, pág. 33-58, 2021.

SERTEK, P. **Administración y planificación estratégica**. 3 ed. Curitiba: Ibpex , 2021.

SILVA, AB et al. **Conceptos sobre emprendimiento e innovación** . São Paulo: Atlas, 2021.

SORDI, D.; MORAIS, SP Trabajo y pobreza: antagonismo y disciplinarización en los Programas Sociales de transferencia condicionada de ingresos (1990-2022). **Revista de Historia Regional** , [S. l.], v. 28, 2023.

VARGAS, RV **Gestión de proyectos**: estableciendo diferencias competitivas. 8. ed. Río de Janeiro: 2020.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS ENCONTRADOS NA TRANSIÇÃO DE CARREIRA: DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM AO ENFERMEIRO

Carlos Eduardo Barros Barbosa

Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Michelle Pereira Marinho

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Patrícia Ximenes da Silva

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Roberta Kele Ribeiro Ferreira

Enfermeira Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Especialista em Terapia Intensiva. Professora Auxiliar do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM, Rio de Janeiro

RESUMO

Este estudo teve como **objetivo** explorar os desafios enfrentados por técnicos de enfermagem na transição para o papel de enfermeiro, examinando as adaptações necessárias tanto no âmbito profissional quanto pessoal. A metodologia adotada consistiu em uma revisão de literatura de abordagem qualitativa e descritiva, na qual foram analisados artigos publicados em português nos últimos dez anos com texto completo. Os artigos selecionados, obtidos em bases de dados específicas, foram analisados e categorizados para identificar os principais obstáculos enfrentados, incluindo insegurança, falta de reconhecimento, dificuldades em liderança e gestão, e impacto emocional. Os **resultados** revelaram que, além das dificuldades técnicas, a transição é frequentemente agravada pela ausência de suporte institucional e programas de mentoria, o que intensifica o estresse e os desafios de adaptação. A **conclusão** aponta para a importância de políticas institucionais que ofereçam apoio contínuo, como programas de mentoria, capacitação em liderança e suporte emocional, além de estratégias de socialização e integração. Essas medidas não apenas facilitam uma adaptação mais segura e eficaz ao novo papel, mas também contribuem para a qualidade da assistência prestada e para o sucesso profissional dos novos enfermeiros.

Palavras-Chave: Transição. Técnicos de Enfermagem. Enfermeiros.

INTRODUÇÃO

Acredita-se que a transição de técnico de enfermagem para enfermeiro é um fenômeno cada vez mais relevante no contexto da saúde, visto que muitos profissionais iniciam sua carreira como técnicos e, ao longo do tempo, buscam ascensão para cargos de maior responsabilidade, como o de enfermeiro. A literatura sobre este processo de transição é ampla, mas muitas vezes não aborda a experiência vivida pelos próprios profissionais, especialmente no Brasil, onde as diferenças entre as duas funções são significativas em termos de responsabilidades e competências.

Este estudo, portanto, visa preencher essa lacuna ao explorar as percepções dos técnicos de enfermagem que passaram pela transição para a função de enfermeiro. A pesquisa busca analisar os desafios enfrentados, as estratégias adotadas para adaptação ao novo cargo, bem como as perspectivas dos profissionais sobre o impacto dessa mudança em sua trajetória profissional e pessoal.

Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2024), o Brasil possui atualmente 3.093.389 profissionais de enfermagem registrados. Aproximadamente 80% dessa força de trabalho é composta por técnicos e auxiliares de enfermagem, enquanto 20% são enfermeiros. Essa distribuição ressalta a importância da qualificação para fortalecer o atendimento e garantir a sustentabilidade do sistema de saúde. A expressiva presença de técnicos de enfermagem destaca a relevância de programas de suporte que facilitem essa transição, promovendo o desenvolvimento profissional, conforme apontam estudos como o de (REIS *et al.*, 2023).

Estudos sobre a transição de técnico para enfermeiro Souza *et al.* (2018) e Monteiro *et al.* (2014), apontam que a experiência prática revela a complexidade e a responsabilidade exigida pelo novo papel de enfermeiro. Essa transição vai além de uma simples mudança de título, exigindo uma transformação na identidade e nas funções desempenhadas no sistema de saúde, gerando desafios emocionais, técnicos e organizacionais.

A pesquisa de Machado *et al.*, (2016) revela que mais de 130 mil enfermeiros iniciaram suas carreiras em cursos técnicos ou auxiliares de enfermagem, sendo este último extinto no Brasil em 2010 pela Resolução CNE/CEB nº 1/2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Dos que realizaram essa transição, 86,1% exerceram as funções de técnico ou auxiliar de enfermagem antes da graduação, com 51% já empregados antes de concluírem seus estudos. Esses dados evidenciam a importância da experiência prática no desenvolvimento da carreira, embora muitos técnicos enfrentem barreiras significativas para avançar.

Monteiro *et al.*, (2014) ressaltam que, embora técnicos e enfermeiros desempenhem papéis essenciais no sistema de saúde, suas atribuições são substancialmente distintas. Enquanto a formação do técnico de enfermagem dura em média dois anos, o enfermeiro necessita de cerca de cinco anos para concluir sua graduação. De acordo com a Lei n.º 7.498/86, o técnico atua sob supervisão do enfermeiro em atividades como monitoramento de sinais vitais

e assistência direta ao paciente, enquanto o enfermeiro é responsável pela supervisão, coordenação e realização de procedimentos de alta complexidade.

Souza *et al.*, (2018) reforçam que, enquanto técnicos assumem responsabilidades práticas, enfermeiros exercem funções mais amplas, incluindo gestão e acesso a oportunidades de aperfeiçoamento, o que permite aos enfermeiros ocuparem cargos de chefia e atuar de forma autônoma.

Além dos aspectos técnicos e de valorização, a transição carrega uma carga emocional significativa, influenciada por fatores individuais como motivações pessoais e expectativas profissionais (SOUZA *et al.*, 2018). Aspectos pessoais e familiares, como o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, a capacidade financeira para formação complementar e o apoio familiar, também são determinantes para a decisão de avançar na carreira, conforme apontam (MONTEIRO *et al.*, 2014). Questões econômicas, como remuneração e retorno sobre o investimento educacional, impactam essa escolha, revelando que a transição é multifacetada e envolve aspectos além do ambiente de trabalho, (MONTEIRO *et al.*, 2014) e (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Essa transição impacta diretamente as instituições de saúde e a qualidade do atendimento. Uma transição bem-sucedida contribui para um ambiente de trabalho mais eficiente, com melhor coordenação de equipe e maior segurança para os pacientes (REIS *et al.*, 2023).

Contudo, conforme relatam (SOUZA *et al.*, 2018), esse processo também pode gerar insegurança e medo, especialmente quando os profissionais se deparam com novas atribuições e responsabilidades. Estudos como o de Monteiro *et al.*, (2014) indicam que instituições que oferecem suporte e programas de capacitação durante essa transição obtêm melhores resultados na qualidade assistencial, assiduidade e satisfação profissional, impactando positivamente a motivação e o desempenho das equipes de enfermagem.

O estudo “Perfil da Enfermagem no Brasil”, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2015) em parceria com o COFEN, revela que muitos técnicos possuem formação acadêmica superior à exigida para suas funções. Entre os entrevistados, 23,8% possuem ensino superior incompleto e 11,7% já concluíram alguma graduação. Essa realidade aponta para a necessidade de estratégias de apoio, pois, apesar de uma base educacional ampla, muitos técnicos ainda encontram barreiras significativas para avançar na carreira.

Esses desafios reforçam que a transição de técnico para enfermeiro ultrapassa uma simples mudança de título, exigindo um apoio abrangente que contemple tanto o desenvolvimento de habilidades técnicas quanto o suporte emocional. A implementação de políticas e estratégias que facilitem essa transição permite que as instituições de saúde promovam não apenas o sucesso do profissional em sua nova função, mas também uma assistência mais qualificada e segura aos pacientes (SOUZA *et al.*, 2018).

Diante desses aspectos, o presente estudo busca investigar como

ocorre a transição de técnico para enfermeiro e quais são os principais desafios enfrentados nesse processo. O objetivo é identificar os principais obstáculos que surgem para esses profissionais ao assumirem novas responsabilidades e explorar as dificuldades emocionais e psicológicas associadas à adaptação. Além disso, o estudo visa examinar as mudanças nas relações interpessoais e nas novas funções de liderança, bem como investigar estratégias educacionais e institucionais que promovam uma adaptação segura e eficiente ao novo cargo.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão de literatura de abordagem qualitativa e descritiva, em que foram analisados artigos científicos para explorar os desafios enfrentados na transição de carreira de técnico de enfermagem para enfermeiro.

A revisão de literatura é fundamental para uma análise crítica e abrangente do conhecimento existente sobre o tema, permitindo a síntese de contribuições teóricas e empíricas, além da identificação de lacunas e tendências. Segundo Moreira (2004), a revisão de literatura "serve para posicionar o leitor e o próprio pesquisador acerca dos avanços, retrocessos ou áreas pouco exploradas. Além disso, "fornece informações para contextualizar a extensão e significância do problema que se maneja" (MOREIRA, 2004).

A pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores sociais, concentrando-se em aspectos como valores culturais, representações e temas específicos, incluindo as interações entre indivíduos e instituições, bem como os processos históricos e sociais envolvidos (MINAYO, 2007). Em complemento, a pesquisa descritiva se dedica à caracterização de grupos, coleta de opiniões e análise de comportamentos em contextos específicos (GIL, 2006). Essas abordagens contribuem para os objetivos deste estudo ao proporcionar uma visão detalhada dos principais desafios enfrentados pelos profissionais durante a transição.

Para verificar a existência de conhecimento sobre o tema, a busca foi realizada em agosto de 2024 na *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS). A pesquisa, utilizando os descritores "Transição", "Técnicos de Enfermagem" e "Enfermeiros", resultou inicialmente em 14 artigos distribuídos nas seguintes bases e diretórios: *Base de Dados em Enfermagem* (BDENF), que apresentou o maior número de resultados (9 artigos), seguida pela *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), com 3 artigos, *Coleção SUS*, com 1 artigo, e *Index Psi Periódicos*, com 1 artigo.

Para garantir a relevância dos artigos analisados, foram definidos os seguintes critérios de inclusão e exclusão: artigos publicados nos últimos dez anos, em português e com texto completo, que abordassem especificamente a transição de carreira do técnico de enfermagem para enfermeiro. Artigos que tratavam de temas sem relevância direta para a questão de pesquisa

foram excluídos, o que assegura o foco nos objetivos propostos e a pertinência dos achados. Após a triagem, foram selecionados 4 artigos para análise aprofundada.

Os artigos selecionados passaram por uma análise temática, em que foram identificadas e categorizadas as principais dificuldades enfrentadas no processo de transição. A análise focalizou-se em temas como mudanças de papel, questões emocionais e psicológicas, além de aspectos relacionados à liderança e gestão. Este processo de categorização permitiu uma visão estruturada e comparativa dos achados, destacando os desafios predominantes e os aspectos de adaptação necessários para a transição.

A metodologia adotada, portanto, demonstra-se adequada para identificar, analisar e interpretar as dificuldades enfrentadas por técnicos de enfermagem ao se tornarem enfermeiros, contribuindo para o aprofundamento do entendimento sobre os elementos que influenciam essa etapa crucial da carreira.

Síntese dos Resultados da Revisão de Literatura. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2024.

Ano	Autores	Título	Metodologia	Objetivo
2014	MONTEIRO, Roibison Portela; JUNG, Walnice; LAZZARI, Daniele Delacanal; NASCIMENTO, Eliane Regina Pereira do; DALAMARIA, Julcinéia Miguel.	O processo de transição profissional na perspectiva de técnicos de enfermagem que se tornaram enfermeiros.	Estudo descritivo de abordagem qualitativa.	Compreender e analisar o processo de transição profissional vivenciado por técnicos de enfermagem ao se tornarem enfermeiros. O estudo busca explorar as experiências, desafios e adaptações enfrentadas por esses profissionais durante essa mudança de função.
2018	SOUZA, Bruna Caroline Hirle de; CRUZ, Virginia Luiza da Silva Ponte; MARTINS, Elizabeth Costa Rose; MORAES, Paula Costa de; FRANCISCO, Marcio Tadeu Ribeiro; ALVES, Raphaela Nunes.	A transição funcional de técnico de enfermagem para enfermeiro na perspectiva do profissional.	Estudo descritivo de abordagem qualitativa.	Descrever como o profissional de enfermagem lida com novas atribuições e responsabilidades, identificar e discutir os fatores facilitadores e dificultadores dessa transição para o trabalho de enfermagem.

2018	FERREIRA JUNIOR, Antonio Rodrigues; FONTENELE, Eduardo Passos; ALBUQUERQUE, Rosalice Araújo de Sousa; GOMES, Francisco Meykel Amâncio; RODRIGUES, Maria Eunice Nogueira Galeno	A socialização profissional no percurso de técnico a enfermeiro.	Estudo do tipo exploratório descritivo, de abordagem qualitativa.	O estudo busca compreender a adaptação de técnicos de enfermagem à nova identidade de enfermeiros, abordando os desafios, transformações, aquisição de novas competências e a interação com colegas e o ambiente de trabalho durante essa transição.
2022	OLIVEIRA, Larissa Barros de; LIMA, Rogério Silva; SILVEIRA, Cristiane Aparecida; MARTINEZ, Maria Regina; SANCHES, Roberta Seron.	Transição de carreira: percepção de enfermeiros que atuaram como técnicos de enfermagem.	Pesquisa qualitativa descritiva e exploratória	Conhecer a percepção de enfermeiros que atuaram como técnicos de enfermagem sobre a transição de carreira após a conclusão do curso superior.

Fonte: Autores (2024)

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo de Monteiro et al. (2014) investigou as experiências de transição profissional vivenciadas por técnicos de enfermagem que, após a obtenção da formação superior, passaram a atuar como enfermeiros. A análise dos resultados revela uma série de fatores que influenciam essa transição, envolvendo aspectos emocionais, profissionais e institucionais.

A transição de técnico de enfermagem para enfermeiro é amplamente reconhecida como um processo complexo e desafiador, que exige mudanças significativas nas esferas profissional, pessoal e organizacional (MONTEIRO *et. al.*, 2014). Esse processo envolve uma transformação profunda na identidade profissional dos novos enfermeiros, demandando habilidades que vão além das competências técnicas, com ênfase em liderança, gestão e capacidade de tomar decisões clínicas.

Os resultados indicaram que muitos técnicos de enfermagem enfrentam desafios significativos ao migrarem para a profissão de enfermeiro. As diferenças nas responsabilidades e competências entre as duas funções foram amplamente destacadas pelos participantes, com ênfase nas habilidades de liderança e tomada de decisão que o novo papel exige. Esses técnicos, ao se tornarem enfermeiros, muitas vezes se depararam com a sobrecarga de responsabilidade e com a necessidade de adaptação a novos

contextos de trabalho, que demandam maior autonomia e um nível mais alto de reflexão crítica sobre as práticas de cuidado (MONTEIRO *et. al.*, 2014).

Um dos principais pontos levantados pelos participantes foi o sentimento de insegurança e apreensão em relação à nova função. Muitos relatam um processo de adaptação emocional, no qual o medo de errar e a dúvida sobre a própria capacidade de desempenhar as novas atribuições foram comuns. Esse aspecto emocional foi considerado um fator de impacto significativo na transição, interferindo no bem-estar e na confiança dos profissionais recém-formados (MONTEIRO *et. al.*, 2014).

Outro aspecto importante identificado na pesquisa foi a ausência ou a limitação de programas institucionais de apoio à transição. Muitos enfermeiros recém-formados relatam que não houve um suporte estruturado ou uma estratégia formalizada nas instituições de saúde para auxiliar na adaptação ao novo papel. Quando existiram iniciativas de acolhimento, elas foram consideradas positivas, mas, em geral, essas ações eram informais ou não estruturadas de forma sistemática, o que dificultava a integração mais eficaz dos novos profissionais no ambiente de trabalho (MONTEIRO *et. al.*, 2014).

Os resultados também apontaram que a formação acadêmica desempenhou um papel crucial na preparação dos técnicos de enfermagem para a transição. A maioria dos participantes considerou que a qualificação teórica adquirida ao longo do curso de enfermagem contribuiu significativamente para a adaptação ao novo papel, embora muitos destacassem que a formação prática não foi suficiente para preparar adequadamente para os desafios do cotidiano da profissão. A experiência prática, portanto, surge como um ponto chave a ser melhor trabalhado nas instituições de ensino, sugerindo a necessidade de programas de estágio e supervisões mais consistentes, que contemplem o contexto real da rotina do enfermeiro (MONTEIRO *et. al.*, 2014).

O artigo de Souza *et al.* (2018) complementa esses achados ao analisar a transição de técnicos de enfermagem para enfermeiros, sob a perspectiva dos próprios profissionais. A pesquisa foi conduzida com o objetivo de entender como esse processo de transição é vivenciado pelos profissionais de saúde, identificando tanto os desafios quanto as contribuições desse movimento para o desenvolvimento da carreira na área da enfermagem.

De acordo com Souza *et al.* (2018), muitos profissionais recém-formados relatam insegurança ao assumirem funções de maior responsabilidade, pois sua formação técnica anterior frequentemente não oferece uma base sólida para essas novas demandas. Esse cenário pode gerar ansiedade e sentimentos de inadequação, dificultando a adaptação ao novo papel.

Um dos principais resultados desse estudo é a identificação das complexidades que envolvem a transição funcional, que não é apenas um avanço hierárquico, mas também um processo de amadurecimento

profissional. Os participantes, majoritariamente técnicos de enfermagem, relataram uma sensação de insegurança no início da trajetória de enfermeiro, destacando a dificuldade de adaptação ao novo papel, que envolve mais responsabilidades e decisões clínicas complexas (SOUZA *et al.*, 2018).

A pesquisa indicou que, embora os técnicos de enfermagem possuam uma formação prática robusta, a transição para a função de enfermeiro requer um novo conjunto de competências, especialmente em áreas como gestão de equipe, tomada de decisão autônoma e o desenvolvimento de habilidades de liderança. Esses aspectos foram vistos como desafios significativos, especialmente para aqueles que tinham uma experiência profissional limitada em funções de gestão ou supervisão (SOUZA *et al.*, 2018).

Outro ponto relevante destacado pelos participantes foi a importância do apoio institucional para uma transição bem-sucedida. A falta de programas de integração ou acompanhamento mais estruturados foi apontada como uma das principais lacunas, dificultando a adaptação dos novos enfermeiros. A maioria dos entrevistados sugeriu que a formação continuada, bem como o suporte de tutoria ou mentorias, seriam fundamentais para mitigar as dificuldades e melhorar o desempenho durante o processo de transição (SOUZA *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a pesquisa revelou que os profissionais que contaram com programas de orientação ou apoio de outros enfermeiros mais experientes tiveram uma experiência de transição mais tranquila e positiva. A presença de modelos de supervisão e de grupos de apoio foi vista como essencial para a construção da confiança dos novos enfermeiros (SOUZA *et al.*, 2018).

Por outro lado, o estudo também apontou que a transição para a enfermagem trouxe um aumento significativo na sensação de realização pessoal e profissional. Os participantes relataram um sentimento de orgulho em atuar como enfermeiros, destacando que o reconhecimento da sua nova função e a oportunidade de atuar com maior autonomia contribuíram para uma maior satisfação no trabalho (SOUZA *et al.*, 2018).

A transição, portanto, não foi vista apenas como um desafio, mas como uma oportunidade de crescimento, tanto no plano profissional quanto pessoal. A capacidade de tomar decisões clínicas mais complexas, o reconhecimento da competência técnica e o aumento das responsabilidades de liderança foram aspectos que, ao longo do tempo, foram internalizados de maneira positiva pelos profissionais (SOUZA *et al.*, 2018).

A pesquisa conduzida por Junior *et al.* (2018) avança nessa discussão ao abordar a socialização profissional no percurso de formação de técnico a enfermeiro apresentando resultados significativos que ajudam a entender os desafios e as transformações enfrentadas pelos profissionais durante essa transição. A análise dos dados coletados revela aspectos cruciais do processo de socialização no contexto educacional e profissional da enfermagem, destacando as diferenças entre as trajetórias formativas dos

técnicos de enfermagem e dos enfermeiros.

Os resultados indicam que a transição de técnico a enfermeiro não é apenas um avanço acadêmico, mas também um processo complexo de socialização profissional, que envolve a adaptação a novas responsabilidades, mudanças de identidade e adaptação a um novo campo de atuação. A pesquisa revela que, apesar da similaridade nas habilidades técnicas adquiridas como técnicos, o curso de enfermagem exige uma adaptação ao trabalho reflexivo, à autonomia profissional e ao desenvolvimento de um perfil mais crítico (JUNIOR *et. al.*, 2018).

Esse processo de transformação identitária é descrito como um dos principais desafios enfrentados pelos indivíduos. De acordo com os dados, muitos técnicos enfrentam dificuldades em assimilar as novas atribuições e, em alguns casos, há um sentimento de descontinuidade entre os conhecimentos adquiridos na formação técnica e exigências da formação superior. A relutância a abandonar práticas anteriores, adquiridas na formação técnica, é apontada como um obstáculo que pode retardar ou dificultar a socialização no novo contexto profissional (JUNIOR *et. al.*, 2018).

Outro ponto importante identificado nos resultados é a presença de diferenças na forma de socialização, tanto entre os participantes que ingressam em cursos de graduação em enfermagem diretamente após a formação técnica, quanto aqueles que optam por retornar aos estudos após um período de atuação profissional. Para os primeiros, a adaptação ao curso superior parece ser mais imediata, uma vez que sua experiência prévia contribui para uma melhor compreensão das práticas hospitalares e das situações vivenciadas no campo de estágio. Já para o segundo, os desafios de integração são mais intensos, devido ao distanciamento entre a prática vivenciada e o conhecimento teórico requerido pela graduação (JUNIOR *et. al.*, 2018).

A pesquisa também destaca a importância do suporte institucional, como orientações de tutores e professores, e da interação com colegas de curso como fatores-chave para a socialização bem-sucedida desses profissionais. Os participantes relataram que a convivência com outros estudantes e o desenvolvimento de novas habilidades relacionadas à liderança e ao pensamento crítico contribuíram para um melhor processo de transição (JUNIOR *et. al.*, 2018).

Em termos de implicações para a formação de enfermeiros, os resultados sugerem que as instituições de ensino devem considerar o contexto de formação prévia dos alunos, oferecendo estratégias pedagógicas que favoreçam a continuidade da formação de forma integrada, ao invés de segregada. A construção de uma identidade profissional sólida pode ser facilitada por meio de práticas educacionais que valorizem tanto o conhecimento técnico quanto o desenvolvimento de habilidades cognitivas e reflexivas, essenciais para a prática da enfermagem (JUNIOR *et. al.*, 2018).

A pesquisa também recomenda que a prática pedagógica seja adaptada para fornecer uma base de apoio aos profissionais que já atuam no

mercado e desejam expandir sua formação. A inclusão de disciplinas que promovam a reflexão sobre as experiências práticas pode contribuir para uma transição mais fluida e uma socialização profissional mais eficaz, que minimize as tensões entre o conhecimento adquirido na formação técnica e as exigências da graduação (JUNIOR *et. al.*, 2018).

Outro desafio crítico para os enfermeiros em transição está na ausência de capacitação em gestão e liderança. Essas áreas se tornam essenciais à medida que esses profissionais passam a liderar equipes e a resolver conflitos interpessoais, frequentemente sem o preparo necessário para essas responsabilidades. Esse déficit de formação compromete a eficácia na tomada de decisões e impacta diretamente a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes (JUNIOR *et. al.*, 2018).

O estudo de Oliveira *et al.* (2022) investigou a percepção de enfermeiros que haviam atuado previamente como técnicos de enfermagem sobre a transição de carreira para a função de enfermeiro. A pesquisa destaca os desafios, as motivações e os processos de adaptação vivenciados pelos profissionais durante essa mudança de função. A seguir, uma análise detalhada dos principais achados do estudo.

Os resultados indicaram que a transição de técnico de enfermagem para enfermeiro foi vista de maneira positiva por muitos dos participantes, principalmente no que se refere ao reconhecimento profissional e à ampliação das responsabilidades. Para os enfermeiros, a nova formação permitiu um acesso maior à autonomia nas decisões clínicas e ao gerenciamento de cuidados de saúde, o que foi considerado uma evolução tanto pessoal quanto profissional. O estudo revela que muitos dos enfermeiros ex-técnicos se sentiram valorizados pela nova função, que lhes conferiu mais respeito e reconhecimento dentro da equipe de saúde (OLIVEIRA *et. al.*, 2022).

Outro ponto positivo destacado foi a satisfação pessoal em alcançar um nível de formação superior, o que representou uma conquista importante na carreira e um aumento na autoestima dos profissionais. A possibilidade de interagir com outros profissionais de saúde em um nível mais igualitário também foi mencionada como um aspecto positivo da transição (OLIVEIRA *et. al.*, 2022).

Porém, a pesquisa também evidenciou vários desafios enfrentados pelos enfermeiros durante esse processo de transição. O principal obstáculo relatado pelos participantes foi a adaptação às novas responsabilidades e competências exigidas pela função de enfermeiro. A necessidade de gerenciar equipes, coordenar ações e tomar decisões clínicas de maior complexidade gerou um certo nível de insegurança, principalmente nos primeiros meses após a formação (OLIVEIRA *et. al.*, 2022).

Além disso, muitos enfermeiros ex-técnicos sentiram que, apesar da qualificação acadêmica adquirida, sua experiência prática como técnicos de enfermagem não foi totalmente aproveitada ou valorizada no novo papel. Embora a formação teórica tenha sido fundamental para o novo papel, a transição para a prática cotidiana do enfermeiro exigiu uma adaptação

significativa. A falta de experiência direta em algumas áreas específicas da enfermagem, como a gestão de processos administrativos e o planejamento de cuidados, foi um desafio reportado por vários participantes (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

A pesquisa também abordou os aspectos emocionais da transição de carreira, com destaque para a sensação de insegurança e, em alguns casos, o medo de errar nas novas responsabilidades. Alguns enfermeiros relataram que a mudança de técnico para enfermeiro gerou um impacto significativo na sua confiança profissional, gerando uma sensação de "deslocamento" no novo ambiente de trabalho. Esse sentimento de insegurança foi especialmente marcante entre aqueles que possuíam um tempo de atuação mais longo como técnicos e que, ao se tornarem enfermeiros, precisaram enfrentar a cobrança por maior competência e eficácia (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Outro fator emocional importante foi o sentimento de resistência de alguns colegas de trabalho e membros da equipe de saúde, que, por vezes, não reconheciam ou não respeitavam a nova função e as responsabilidades dos enfermeiros recém-formados. Esse ambiente de desconfiança e resistência gerou um certo desconforto, dificultando a integração do novo enfermeiro na equipe de forma eficiente (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Embora muitos dos participantes reconhecessem a importância do suporte institucional, o estudo revelou que as instituições de saúde frequentemente carecem de programas de acolhimento estruturados para os enfermeiros em transição. O acompanhamento formal e o suporte de tutores ou preceptores foram escassos, o que dificultou a adaptação ao novo papel. A ausência de estratégias organizacionais claras para esse processo de transição pode ter contribuído para o aumento das dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Quando existiram estratégias de acolhimento, elas foram geralmente informais e ocorreram por meio da experiência prática e da troca de conhecimentos com colegas de trabalho mais experientes. A falta de uma integração estruturada, no entanto, foi apontada como um fator que limitou o sucesso da transição para a função de enfermeiro (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

O estudo de Oliveira *et al.*, (2022), acrescenta ainda uma dimensão prática importante à transição de carreira, apontando que esse processo, na instituição em estudo, depende da disponibilidade de vagas e caracteriza-se como um momento de ansiedade e expectativa. Os participantes relatam desafios ligados às novas atribuições do enfermeiro e à aceitação nas equipes de enfermagem, ressaltando que suas habilidades técnicas e experiências prévias contribuem para articular gerência e assistência. O estudo conclui que é importante que os empregadores desenvolvam estratégias para absorção e adaptação desses profissionais, além de incentivar reflexões por parte dos docentes sobre as especificidades desse grupo na graduação.

Os resultados indicam que, embora a formação acadêmica seja

crucial para a adaptação à profissão de enfermeiro, ela não foi suficiente para preparar os ex-técnicos de enfermagem para todos os aspectos práticos do novo papel. A educação teórica foi vista como essencial, mas a falta de uma formação prática mais articulada foi um ponto crítico na transição. A necessidade de mais estágios supervisionados e experiências práticas durante a graduação foi amplamente mencionada, especialmente em áreas de gestão e liderança. Além disso, os enfermeiros ex-técnicos apontaram a importância do desenvolvimento contínuo após a formação, sugerindo que a educação permanente, por meio de cursos de atualização e especialização, poderia auxiliar na adaptação ao novo papel e no aprimoramento das habilidades necessárias à prática da enfermagem (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Para suavizar esses desafios, Moreira *et al.* (2018) também enfatizam a importância de políticas institucionais que ofereçam programas de orientação e capacitação focados em liderança e gestão, além de disciplinas de aconselhamento profissional nos currículos acadêmicos. Tais iniciativas não só fortalecem as competências técnicas e gerenciais dos enfermeiros, mas também oferecem suporte emocional, promovendo uma transição mais segura e eficaz. Programas de mentoria e acompanhamento pós-formação são recomendados, pois fornecem uma rede de apoio contínua, essencial para que os novos enfermeiros desenvolvam segurança e adaptação no exercício de suas responsabilidades.

Adicionalmente, o uso de ferramentas de avaliação contínua nos primeiros meses de atuação é uma estratégia eficaz para identificar rapidamente áreas de dificuldade, permitindo intervenções ágeis e ajustes necessários ao longo do processo de adaptação (VAGOS, 2022). Complementando essa prática, a criação de grupos de apoio e reflexão conduzidos por enfermeiros experientes pode auxiliar os novos profissionais no enfrentamento do estresse e da insegurança. Encontros semanais para troca de experiências e aprendizado coletivo promovem uma rede de apoio fundamental para os recém-ingressos (VAGOS, 2022).

Outro ponto relevante apontado por Vagos (2022) é o aprimoramento das práticas de feedback, que constitui um recurso essencial para o desenvolvimento profissional. Estabelecer uma cultura de feedback construtivo entre supervisores e novos enfermeiros é crucial para que esses recém-ingressos compreendam suas áreas de melhoria e fortaleçam a autoconfiança, além de alinharem-se às expectativas da equipe.

Por fim, a capacitação para lidar com ambientes de alta pressão pode ser altamente benéfica na formação dos enfermeiros. Treinamentos específicos focados em situações críticas, como emergências e decisões rápidas, proporcionam uma base de segurança e aumentam a capacidade de resposta dos profissionais em cenários desafiadores. Essas práticas não apenas reduzem a ansiedade, mas também garantem uma atuação mais eficiente e segura (VAGOS, 2022).

Em síntese, essas estratégias ampliam o escopo de intervenções para a adaptação dos enfermeiros recém-formados, promovendo uma

transição de carreira mais segura e favorável ao desenvolvimento profissional. Ao integrar essas práticas ao ambiente de trabalho, as instituições de saúde fortalecem a confiança dos novos enfermeiros e melhorar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, contribuindo, assim, para a construção de uma equipe de saúde mais preparada e resiliente (VAGOS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos evidencia que a transição de técnico de enfermagem para enfermeiro é um processo multifacetado, que envolve não apenas a aquisição de novas habilidades técnicas, mas também a adaptação emocional e psicológica ao novo papel. Estudos como os de Souza et al. (2018) e Oliveira et al. (2022) destacam que essa mudança traz desafios consideráveis, especialmente relacionados à insegurança, à falta de suporte e ao receio de não corresponder às expectativas, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

Ao assumirem funções de liderança e supervisão, os enfermeiros recém-formados frequentemente se deparam com insegurança, intensificada pela formação técnica prévia, que muitas vezes não cobre as demandas dessas novas responsabilidades. A ausência de suporte institucional e de programas de mentoria agrava o estresse emocional, tornando a adaptação ainda mais difícil. Além disso, desafios relacionados ao reconhecimento e à valorização profissional, como discrepância salarial, desvalorização das novas atribuições e dificuldades no estabelecimento de autoridade junto à equipe, prejudicam a motivação e dificultam a integração nas equipes de saúde (OLIVEIRA et al., 2022).

Por outro lado, o estudo de Souza et al. (2018) evidenciou que a transição também traz benefícios significativos. Os profissionais relataram maior realização pessoal e profissional, orgulho pela nova função e satisfação em exercer a profissão com maior autonomia. O reconhecimento do papel de enfermeiro, a possibilidade de tomar decisões clínicas mais complexas e o impacto positivo no cuidado aos pacientes foram apontados como fatores que ampliaram a motivação e a confiança no trabalho. Assim, a transição foi percebida não apenas como um desafio, mas como uma oportunidade de crescimento, com destaque para o desenvolvimento de competências técnicas e a internalização positiva das responsabilidades de liderança.

Nesse contexto, torna-se essencial que as instituições implementem políticas de apoio abrangentes, incluindo programas de integração, capacitação em liderança e mentoria. Estudos como o de Monteiro et al. (2014) sugerem que a inclusão de disciplinas voltadas ao aconselhamento, gestão do estresse, tomada de decisão e comunicação efetiva pode ser fundamental para facilitar essa adaptação. Além disso, Junior et al. (2018) destacam que o apoio institucional contínuo, associado ao compartilhamento de experiências com profissionais mais experientes, desempenha um papel crucial na socialização profissional. Essa interação não apenas facilita a

construção de uma identidade profissional sólida, como também promove o desenvolvimento da autoconfiança no desempenho das novas funções.

Em síntese, a transição de técnico de enfermagem para enfermeiro é um processo desafiador, marcado por demandas emocionais e práticas, mas também repleto de oportunidades de crescimento pessoal e profissional. A ampliação das responsabilidades, a qualificação acadêmica e a possibilidade de contribuir para uma assistência mais humanizada e eficiente são aspectos frequentemente valorizados. Essa adaptação, contudo, exige um compromisso contínuo com a aprendizagem, sustentado pelo apoio das instituições de saúde. Quando conduzida de forma adequada, a transição não só fortalece o trabalho em equipe, como também eleva o padrão dos cuidados prestados, melhora a qualidade dos desfechos clínicos e contribui para a construção de um sistema de saúde mais integrado, seguro e eficiente.

REFERÊNCIAS

1. FERREIRA JÚNIOR, Antonio Rodrigues; FONTENELE, Matheus Eduardo Passos; ALBUQUERQUE, Rosalice Araújo de Sousa; GOMES, Francisco Meykel Amâncio; RODRIGUES, Maria Eunice Nogueira Galeno. **A socialização profissional no percurso de técnico a enfermeiro**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.l.], v. 73, n. 3, p. 123-130, maio/jun. 2020. <https://www.scielo.br/j/tes/a/9NYNHmpGTwC3g3bmHLwp3pc/>
2. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Perfil da Enfermagem no Brasil: relatório final**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. Realizado em parceria com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). <https://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/>
3. MONTEIRO, Roibison Portela; JUNG, Walnice; LAZZARI, Daniele Delacanal; NASCIMENTO, Eliane Regina Pereira do; DALAMARIA, Julcinéia Miguel. **O processo de transição profissional na perspectiva de técnicos de enfermagem que se tornaram enfermeiros**. *Revista de Enfermagem Brasileira*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 123-135, dez. 2014. <https://doi.org/10.5216/ree.v16i4.24129>
4. MOREIRA, Luzimar Rangel et al. **Percepção do enfermeiro sobre a formação acadêmica para o exercício profissional**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.l.], v. 73, n. 4, p. 45-52, jul./ago. 2018. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/17896>
5. MOREIRA, A. J. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico**. Universidade Federal de Goiás, 2004. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/web/up/19/o/Revisão de Literatura e desenvolvimento científico.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/web/up/19/o/Revisão%20de%20Literatura%20e%20desenvolvimento%20científico.pdf)

6. Oliveira LB, Lima RS, Silveira CA, Martinez MR, Sanches RS. **Transição de carreira: percepção de enfermeiros que atuaram como técnicos de enfermagem.** *J. nurs. health.* 2022;12(2):e2212221154. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v12i2.4479>
7. SENA, Alexandra Cassimiro Ferro; DA SILVA, João Paulo Malta; DA SILVA ALVES, Viviane. **Desafios encontrados na mudança de nível técnico em enfermagem para graduação em enfermagem.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.l.], v. 73, n. 5, p. 123-130, set./out. 2021. <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/663>
8. Souza BCH, Cruz VLSP, Martins ECR, Moraes PC, Francisco MTR, Alves RN. **A transição funcional de técnico de enfermagem para enfermeiro na perspectiva do profissional.** *Rev Fun Care Online.* 2018 oct/dec; <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-915593>
9. SOUZA, Flávia Aparecida de; PAIANO, Marcelle. **Desafios e dificuldades enfrentadas pelos profissionais de enfermagem no início da carreira.** *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 267-273, 2011. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-600166>
10. SOUZA, Luís Paulo et al. **Os desafios do recém-formado em Enfermagem no mundo do trabalho.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.l.], v. 73, n. 4, p. 120-130, abr. 2021. <https://reverenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/127/79>
11. VAGOS, Maria Helena Dias. **Principais dificuldades/desafios dos enfermeiros no início da carreira face à aprendizagem obtida na licenciatura.** *Revista de Enfermagem Brasileira*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 45-55, jan. 2022. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10478/1/PG_16459.pdf

CAPÍTULO 4

EXPLORANDO O LADO EMOCIONAL DO CÂNCER DE MAMA: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E APOIO PSICOLÓGICO

Cândida Maria de Oliveira

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Karla Ellen da Silva Pereira

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Paula Eduardo Furtado

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Fernanda Bernardo dos Santos

Enfermeira e Mestre. Professora Auxiliar do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM, Rio de Janeiro

RESUMO

Introdução: Entende-se neoplasia maligna da mama como câncer de mama, que é o crescimento desordenado de células determinando a formação de tumores malignos. Quem recebe o diagnóstico de câncer passa por um turbilhão de emoções: medo, raiva, angústia, tristeza, frustração. Todos esses sentimentos vêm à tona devido às incertezas sobre o seu futuro e inseguranças. A motivação para a realização deste estudo surgiu a partir da experiência pessoal vivenciada por uma das autoras. A partir de então foi definida a seguinte questão norteadora: como o enfermeiro pode atuar no cuidar da saúde mental da paciente durante o tratamento de câncer de mama? Para tanto, o objetivo geral do estudo compreender e descrever a importância do cuidar em saúde nos problemas apresentados dentro do perfil câncer de mama baseados em princípios holísticos; objetivos específicos: explorar o papel do enfermeiro no cuidado específico neste perfil de paciente; identificar estratégias de enfrentamento e apoio psicológico. **Metodologia:** Sendo assim, a coleta de dados da pesquisa apresentada foi organizada de forma bibliográfica, qualitativa, exploratória e descritiva. Foi realizada a busca pelos artigos na base de dados BVS com o descritor: "Neoplasia da mama" restringindo a pesquisa ao descritor " Psicologia ", foram utilizados os seguintes filtros: texto completo e idioma português sendo localizados 108 artigos. Após a leitura dos títulos foram selecionados 7 artigos para análise. **Resultados:** Os estudos destacam o papel essencial da enfermagem e do apoio psicológico. Pereira (2009) enfatiza que a enfermagem contribui não apenas no tratamento clínico, mas também no suporte emocional e

humanizado, o que impacta positivamente o bem-estar das pacientes. Conclusão: As conclusões alcançadas ressaltam a complexidade dos desafios emocionais e psicológicos que acompanham o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama.

Palavras-Chave: Câncer de mama; sofrimento psicológico; cuidados de enfermagem.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é uma das formas mais prevalentes de câncer entre as mulheres em todo o mundo, representando não apenas um desafio de saúde pública, mas também uma jornada pessoal e emocionalmente desafiadora para milhões de mulheres e suas famílias. Com suas origens profundamente enraizadas na alteração genética e no crescimento anormal das células mamárias, o câncer de mama transcende as fronteiras geográficas e culturais, afetando mulheres de todas as idades, origens étnicas e contextos socioeconômicos.

Esta doença complexa apresenta uma ampla gama de apresentações clínicas, desde lesões iniciais detectadas por exames de rotina até estágios avançados com metástases em órgãos distantes. No entanto, além da dimensão puramente física, o câncer de mama também desencadeia uma série de desafios emocionais, psicológicos e sociais para as pacientes e suas famílias. O diagnóstico de câncer de mama é um evento impactante na vida de uma mulher, desencadeando uma série de emoções e preocupações que podem afetar significativamente sua saúde mental e qualidade de vida. Ao longo do tratamento, as pacientes enfrentam não apenas os efeitos colaterais físicos da doença e da terapia, mas também questões psicossociais complexas que demandam suporte e assistência especializada que devem ser exploradas.

Explorar o lado emocional do câncer de mama é adentrar em um território vasto e complexo, permeado por uma miríade de sentimentos que afetam não apenas a paciente, mas também seus familiares e entes queridos. O diagnóstico de câncer de mama é frequentemente acompanhado por uma gama de emoções intensas, que vão desde o medo e a ansiedade até a tristeza, a raiva e a incerteza quanto ao futuro. Essas emoções podem ser exacerbadas ao longo do tratamento, à medida que a paciente enfrenta cirurgias, quimioterapia, radioterapia e outros procedimentos invasivos.

O medo do desconhecido é uma das emoções mais prevalentes entre as mulheres diagnosticadas com câncer de mama. O medo da morte, da dor, da perda da feminilidade e da identidade, bem como o medo do impacto no relacionamento com os entes queridos, são todas preocupações que podem dominar a mente da paciente. Além disso, a incerteza em relação ao prognóstico e ao sucesso do tratamento pode gerar uma ansiedade constante, tornando difícil para a paciente encontrar paz de espírito e viver

no momento presente. A tristeza e a depressão também são emoções comuns entre as mulheres com câncer de mama. O impacto emocional da doença pode ser avassalador, levando à perda de interesse nas atividades cotidianas, isolamento social e sentimentos de desesperança e desamparo. A percepção da própria mortalidade pode levar a questionamentos existenciais e a uma profunda angústia emocional. Além das emoções negativas, muitas pacientes também experimentam uma incrível resiliência e força interior ao enfrentar o câncer de mama. O senso de determinação, coragem e esperança pode ser uma fonte poderosa de apoio durante o tratamento, capacitando a paciente a enfrentar os desafios com uma atitude positiva e determinada.

É importante reconhecer que o impacto emocional do câncer de mama não se limita apenas à paciente, mas se estende também aos seus familiares e cuidadores. O medo, a ansiedade e o estresse associados à doença podem afetar significativamente o bem-estar emocional de todos os envolvidos, exigindo apoio e recursos adequados para lidar com essas emoções.

Ao longo das últimas décadas, avanços significativos foram feitos no diagnóstico precoce, tratamento e cuidados de suporte para mulheres com câncer de mama, melhorando as taxas de sobrevivência e a qualidade de vida das pacientes. No entanto, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, desde disparidades no acesso aos cuidados de saúde até a necessidade de abordagens mais personalizadas e centradas na paciente.

Neste contexto, os enfermeiros desempenham um papel crucial como membros da equipe de saúde, fornecendo cuidados holísticos que abordam não apenas as necessidades físicas, mas também as emocionais e psicológicas das pacientes.

A motivação para a realização deste estudo surgiu a partir da experiência pessoal vivenciada por uma das autoras. A partir de então foi definida a seguinte questão norteadora: como o enfermeiro pode atuar no cuidar da saúde mental da paciente durante o tratamento de câncer de mama? Para tanto, o **objetivo geral do estudo** é compreender e descrever a importância do cuidar em saúde nos problemas apresentados dentro do perfil câncer de mama baseados em princípios holísticos; **objetivos específicos**: explorar o papel do enfermeiro no cuidado específico neste perfil de paciente; identificar estratégias de enfrentamento e apoio psicológico; analisar o impacto emocional do diagnóstico e tratamento do câncer de mama sobre os pacientes; propor um plano de cuidados que envolva a equipe multidisciplinar, assegurando um suporte integral durante o tratamento.

AS EMOÇÕES E O SEU IMPACTO NA SAÚDE

As emoções são estados afetivos complexos que envolvem uma combinação de respostas físicas, cognitivas e comportamentais a estímulos internos ou externos. Elas são caracterizadas por sentimentos intensos e

passageiros, como alegria, tristeza, raiva, medo, entre outros, e desempenham um papel fundamental na regulação do comportamento, na tomada de decisões, interação social e na saúde. As emoções são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo experiências passadas, crenças, valores culturais e contextos sociais, e desempenham um papel importante na adaptação e sobrevivência dos seres humanos.

As emoções exercem um papel fundamental em nossa saúde física e mental. Seu impacto pode ser profundo, influenciando desde o funcionamento do sistema imunológico até a forma como lidamos com o tratamento de doenças, como o câncer de mama. Nos últimos anos, a relação entre emoções e saúde tem sido objeto de estudo em diversas áreas da ciência, incluindo a psicologia, a neurociência e a medicina. Entender como as emoções afetam o tratamento de doenças é essencial para proporcionar uma abordagem mais completa e eficaz no cuidado com a saúde.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que as emoções não existem em um vácuo; elas estão intrinsecamente ligadas ao funcionamento do corpo humano. Quando experimentamos emoções como a felicidade, o amor ou a gratidão, nosso cérebro libera neurotransmissores como a dopamina e a serotonina, que estão associados a sentimentos de bem-estar e prazer. Por outro lado, emoções como o estresse, a ansiedade e a tristeza desencadeiam a liberação de cortisol, conhecido como o hormônio do estresse, que pode ter efeitos negativos sobre o corpo a longo prazo.

O impacto das emoções sobre o sistema imunológico é especialmente relevante quando se trata do tratamento de doenças. Estudos têm demonstrado que o estresse crônico pode enfraquecer o sistema imunológico, tornando o organismo mais suscetível a infecções e doenças. Por exemplo, pacientes que passam por períodos de grande estresse tendem a apresentar uma recuperação mais lenta de cirurgias e têm maior probabilidade de desenvolver complicações pós-operatórias. Da mesma forma, o estresse pode comprometer a eficácia de tratamentos como a quimioterapia e a radioterapia, reduzindo a resposta do sistema imunológico e aumentando a probabilidade de efeitos colaterais.

Além do impacto direto sobre o sistema imunológico, as emoções também podem influenciar o comportamento das pessoas em relação ao tratamento de doenças. Por exemplo, pacientes que estão deprimidos tendem a ser menos aderentes ao tratamento, deixando de tomar os medicamentos prescritos ou de comparecer às consultas médicas de acompanhamento. Isso pode comprometer a eficácia do tratamento e levar a resultados piores a longo prazo. Da mesma forma, o estresse e a ansiedade podem levar as pessoas a adotar comportamentos prejudiciais à saúde, como o consumo excessivo de álcool, o tabagismo ou uma dieta pouco saudável, o que pode agravar ainda mais os sintomas da doença.

No entanto, nem todas as emoções têm um impacto negativo sobre o tratamento de doenças. De fato, emoções como a esperança, a fé e o otimismo podem desempenhar um papel importante na recuperação e no

bem-estar dos pacientes. Estudos têm demonstrado que pacientes que mantêm uma atitude positiva em relação ao tratamento têm maior probabilidade de seguir as recomendações médicas, apresentam uma recuperação mais rápida e têm uma melhor qualidade de vida. Além disso, o apoio emocional de amigos, familiares e profissionais de saúde pode ajudar os pacientes a lidar melhor com o estresse e a ansiedade associados ao tratamento de doenças, proporcionando conforto, apoio e esperança em momentos difíceis.

Por isso, é fundamental que os profissionais de saúde reconheçam a importância das emoções no tratamento de doenças e adotem uma abordagem mais holística e integrativa no cuidado com os pacientes. Isso significa não apenas tratar os sintomas físicos da doença, mas também levar em consideração o bem-estar emocional e psicológico do paciente. Isso pode incluir a prescrição de medicamentos para tratar a ansiedade e a depressão, a realização de terapias de apoio, como a terapia cognitivo-comportamental ou a terapia de grupo, e o encaminhamento para serviços de apoio psicológico e emocional.

Além disso, é importante que os profissionais de saúde trabalhem em parceria com os pacientes para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento do estresse, da ansiedade e da depressão. Isso pode incluir o ensino de técnicas de relaxamento, como a meditação, o mindfulness (“atenção plena”) e a respiração profunda, o estímulo à prática regular de exercícios físicos, e o fornecimento de informações e recursos para ajudar os pacientes a lidar melhor com os desafios emocionais associados ao tratamento de doenças.

Em resumo, as emoções exercem um papel fundamental no tratamento de doenças, influenciando desde o funcionamento do sistema imunológico até o comportamento dos pacientes em relação ao tratamento. Portanto, é essencial que os profissionais de saúde reconheçam a importância das emoções no cuidado com os pacientes e adotem uma abordagem mais holística e integrativa, que leve em consideração não apenas os aspectos físicos, mas também os aspectos emocionais e psicológicos da doença. Ao fazer isso, podemos proporcionar um cuidado mais completo e eficaz, que promova a recuperação e o bem-estar dos pacientes a longo prazo.

SOBRE O CÂNCER DE MAMA

O câncer de mama é uma doença maligna que se origina nas células da mama, sendo o tipo mais comum de câncer entre as mulheres em todo o mundo. Embora seja mais prevalente em mulheres, também pode afetar homens, embora com uma incidência muito menor. É uma condição complexa e multifatorial, resultante de uma combinação de fatores genéticos, hormonais, ambientais e de estilo de vida. Sendo um importante problema de saúde pública no Brasil, é o tipo de câncer mais comum entre as mulheres, depois do câncer de pele não melanoma. De acordo com o Instituto Nacional

do Câncer (INCA), estima-se que, para cada ano do triênio 2020-2022, sejam diagnosticados 66.280 novos casos de câncer de mama no Brasil, o que representa uma taxa de incidência de aproximadamente 61 casos a cada 100 mil mulheres. Além disso, o câncer de mama é a principal causa de morte por câncer entre as mulheres brasileiras, com uma estimativa de 17.760 óbitos por ano.

Vários fatores de risco estão associados ao desenvolvimento do câncer de mama, incluindo: Sexo e Idade – O câncer de mama é mais comum em mulheres, especialmente após os 50 anos de idade. No entanto, pode ocorrer em mulheres mais jovens e em homens, embora com menos frequência. História Familiar e Genética – Mulheres com história familiar de câncer de mama, especialmente se o câncer ocorreu em parentes de primeiro grau (mãe, irmã ou filha), têm um risco aumentado de desenvolver a doença. Além disso, mutações genéticas hereditárias, como as mutações nos genes BRCA1 e BRCA2, estão associadas a um maior risco de câncer de mama. Fatores Hormonais – Exposição prolongada a estrogênio, seja devido à menstruação precoce, menopausa tardia, terapia hormonal pós-menopausa ou uso de contraceptivos orais, está associada a um maior risco de câncer de mama. Obesidade e Estilo de Vida – A obesidade, o consumo excessivo de álcool, o tabagismo e a falta de atividade física estão associados a um maior risco de câncer de mama. Exposição a Radiações – Exposição à radiação ionizante, como radioterapia prévia no tórax, está associada a um risco aumentado de câncer de mama.

O diagnóstico precoce do câncer de mama é fundamental para o sucesso do tratamento. No Brasil, o Ministério da Saúde preconiza a realização da mamografia de rastreamento em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, a cada dois anos. Além disso, as mulheres devem realizar o autoexame das mamas regularmente e procurar um médico se notarem qualquer alteração suspeita nas mamas. Então os métodos de diagnóstico incluem: Autoexame das Mamas – As mulheres são encorajadas a realizar regularmente o autoexame das mamas para detectar quaisquer alterações suspeitas. Mamografia – A mamografia é um exame de imagem que pode detectar tumores de mama antes mesmo de serem perceptíveis ao toque. Ultrassonografia – A ultrassonografia mamária é frequentemente utilizada para avaliar anormalidades detectadas na mamografia. Ressonância Magnética – A ressonância magnética das mamas pode ser utilizada para avaliar anormalidades detectadas em outros exames de imagem. Biópsia – A confirmação diagnóstica do câncer de mama geralmente requer uma biópsia, na qual uma amostra de tecido da mama é coletada e examinada sob um microscópio.

O tratamento do câncer de mama no Brasil é oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pode incluir: A cirurgia é frequentemente o primeiro passo no tratamento do câncer de mama e pode envolver a remoção do tumor (mastectomia) ou apenas a remoção do tecido mamário afetado (cirurgia conservadora da mama). A radioterapia usa radiação de alta energia para

destruir células cancerosas e encolher tumores. A quimioterapia utiliza medicamentos para destruir células cancerosas e impedir sua capacidade de crescer e se dividir. A terapia hormonal pode ser usada para tratar cânceres de mama que são sensíveis a hormônios, como aqueles que expressam receptores de estrogênio ou progesterona. A terapia-alvo utiliza medicamentos que atacam especificamente as células cancerosas, poupando as células saudáveis.

Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento do câncer de mama, ainda existem vários desafios a serem enfrentados no combate ao câncer de mama no Brasil. Alguns desses desafios incluem: Acesso à Saúde - Nem todas as mulheres têm acesso fácil a serviços de saúde, incluindo exames de mamografia e tratamento para o câncer de mama. Desigualdades Sociais e Regionais - Existem grandes desigualdades sociais e regionais no Brasil, o que pode levar a disparidades no acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer de mama. Diagnóstico Tardio - Muitas mulheres ainda são diagnosticadas com câncer de mama em estágios avançados da doença, o que reduz suas chances de sobrevivência. Falta de Conscientização - A falta de conscientização sobre o câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce ainda é um problema, especialmente entre mulheres de baixa renda e baixa escolaridade.

O Ministério da Saúde implementou vários programas de rastreamento e prevenção do câncer de mama, com o objetivo de aumentar o acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento da doença. Além do programa de mamografia de rastreamento para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, o Ministério da Saúde também promove campanhas de conscientização sobre a importância do autoexame das mamas e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

O Brasil tem uma comunidade científica ativa e engajada no estudo do câncer de mama, com várias instituições de pesquisa e universidades trabalhando para melhorar o diagnóstico, tratamento e prevenção da doença. Além disso, o país participa de estudos clínicos internacionais e colabora com outros países no desenvolvimento de novas terapias e estratégias de combate ao câncer de mama. Sendo um importante problema de saúde pública, é a principal causa de morte por câncer entre as mulheres. No entanto, com o diagnóstico precoce e o tratamento adequado, muitas mulheres podem sobreviver à doença e levar uma vida saudável e produtiva. É fundamental continuar investindo em programas de rastreamento e prevenção do câncer de mama, bem como em pesquisa científica, para melhorar os resultados para as mulheres afetadas por essa doença devastadora.

METODOLOGIA

A pesquisa científica abrange diversas metodologias, entre as quais se destacam a qualitativa, exploratória e descritiva, cada uma com características e objetivos específicos.

Assim, a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em qualquer investigação científica, pois envolve a coleta, análise e interpretação de informações já publicadas sobre um determinado tema. Sua eficácia depende da qualidade das fontes selecionadas e da habilidade do pesquisador em sintetizar e criticar o material disponível (Gil, 2008). A pesquisa qualitativa foca na compreensão de fenômenos sociais e humanos a partir da perspectiva dos participantes, utilizando métodos como entrevistas em profundidade, grupos focais e observação participante. Seu objetivo principal é obter uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados (Creswell, 2013).

A pesquisa exploratória visa proporcionar uma compreensão inicial sobre um problema ou fenômeno pouco conhecido, sendo caracterizada por sua flexibilidade e adaptabilidade. A principal contribuição desta pesquisa é a geração de novas ideias e a ampliação do entendimento sobre o tema em questão (Gil, 2008). A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever características, comportamentos ou situações específicas de forma detalhada e sistemática. Martins e Theóphilo (2009) destacam que "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los". Este tipo de pesquisa é amplamente utilizado em diversas áreas, como medicina, educação, marketing e ciências sociais.

Neste contexto, A pesquisa bibliográfica fornece a base teórica necessária, enquanto a qualitativa aprofunda a compreensão dos fenômenos. A pesquisa exploratória abre caminho para novas descobertas e a descritiva detalha as características dos fenômenos investigados. Juntas, essas abordagens contribuem para uma investigação científica robusta e abrangente.

Sendo assim, a coleta de dados da pesquisa apresentada foi organizada de forma bibliográfica, qualitativa, exploratória e descritiva. Foi realizada a busca pelos artigos na base de dados BVS com o descritor: "Neoplasia da mama" restringindo a pesquisa ao descritor " Psicologia ", sendo encontrados 12.925 artigos. A fim de reduzir a busca foram utilizados os seguintes filtros: texto completo e idioma português sendo localizados 108 artigos. Após a leitura dos títulos foram selecionados 7 artigos para análise.

Tabela 1: Lista dos artigos selecionados

Título	Autores	Ano	Revista	Resumo
Esperança, Medo e Qualidade de vida Relacionada à Saúde na Percepção de Mulheres com Câncer de Mama	ARAÚJO, Marlon Noronha	2021	Rev. Bras. Cancerol. (online)	O artigo tem como objetivo conhecer o significado que as mulheres com câncer de mama em tratamento em um hospital universitário atribuíram à sua experiência de medo mascarado pelo sentimento de esperança, bem como investigar a percepção da qualidade de vida no enfrentamento da doença. Concluindo que a

				experiência do período de diagnóstico e tratamento inclui enfrentamento, conhecimento da doença, assistência clínica (médicos, equipes), exaltação ao desespero e o paradoxo entre o medo e a esperança. Sendo que também foi discutida a essência da experiência vivenciada e Compartilhada participantes à luz da teoria da doença, como uma ruptura da narrativa biográfica.
Câncer de mama: sentimentos e percepções das mulheres diante do diagnóstico	MATTIA S, Silvia Regina	2018	Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)	Com o objetivo de conhecer os sentimentos e percepções das mulheres diante do diagnóstico de câncer de mama. O estudo mostra que as mulheres já esperavam o diagnóstico de câncer, porém, mesmo dizendo estarem preparadas para tal diagnóstico, diante da notícia se sentiram aflitas, receberam apoio da família e também buscaram apoio religioso para enfrentar este difícil momento.
Mulheres de meia idade e o enfrentamento do câncer de mama	RIBEIRO, Vanessa Costa	2014	Rev. cuid. (Bucaramanga. 2010)	O estudo objetivou analisar as mudanças em vários papéis que mulheres de meia-idade está desenvolvendo nessa fase da vida, abordando os problemas encontrados nessa fase e identificar se existem estratégias utilizadas para uma melhor qualidade de vida. Sendo as estratégias envolvidas que mais imperam no sucesso do tratamento, são o apoio da família e cônjuge, bem como, a volta dessa mulher ao seu espaço social, com a ajuda de grupos de vivência e serviços de reabilitação social.
Depressão, ansiedade e qualidade de vida em mulheres em tratamento de câncer de mama	SANTOS JÚNIOR, Nilo Coelho dos	2010	Rev. bras. mastologia	Com o objetivo de avaliar a prevalência de depressão, ansiedade e qualidade de vida em mulheres encaminhadas para atendimento em ambulatório terciário de mastologia, foi realizado estudo observacional de corte transversal, descritivo, analítico e prospectivo, em 25 mulheres em tratamento para câncer de mama, atendidas no Ambulatório de Mastologia do Hospital Geral de Palmas, Tocantins, no período entre setembro a novembro de 2009. Os resultados apresentados sugerem que os eventos estressantes podem ter

				influência sobre o surgimento do câncer de mama, e que os fenômenos psicológicos de depressão e ansiedade necessitam de uma melhor avaliação quanto à utilização dos instrumentos de levantamento de dados nas pesquisas realizadas.
A atuação de enfermagem no cuidado emocional às mulheres acometidas por câncer de mama e suas famílias	PEREIRA, Leticia Cardoso de Lacerda	2009	Rev. enferm. UFPE on line	O estudo tem como objetivo descrever a contribuição da enfermagem na assistência emocional às mulheres portadoras de câncer de mama. Sendo que cabe a enfermagem participar de todas as etapas, da prevenção ao término do tratamento. Concluindo que o cuidado de enfermagem deve, cada vez mais, tornar-se humanizado.
Câncer de mama feminino e psicologia	RAMOS, Bianca Figueiredo	2009	SBPH, Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar	Este artigo teve como objetivo compreender e descrever o comportamento, a dinâmica psíquica de quem possui esta patologia e suas expectativas mais comuns. O trabalho também aborda conteúdos sobre o aspecto biopsicossociopsiritual da mulher acometida pelo câncer de mama, trazendo pontos relevantes e essenciais para a vida da paciente em tratamento, assim como estratégias de abordagem psicológica para apoio na situação cirúrgica.
Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino	SILVA, LC DA	2008	Psicologia em Estudo.	Este artigo tem o objetivo de levantar alguns pontos de reflexão no que se relaciona aos significados culturais da doença e do significado do seio enquanto ícone da identidade feminina. Partimos do princípio de que enriquecer a compreensão dos aspectos que influenciam o sofrimento da mulher com câncer de mama contribui para que os profissionais de saúde, principalmente os de saúde mental, possam assisti-la de maneira mais eficiente e abrangente. compreensão precisa da situação.

Fonte: Autores (2024)

RESULTADOS

Perfil dos Estudos Selecionados

Os sete artigos selecionados abordam diferentes aspectos emocionais e de enfrentamento de mulheres com câncer de mama, publicados entre 2008 e 2021. Os temas explorados incluem medo, esperança, ansiedade, apoio familiar, e o papel da enfermagem na assistência emocional.

A maioria dos estudos é de caráter descritivo e qualitativo, analisando experiências emocionais e estratégias de enfrentamento das participantes a partir de observações e relatos detalhados.

Vivências Emocionais das Mulheres com Câncer de Mama

Os artigos revelam que o diagnóstico de câncer de mama desencadeia uma gama complexa de emoções, incluindo medo, ansiedade, depressão e, em alguns casos, sentimentos de esperança. Por exemplo, Araújo (2021) destacou o paradoxo entre o medo e a esperança, evidenciando que as pacientes enfrentam o diagnóstico com uma mescla de sentimentos, onde o medo do desconhecido e da mortalidade é parcialmente equilibrado pela esperança de tratamento e

O estudo de Mattias (2018) apontou que, apesar de algumas mulheres tentarem se preparar mentalmente para o diagnóstico, ao recebê-lo ainda experimentam um profundo sofrimento emocional. Esse impacto, segundo o estudo, reforça a necessidade de apoio emocional no momento do diagnóstico.

Estratégias de Enfrentamento Adotadas

Os artigos analisados indicam que as estratégias de enfrentamento variam de acordo com fatores como idade, estágio da doença e suporte social. Segundo Ribeiro (2014), o apoio familiar e conjugal é essencial para mulheres de meia-idade, contribuindo para que retomem suas atividades sociais e profissionais.

Outro estudo relevante é o de Ramos (2009), que destaca o papel de práticas religiosas e espirituais como estratégias significativas para algumas mulheres enfrentarem o diagnóstico e o tratamento, além de auxiliar na reconstrução da autoestima e no fortalecimento emocional.

Ramos (2009) também explora o papel da psicologia no apoio ao tratamento, enfatizando abordagens que considerem o aspecto biopicosocioespiritual das pacientes. O suporte psicológico é fundamental para lidar com o estresse e reforçar as estratégias de enfrentamento.

O uso de grupos de apoio e vivência foi destacado por Santos Júnior (2010) e Pereira (2009) como fundamentais para promover um sentimento de pertencimento, trocas de experiências e fortalecimento emocional.

Papel da Enfermagem e do Apoio Psicológico

Os estudos também destacam o papel essencial da enfermagem e do apoio psicológico no processo de enfrentamento emocional. Pereira (2009) enfatiza que a enfermagem contribui não apenas no tratamento clínico, mas também no suporte emocional e humanizado, auxiliando as pacientes em todas as etapas do tratamento, desde a prevenção até o pós-tratamento, o que impacta positivamente o bem-estar das pacientes.

Ramos (2009) e Silva (2008) exploram a importância do acompanhamento psicológico para a saúde mental das pacientes, proporcionando a elas um espaço seguro para expressar seus sentimentos e entender os impactos do câncer de mama em sua identidade e autoestima.

Comparação com a Literatura

A análise dos artigos selecionados revela uma convergência com a literatura sobre o papel central do apoio emocional e da resiliência no enfrentamento do câncer de mama, observa-se uma coerência entre as estratégias de enfrentamento adotadas pelas pacientes e o que é descrito por teorias psicológicas sobre o enfrentamento de doenças crônicas. Por exemplo, a literatura aponta que o apoio social e as práticas de autocuidado são essenciais para lidar com diagnósticos graves, o que é confirmado por Ribeiro (2014) e Mattias (2018). Os achados corroboram a importância do apoio familiar e psicológico e a necessidade de intervenções focadas na melhoria da qualidade de vida, alinhando-se com estudos que destacam a abordagem integrada no tratamento.

Implicações para Práticas Futuras

Com base nos resultados apresentados, nota-se que a integração de práticas psicológicas e sociais mais direcionadas poderia fortalecer ainda mais o suporte às pacientes, contribuindo para uma melhora na adaptação emocional e na qualidade de vida.

DISCUSSÃO

A discussão deste trabalho visa interpretar e correlacionar os resultados dos estudos selecionados com os objetivos deste trabalho, analisando as contribuições da literatura para a compreensão dos aspectos emocionais do câncer de mama e as principais estratégias de enfrentamento e apoio psicológico disponíveis para as pacientes.

Primeiramente, observou-se que os estudos apontam para uma relação complexa entre o diagnóstico de câncer de mama e as respostas emocionais desencadeadas, como o medo, a ansiedade e a depressão. A experiência com o câncer de mama envolve uma série de desafios psicológicos, que incluem o luto pela perda da saúde, o impacto na autoestima e as mudanças na identidade feminina, associadas muitas vezes à simbolização dos seios (Silva, 2008). Esse entendimento reforça a importância de abordagens terapêuticas que considerem o sofrimento

psicológico dessas mulheres de forma integrada e humanizada, como sugerido por Ramos (2009).

Outro ponto relevante que emerge dos artigos é o papel do apoio familiar, social e espiritual no enfrentamento da doença. Mattias (2018) ressalta que, mesmo as mulheres que se dizem preparadas para o diagnóstico, ainda enfrentam momentos de aflição e incerteza, buscando apoio tanto em familiares quanto em práticas religiosas. Esses elementos não apenas auxiliam no enfrentamento, mas também são fundamentais para a construção de uma rede de suporte emocional, que promove uma adaptação mais positiva ao processo de tratamento.

O estudo de Ribeiro (2014) destaca, ainda, a importância do retorno das pacientes às suas atividades sociais e à convivência familiar, apontando que essas estratégias contribuem para a reabilitação e melhor qualidade de vida. A enfermagem é uma figura central nesse processo de suporte, fornecendo um cuidado humanizado em todas as etapas, desde o diagnóstico até o final do tratamento (Pereira, 2009).

Além disso, os artigos selecionados indicam que o suporte psicológico pode ajudar a mitigar os sintomas de ansiedade e depressão, melhorando a qualidade de vida das pacientes. O trabalho de Santos Júnior (2010) enfatiza a necessidade de uma abordagem mais rigorosa na avaliação dos fenômenos psicológicos associados ao câncer, sugerindo que as intervenções psicológicas podem ser eficazes no controle desses sintomas, trazendo alívio e suporte emocional às mulheres afetadas.

Por fim, a discussão dos resultados dos estudos selecionados mostra que o enfrentamento do câncer de mama vai além da dimensão médica, exigindo uma abordagem holística que integre a saúde mental, o suporte emocional, a interação social e o apoio espiritual. Estratégias de intervenção devem, portanto, ser multidimensionais e centradas na paciente, com ênfase no acolhimento e no fortalecimento psicológico, para que as mulheres se sintam amparadas e capazes de enfrentar a doença com mais segurança e esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu uma compreensão mais profunda das nuances emocionais enfrentadas por mulheres diagnosticadas com câncer de mama, evidenciando como o suporte oferecido por profissionais da enfermagem, familiares e grupos de apoio contribui significativamente para o manejo dos impactos emocionais do diagnóstico e tratamento. Esse apoio não apenas ajuda a lidar com sentimentos de medo e ansiedade, mas também reforça o sentimento de esperança e resiliência, fundamentais para o enfrentamento da doença. As conclusões alcançadas ressaltam a complexidade dos desafios emocionais e psicológicos que acompanham o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama.

Constatou-se que o apoio de familiares e amigos é fundamental para a estabilidade emocional, funcionando como uma âncora durante o

tratamento. Além disso, o papel do cônjuge e da família foi destacado como essencial para enfrentar as fases mais difíceis do tratamento.

As estratégias de enfrentamento identificadas, como o apoio familiar, espiritualidade, inserção em grupos de apoio e atividades de reabilitação social, mostraram-se eficazes para minimizar o impacto emocional. A análise revela que essas estratégias não apenas promovem a estabilidade emocional, mas também facilitam o processo de aceitação e adaptação das pacientes às mudanças trazidas pelo câncer de mama, especialmente em relação à autoimagem e identidade.

Apesar dos avanços, os dados sugerem que ainda existem lacunas no atendimento psicológico prestado a essas mulheres, especialmente no que diz respeito à humanização do cuidado e à individualização do tratamento. Muitas pacientes relataram carências emocionais que poderiam ser mitigadas com uma abordagem mais personalizada. Essa realidade aponta para a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde e o desenvolvimento de práticas mais humanizadas que considerem a particularidade do sofrimento psicológico de cada mulher.

A pesquisa contribui também para a compreensão do papel dos profissionais da enfermagem no apoio psicológico na oncologia, indicando a importância de estratégias de apoio emocional e práticas de acolhimento no tratamento de pacientes com câncer de mama. Estes resultados reforçam a necessidade de se desenvolver políticas e práticas que valorizem a dimensão emocional e psicossocial do tratamento, garantindo, assim, um atendimento integral e sensível às necessidades das pacientes.

Este estudo ressalta a importância de futuras pesquisas focadas em práticas específicas de apoio psicológico e enfrentamento emocional que possam ser aplicadas de forma eficaz em diferentes contextos culturais e socioeconômicos. Além disso, sugere-se explorar o impacto de novas abordagens terapêuticas e métodos de acolhimento no bem-estar emocional de mulheres com câncer de mama, visando ao desenvolvimento de intervenções ainda mais eficazes e acessíveis.

Este trabalho reforça que o enfrentamento emocional do câncer de mama é um processo complexo que demanda atenção multidisciplinar e práticas de acolhimento sensíveis. Ao abordar a relevância das estratégias de enfrentamento e apoio psicológico, conclui-se que um atendimento mais humanizado e centrado nas necessidades emocionais das pacientes é indispensável para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marlon Noronha; RIBEIRO, Leandro Aparecido dos Santos; MENDONÇA, Tânia Maria da Silva. Esperança, Medo e Qualidade de vida Relacionada à Saúde na Percepção de Mulheres com Câncer de Mama **Rev. Bras. Cancerol. (Online)**; 2021. Disponível em

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/02/1355101/mhrossiart18_parapublicar-1.pdf>. acessos em 12 mai. 2024.

MATTIAS et al. Câncer de mama: sentimentos e percepções das mulheres diante do diagnóstico. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**; 2018. Disponível em <https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6057/pdf_1>. acessos em 15 mai. 2024.

PEREIRA, Letícia Cardoso de Lacerda; SILVA, Paulo Ricardo Bernardino da; SILVA, Jorge Luiz Lima da. A atuação de enfermagem no cuidado emocional às mulheres acometidas por câncer de mama e suas famílias. **Rev. enferm. UFPE on line**; 2009. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/5602/4822>>. acessos em 14 mai. 2024.

RAMOS, Bianca Figueiredo; LUSTOSA, Maria Alice. Câncer de mama feminino e psicologia. **Rev. SBPH**, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582009000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 abr. 2024.

RIBEIRO, Vanessa Costa; PORTELLA, Vanessa Sandra Dutra Cabral; MALHEIRO, Vanessa Eliene de Souza. Mulheres de Meia Idade e o Enfrentamento do Câncer de Mama. **Rev Cuid**, 2014. Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732014000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 mai. 2024.

SANTOS JÚNIOR et al. Depressão, ansiedade e qualidade de vida em mulheres em tratamento de cancer de mama. **Rev. bras. mastologia** 2010. Disponível em <<https://revistamastology.emnuvens.com.br/rbm/article/view/23/14>>. acessos em 14 mai. 2024.

SILVA, LC da. Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino. **Psicologia em Estudo**, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200005>>. acessos em 03 abr. 2024.

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA DO MÉDICO VETERINÁRIO NA ATENÇÃO BÁSICA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA PARA PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E CONTROLE DAS ZONOSSES

Célio Bispo de Souza

Médico no programa mais médico do Brasil.

Médico veterinário e Biomédico.

Doutorando em ciência da saúde

Instituição: Ivy Enber Christian University.

RESUMO

A participação do médico veterinário na atenção básica da estratégia da saúde da família está voltada para a promoção de saúde, prevenção, controle e diagnóstico de patologia infecciosa que pode ser transmitida dos animais domésticos e silvestre ao homem, denominada de zoonoses. A interdisciplinaridade na atenção básica da Medicina Veterinária tem sido reforçada desde a inclusão do médico veterinário na lista de profissionais que podem compor o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), desde 2011. Este trabalho justifica-se devido à competência profissional na Atenção Básica amparada por lei, pelo campo comum de atuação entre zoonoses e o Médico Veterinário no NASF, além do apoio às equipes de saúde. Assim, o objetivo desse trabalho é apontar de forma descritiva e qualitativa a necessidade da participação do médico veterinário na equipe multidisciplinar da estratégia de saúde da família nos papéis de prevenção da saúde pública veterinária e enfermidades emergentes e reemergentes importantes para equilíbrio da saúde humana, animal e meio ambiente. Para tanto, foram consultados artigos publicados em periódicos científicos, resoluções, Scielo, Medline, Google Acadêmico, além de sites do Conselho Federal de Medicina Veterinária e da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Os resultados demonstraram que inserção do médico veterinário na Atenção Básica é recente, com atuação de apenas 114 profissionais atuando no NASF em todo território brasileiro. Espera que esse número aumente com não controle epidemiológicos das enfermidades emergente e reemergentes, por fatores de caráter zoonóticas alimentar, animal, e pelo desequilíbrio ambiental que favorece a disseminação de patologia infecciosa. O diagnóstico veterinário é fundamental para estabelecer programas de promoção e prevenção em saúde que são ferreamente essenciais para a reabilitação humana em questão de saúde única. A partir dessa pesquisa pôde-se concluir que a participação do médico veterinário no NASF é importante para a sociedade

uma vez que estes podem contribuir para a saúde humana, animal e do meio ambiente juntamente com outros profissionais atuantes, promovendo assim um aumento do saber em saúde tanto para esses profissionais quanto para a comunidade. A grande dificuldade para aumento desse profissional na atenção primária depende de profissionais habilitados e do conhecimento do gestor em saúde municipal ou estadual em saber a importância do médico veterinário para o NASF e da situação econômica da secretaria de saúde para a contratação ou concursos públicos para novos veterinários que atuarão no NASF ou na equipe multiprofissional (e-Multi).

Palavras-Chave: Médico Veterinário; e-multi, Atenção Básica; Promoção e Prevenção em Saúde; Zoonoses.

INTRODUÇÃO

A medicina veterinária é uma profissão médica que simultaneamente atua em ciência agrária (saúde animal e saúde ambiental) e ciência da saúde (saúde humana). Biondo et al. (2011) afirma que a saúde única é a união inseparável entre a saúde animal, humana e ambiental. Dessa forma, patologias infecciosas emergentes ou reemergentes podem ser prevenidas e erradicadas pela ação conjunta entre as Medicinas Veterinária e Humana, com participação interdisciplinar de diversos profissionais de saúde. Dessa forma, o médico veterinário pode auxiliar na prevenção de zoonoses causadas por mais de 250 agentes etiológicos específicos, salvo aquelas adquiridas pelo consumo de carnes, leite contaminados ou resíduos contaminantes do meio ambiente. (COMISSÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA-CNSPV, 2009; ALFIERI ET AL, 2015).

De acordo com Begali (2016), a portaria instituída pelo Ministério da Saúde/ Gabinete do Ministro (MS/GM) nº. 2.488 de 21 de outubro de 2011, reforça a inclusão do Médico Veterinário na composição do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) 1 e 2 citados no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) (CRMV-MA, 2018).

Conforme Araújo (2013), o fato da Medicina Veterinária não fazer parte da composição das profissões do Conselho Nacional de Saúde (CNS) até o início da década de 90, gerava escassez de conhecimento da profissão pela sociedade, autoridades e por outros profissionais da saúde sobre a atuação do médico veterinário na Atenção Básica. Sua inclusão na área da saúde se deu somente em 1992, via Resolução do CNS/MS nº 38/1992. Após duas alterações (Resolução CNS/MS nº218/1997 e Resolução CNS/MS nº287/1998 (reconhecimento como categoria profissional no CNS), a profissão foi então inserida no contexto dos NASF pela Portaria MS nº 2.488/2011 no intuito de proteger e promover a saúde humana (SOUZA, 2010; BRASIL, 2011; XAVIER; NASCIMENTO, 2017).

A Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinária (CNSPV), instituiu que o médico veterinário é capaz de atuar no planejamento e intervenção da

prática na Atenção Primária, desempenhando os seguintes papéis:

A) Visitas domiciliares para diagnosticar riscos que envolvam animais e ambiente. B) Prevenção, controle e diagnóstico situacional de riscos de doenças transmissíveis por animais. C) Prevenção e controle de doenças transmissíveis pelos seres humanos aos animais. D) Educação em saúde, com foco na promoção, prevenção e controle de doenças de caráter antropozoonótico e demais riscos ambientais. E) Ações educativas e de mobilização da comunidade, relativas ao controle das doenças/agravos. F) Estudos e pesquisas em saúde pública, que favoreçam a territorialidade e a qualificação da atenção. G) Cuidado com os resíduos sólidos. H) Divulgação nos meios de comunicação e sensibilização das comunidades e da sociedade. I) Prevenção e controle de doenças transmissíveis por alimentos. J) Respostas às emergências de saúde pública e eventos de potencial risco sanitário nacional. Identificação e orientações sobre os riscos de contaminação por substâncias tóxicas (CNSPV/CFMV, 2017).

Dessa forma, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), por meio da CNSPV, tem se empenhado em consolidar a participação e atuação do médico veterinário no NASF, no sentido de contribuir na prevenção de doenças da Atenção Básica e conscientizar médicos veterinários, gestores e a sociedade sobre a importância da Medicina Veterinária na saúde das populações (CFMV, 2017).

Nesse sentido, as funções do médico veterinário no controle de zoonoses dentro da Atenção Básica, de acordo com o CNSPV, incluem:

“Identificar as condições socioambientais propícias à proliferação de vetores de doenças, pragas urbanas e animais sinantrópicos, propondo e participando no desenvolvimento de ações de controle. Identificar as condições socioambientais propícias à proliferação e ao acesso de animais peçonhentos, propondo e participando no desenvolvimento de ações de prevenção e controle (ofídismo - identificação).”

Dentro desse contexto interdisciplinar, as principais funções do Médico Veterinário na Atenção Básica, se resumem a promover e prevenir a saúde, além de atuar no controle e diagnóstico das zoonoses para uma melhoria nos serviços de saúde pública dentro da Atenção Primária. Além disso, deve participar juntamente com as famílias em ações sanitárias, pois são ações fundamentais para a efetivação da Atenção Primária em Saúde (APS).

JUSTIFICATIVA

Apesar de sua importância comprovada no Programa de Atenção Básica à Saúde, existem poucos profissionais veterinários que atuam na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e na Atenção Primária. De acordo com a Resolução do CNS nº287/98, o médico veterinário pode compor o rol dos profissionais de saúde, pois têm funções que podem ser de extrema importância na Atenção Básica, indo além da saúde animal, uma vez que pode atuar na prevenção de enfermidades, promoção de saúde, proteção e reabilitação em nível individual e coletivo. A CNSPV atribui ao profissional veterinário uma competência profissional amparada por lei na Atenção Básica, dentro do NASF, no apoio às equipes de saúde, uma vez que, pode atuar na prevenção e controle de zoonoses transmissíveis ao homem em ações de prevenção e promoção de saúde, além de proteção e reabilitação individual e coletiva (CNSPV,2009; CRMV-MA, 2018; GOMES, 2017).

A resolução CNE/CES 1/2003, cita atributos deste médico no campo da saúde humana que executam padrões de qualidade e dos princípios ético e bioética, que por sua vez valoriza a humanização e o acolhimento dos usuários do sistema única de saúde através do NASFs, e-multi, decretada pela Portaria MS nº. 2488/11.

A formação básica em ciências biomédicas, com conhecimentos nas áreas epidemiologia e saneamento ambiental fazem com que sua atividade na Atenção Básica desenvolva controle de epidemias através de profilaxia que impede a transmissão de doenças infecciosas aos seres humanos. Estabelece o equilíbrio ecológico com sustentabilidade para preservação da vida animal e humana controlando a cadeia de transmissão de enfermidades produzidas por poluição ambiental em diferentes ecossistemas (ALFIERI, 2015; MENEZES 2018).

Como demonstrado anteriormente, o médico veterinário pode desempenhar dentro do NASF, atividades tais como prevenção e controle de doenças transmissíveis, com visitas domiciliares, promover orientações na prevenção e auxílio com acidentes de animais peçonhentos, e atuar também nos processos de controle epidemiológico de zoonoses emergentes, orientação para prevenção e epidemiologia de doenças não infecciosas, tais como hipertensão e diabetes, além da participação na equipe no que tange o planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos Programas de intercambio de pesquisas entre médico veterinárias e médico epidemiológicas. Além disso, também podem atuar em Vigilância Sanitária e ambiental, participando da produção e controle de produtos biológicos, avaliação e controle de medicamentos além de medidas de saneamento básico, diagnóstico em zoonoses, dentre outras. Dessa forma, recomendado inclusive, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), possuir habilitação para exercer atividades, que antes era somente a outros profissionais participantes das equipes de saúde coletiva, na promoção da saúde humana, apoiando principalmente a ABS e a ESF (CNSPV,2009; GOMES, 2017; CRMV-MA, 2018; MENEZES, 2018).

Portanto justifica a realização desta investigação descritiva e qualitativa para levar ao conhecimento, que a profissão médico veterinário é importante sua inclusão na atenção básica da saúde pública, uma vez que, a funções básicas é prevenir patologias que podem ser transmitidas ao homem por meio de várias fontes de infecções de origem animal, do desequilíbrio do meio ambiente e do saneamento ambiental. Outra justificativa é de promover ação em saúde e prevenção de enfermidade, como também conhecer qual é a realidade do médico veterinário que está atuando na saúde única através do NASF, e-multi em todo o Brasil, e qual esfera governamental é responsável pela contratação desses profissionais.

OBJETIVO

OBJETIVO GERAL

O presente trabalho visa mostrar a importância da participação do médico veterinário na prevenção de enfermidades emergentes e reemergentes importantes para o equilíbrio da saúde humana, animal e meio ambiente, como parte da equipe multidisciplinar dentro da ESF.

OBJETIVO ESPECÍFICOS:

- a) Determinar a função do médico veterinário na Atenção Básica.
- b) Verificar a importância na Atenção Básica do veterinário em uma equipe multidisciplinar dentro das ESF.
- c) Demonstrar a importância que o diagnóstico de zoonoses deve ser realizado por profissional competente, que na atenção básica deve contribuir com seus conhecimentos interagindo com a equipe multidisciplinar e com a comunidade.
- d) Conscientizar a população e os profissionais multidisciplinares que a saúde única em desequilíbrio causa patologias infecciosas na humanidade.

METODOLOGIA

O presente trabalho é um estudo qualitativo, revisão com dados secundário bibliográficos, e descritivo sobre a importância da atuação na promoção, prevenção, diagnóstico e controle de zoonoses dentro da Atenção Básica da Estratégia de Saúde da Família. Para a realização deste trabalho foram utilizados artigos publicados em revistas científicas disponíveis no Scielo, Medline e Google Acadêmico, bem como resoluções do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina Veterinária e Organização Mundial da Saúde, utilizando-se os seguintes descritores: Estratégia de Saúde da Família, inserção do médico veterinário na saúde pública e Núcleo de Atenção Básica à Saúde. Os resultados dos dados pesquisados é analisado por análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Biondo et al. (2011), a saúde única é conceituada como “a união indissociável entre a saúde animal, humana e ambiental”. Nesse sentido, o levantamento sobre a importância do médico veterinário em serviços de Atenção Básica (AB) da Estratégia de Saúde à Família (ESF) se faz necessário.

Do ponto de vista técnico-científico, “a prática para a promoção de saúde veterinária estabelece cuidados para a saúde humana, animal e ambiental” como por exemplo, a realização de uma ação de atendimento médico veterinário de caráter clínico e de castração (esterilização) de cães e gatos em qualquer bairro periférico de uma metrópole, onde a comunidade apresenta renda familiar baixa. A finalidade deste programa em saúde veterinária é fazer o controle demográfico de cães e gato nos bairros, para evitar que enfermidades infecciosas como a raiva animal, toxoplasmoses, verminoses, sarnas, febre do carrapato, doenças de Lyme, etc, sejam transmitidas aos seres humanos através de animais vadios ou abandonados por seus proprietários. Sabe-se, esses animais podem se reproduzir pelas ruas do bairro, aumentando o número populacional de espécies animais domésticos, capazes de contaminar o meio ambiente com seus dejetos fisiológicos como fezes e urina, pelos, secreção, restos cadavéricos, que uma vez contaminados por microrganismos tornam verdadeira fonte de infecção de caráter zoonóticas para o homem (BIONDO et al., 2011).

De acordo com a CNSPV (2017), o médico veterinário é responsável pela saúde única dentro da Atenção Básica, através da prevenção de enfermidades transmissíveis ao homem, controle e diagnóstico onde há risco de transmissão de doenças por animais e na prevenção e controle de doenças que podem contaminar o meio ambiente.

Dentro do processo de prevenção, existe a prática médico-veterinária voltada à população no sentido de combater às enfermidades nas populações humanas. Essa prática se divide em Medicina Veterinária Preventiva, ligada à saúde humana e a estudos epidemiológicos na prevenção de enfermidades animais e melhoria da produção de alimentos, primariamente desenvolvida para melhora da higiene dos alimentos e controle de enfermidades zoonóticas em animais (PFUETZENREITER, 2004).

No que tange às ações ambientais do médico veterinário no NASF ou na equipe multiprofissional, estão: o controle de morcegos hematófagos que são responsáveis por transmissões da raiva aos animais vertebrados e aos humanos, controle de vetores biológicos invertebrados responsáveis por transmissões de leishmanioses, chagas, filarioses, e principalmente as arboviroses que causam enfermidades como dengue, febre amarela, zika vírus, chikungunya, e controle de resíduos sólidos, líquidos, animais sinatrópicos e outros insetos como roedores, baratas, escorpiões, serpentes que respectivamente transmitem leptospiroses e hantaviroses; disenteria e alergia; mordeduras e picadas infecciosas (INDIA et al., 2013; DEL CARLO; FLÁVIA, 2016; XAVIER; NASCIMENTO, 2017; MENEZES 2018).

O conhecimento das condições ambientais, locais ou regionais e das atividades socioeconômicas é importante para a escolha das medidas adequadas de prevenção e eliminação dos riscos gerados pelos agravos desencadeados pela interferência do homem no meio ambiente. Analisando a situação em que medidas o médico veterinário pode tomar neste caso de saúde ambiental, destacam-se: orientar os agentes comunitários, pois são os profissionais que estão mais próximas da população a conscientizar a respeito do controle da saúde ambiental, atuar multidisciplinarmente com a vigilância epidemiologia do município para captura de morcegos e outros animais que colocam em risco a saúde da população, desenvolver medidas educativas para controle de dengue e outros insetos por meio de um “livreto” com jogos e informações, um adesivo, um crachá e uma sacolinha como materiais a ser entregues. Deve explicar a população sobre a prevenção em enfermidade zoonóticas.

Fazer ação nas escolas, igrejas, associação, creche comunitárias. Nas escolas de ensino infantil e fundamental (públicas e particulares) pode ser realizado palestra, teatro e vídeo que envolvam as crianças para ser “agentes mirins contra a dengue”. Fazer visitas de monitoramento nos locais onde foram feitas a educação sanitária. Em caso que o médico veterinário depare com situação de vítimas por mordeduras por animais peçonhentos deve tomar decisão éticas profissionais. Se a vítimas for animal deve proceder os primeiros socorros e encaminhar ao hospital veterinário para atuação do bem-estar animal e levantar ação no território para controle de animais peçonhentos. Caso a vítima seja um ser humano deve solicitar rapidamente atenção de um médico da equipe do NASF ou da equipe e-multi que fará o procedimento clínico, neste caso o veterinário pode contribuir com seus conhecimentos biomédicos se necessita o profissional para atendimento a vítima, pois na equipe multidisciplinar todos profissionais são importantes para manter a saúde do usuário da atenção básica (DEL CARLO E FKLAVIA, 2016; MENEZES 2018; CFMV FOLDER 2. INDD 2018).

Para Menezes (2018) com Carlos e Flavia (2018) a prevenção de doenças pela ação da medicina veterinária na atenção primaria consiste em campanhas de vacinação contra a raiva animal, febre aftosa, leishmanioses, gripe canina dentre outras de grande importância como por exemplo, o controle de vetores biológicos. A ação veterinária de coordenar campanhas de controle de vetores biológicos transmissores de doenças animal é preventivo, atuando de forma coletiva e individualizada dentro da comunidade, através de levantamento epidemiológico de doenças infecciosas contagiantes ao ser humano ou vice-versa, em cada território específico. O veterinário pode também fazer palestras como educação em saúde para a prevenção de enfermidades reemergentes e emergente como dengue, Zika vírus, Chikungunya, HIV/Sida, tuberculoses, lepra, rickettsioses, sarnas, febre Q, Hantavírus etc. Del Carlo e Flavia (2016) citam que o médico veterinário na ação preventiva deve “ser criativo, saber trabalhar em grupo, ser acolhedor e dinâmico” através de técnicas médicas e conservação de

alimentos que podem ajudar a população a aprender prevenir doenças transmitidas por alimentos e água como cólera, diarreia infecciosas por bactérias, fungos e protozoários, gastroenterites por alimentos. Para Carlos e Flavia (2018) o médico veterinário ao atuar na medicina veterinária preventiva do NASF deve combater informação de saúde errôneas que são transmitidas a população através de meios de comunicação como o caso das arboviroses em especial a febre amarela que fazem vítimas os macacos e humanos.

Por informação errônea muitos animais são sacrificados sem necessidades e as pessoas que criam macacos têm soltado os animais sem planejamento, com medo injustificado do contágio. Os macacos também são vítimas, e testes estão em andamento para a produção de vacina específica em Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), laboratório responsável pela produção das vacinas contra febre amarela. Atualmente, não existe vacina contra febre amarela licenciada pelo Ministério da Agricultura para uso em animais no Brasil, e todo e qualquer uso é em caráter experimental. Para isso os médicos veterinários que estão presentes no NASF junto com outros profissionais de pesquisa na área de imunologia animal, precisam saber se há segurança imunológica, uma vez que a vacina não irá matar os animais ou causar a doença. A meta é dar uma resposta rápida a toda sociedade.

Para Menezes (2018), o médico veterinário deve atuar no campo de controle e diagnóstico das zoonoses com esclarecimentos sobre a prevenção de zoonoses para as famílias que possuem animais de estimação e orientações sobre a higienização e consumo de alimentos de origem animal. Del Carlos e Flávia (2016), relatam que o veterinário inserido no NASF 1 e 2, por questão multidisciplinar com outros saberes, devem participar auxiliando outros profissionais na conscientização da população em grupos existentes na (ESF), tais como o grupo Obesidade e Qualidade de Vida, Famílias, Grávidas, Hipertensão Arterial Sistêmica/Diabetes, Culinária, Higiene e Prevenção de Doenças Transmitidas por Alimentos, entre outros, como também em visitas domiciliares.

Orientar a confecção de material de divulgação e participar de discussão de casos e parcerias com outras secretarias e universidades. Menezes (2018) cita que as enfermidades zoonóticas constituem os riscos mais frequentes e mais temíveis a que a humanidade está exposta, englobando mais de 250 doenças. Das 35 doenças de notificação compulsória em todo o território brasileiro, 16 fazem parte do grupo das zoonoses, sendo elas: Botulismo, carbúnculo ou “antraz”, dengue, doença de chagas (casos agudos), esquistossomose (em área não endêmica), febre amarela, febre maculosa, hantaviroses, hepatite B, leishmaniose tegumentar americana, leishmaniose visceral, leptospirose, malária (em área não endêmica), peste, raiva humana, tuberculose.

Em relação às atividades atuantes do médico veterinário dentro do NASF para controle e diagnóstico de zoonoses, estão incluídas a participação

em inquéritos epidemiológicos minuciosos em registros de saúde pública e animal provindos de clínicas veterinárias, propriedades rurais, indústrias de laticínios, matadouros públicos e dos CCZs (CARLOS; FLAVIA, 2018).

Os CCZs têm como objetivo principal o desenvolvimento de serviços relacionados aos programas de controle de zoonoses, de doenças transmitidas por vetores e de agravos por animais peçonhentos, sendo essa função exercida por um profissional de nível superior, preferencialmente um médico veterinário, que será seu responsável técnico (MENEZES, 2018; CARLOS; FLAVIA, 2018). Portanto o resultado positivo da atuação do médico veterinário no NASF para o controle e diagnóstico das zoonoses ajuda a diminuir o número de enfermidades zoonóticas de origem animal e alimentar, pois, há muitas pessoas ainda comprando leite *in natura* sem devida pasteurização pelas ruas do Brasil, e carnes sendo comercializado em açougues e feiras livres sem a devida inspeção sanitária. Assim sendo, a contribuição desse profissional é fundamental para restabelecer a saúde única para toda a sociedade.

“A criação dos NASFs se deu através da Portaria MS/GM nº 154 de 24 de janeiro de 2008, sem a inclusão do médico veterinário no sistema. Essa inclusão ocorreu 03 (três) anos após pela Portaria MS/GM nº. 2488/11 ampliando assim, o campo de trabalho profissional do médico veterinário. Em 2017, a Portaria MS/GM nº 2436, confirma a presença do veterinário no NASF e atualmente de forma recente o médico veterinário está inserido na equipe e-multi, mas não estabelece a função específica para que o Veterinário desempenhe suas habilidades e conhecimento profissional de saúde na área humana da atenção primária multiprofissional (BRASIL 2011, 2017). Dessa forma, o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Federal de Medicina Veterinária, através de medidas de resolução em saúde, realizam eventos educativos para qualificar a formação e habilitação de médico veterinário para atuarem no NASF”.

Segundo Carvalho et al (2017), os NASFs são compostos por “uma equipe multiprofissionais, contemplando a área da saúde que apoiam as ESFs e equipes de Atenção Básica, atuantes na resolução de problemas sanitários e clínicos. As suas ações são voltadas para promoção da saúde, buscando a prevenção e reabilitação de convalescentes de doenças tidas como mais frequentes em comunidades que são pré-avaliadas e selecionadas em área geograficamente delimitadas com número de famílias bem definido”. De acordo com Ministério da Saúde, o NASF tem dois “públicos-alvo” diretos: Em primeiro lugar as equipes de Atenção Básica e Saúde da família e o segundo os usuários em seu contexto de vida, levando em consideração o objetivo de promover a Saúde avaliando as realidades

locais.

Neste interim a comunidade passa a aprender prevenir as zoonoses e consequentemente pode ocorrer uma diminuição nos gastos públicos com medicamentos destinados a tratar doenças de animal em seres humanos. Isso permite uma diminuição também nos gastos em exames laboratoriais e evita morte por enfermidades zoonóticas que antes não eram diagnosticadas e pouco esclarecidas pela atenção primária. A inclusão do veterinário na ABS, é importante porque aumenta a oportunidade de campo de trabalho e sua conexão profissional com a equipe multidisciplinar do NASF. A consequência profissional da inserção do veterinário na ABS é o aumento de seu conhecimento em saúde e de sua aplicação técnico científico em favor da sociedade humana. A participação veterinária na atenção básica do SUS é fundamental para novo modelo de saúde em Brasil, que é prevenir enfermidade, principalmente àquelas que são de sua competência como as zoonoses. Para Carlo e Flávia (2016) esse profissional tem a responsabilidade de contribuir, junto às equipes de saúde da família, nas questões epidemiológicas, em vigilância sanitária e ambiental, assim como nos demais desafios que envolvem a defesa do ambiente, para o bem-estar das populações humanas e animais que pertence territorialidade de sua jurisdição correspondente a atenção básica que trabalha.

O termo saúde segundo a OMS significa “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções ou enfermidades”. Desta forma analisando o conceito de saúde no contexto coletivo, o significado de saúde está muito além desta definição. Atualmente saúde se faz com educação, com nível socioeconômico favorável, com conhecimento, com saneamento ambiental, com pavimentação e com profissionais multidisciplinares da saúde. Por isso as pessoas que não entendem o significado amplo de saúde desconhecem ou desconheciam o valor do médico veterinário para ABS do SUS.

Conforme Araújo (2013) o conhecimento da sociedade, autoridades e profissionais da saúde sobre a função do médico veterinário na Atenção Básica era escasso. Em 11 de Outubro de 2018 completam oitros anos da inserção do médico veterinário nos NASF e sua participação ainda é reduzida. Conforme Carlos e Flavia (2016) São 114 médicos veterinários atuando em 19 estados brasileiros. Acredito que com advento de enfermidades emergente e reemergentes, e a crescente necessidade de controle epidemiológico, deve aumentar o número de médico veterinário no NASF.

Figura 1- Distribuição geográfica nos Estado brasileiro do número de Médico Veterinário, que atuam no Núcleo de Apoio a Saúde da Família- NASF.



Fonte: CARLOS; FLAVIA, 2016.

“Ao médico veterinário como profissional de saúde (Res.CNS/SUS -287/98), compete conhecer, identificar, dimensionar e intervir sobre os fatores de risco existentes, de natureza física, química, biológica, ambiental e social envolvidos com espécies animais e seres humanos em seus espaços/ambiente de convivência, promovendo, preservando e aprimorando a saúde coletiva. Atuando no setor saúde, as atividades médicas veterinárias participam com especificidade ativamente e estrategicamente com a vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental); bem-estar animal. Além do domínio de competência no controle de doenças transmitidas por vetores, por roedores, por alimentos, pelas águas e por contágio direto, responde por 58% das doenças de notificação compulsória” (BRASIL, 2011).

Figura 2- Distribuição de médico veterinária entre os NASFs do Brasil.



Fonte: AMORA et al., 2016.

O diagnóstico veterinário é uma ferramenta específica para detectar doenças infecciosas de caráter zoonóticas. “O controle e o diagnóstico veterinário nas doenças zoonóticas e a promoção e proteção da sua saúde animal, são componentes essenciais de qualquer programa eficaz para promoção, prevenção, reabilitação da saúde humana e preservação da saúde ambiental”. Apesar dos notáveis avanços técnicos no diagnóstico veterinário para enfermidades infecciosas, a situação de saúde ainda é geralmente pobre principalmente nos países em desenvolvimento, onde em vários lugares do Brasil há pessoas morrendo por enfermidades transmissíveis de animais como a raiva, leishmanioses viscerais e babesioses (VIDALE, 2017; NASCIMENTO, 2018).

Reconhecer as verdadeiras causas de doença são ainda mais complexas, e nos leva a descobrir que as patologias infecciosas são um conjunto de eventos multifatoriais, que devem ser tratadas de maneiras diferentes e com técnicas inovadoras e por profissionais habilitados, uma vez que os patógenos são responsáveis por causar perdas econômicas zootécnicas que afeta a saúde humana e ambiental.

Xavier e Nascimento (2017) relatam que “a saúde pública veterinária contribui para o bem-estar físico, mental e social dos seres humanos por meio da compreensão e aplicação dos conhecimentos da Medicina Veterinária, visando proteger e promover a saúde humana, através de vínculos com a agricultura, alimentação, saúde animal, meio ambiente e educação”. Portanto, entendo que os diagnósticos em enfermidades zoonóticas foram estabelecidos com o objetivo principal de controlar as principais doenças transmissíveis dos animais aos homens, visto que o controle de doenças é um requisito básico para o sucesso de qualquer programa para prevenção e erradicação de zoonoses que são realizados por médicos veterinários na atenção básica do NASF.

CONCLUSÃO

Fica clara a importância do médico veterinário nos programas de ABS via NASF, na melhora dos serviços públicos disponibilizados à população, sendo sua maior responsabilidade observar e contribuir na integração homem-animal.

A CNSPV (2009), estabelece que os métodos de diagnósticos laboratorial e epidemiológico de zoonoses de origem alimentar e animal é uma atividade multiprofissional, sendo o médico veterinário responsável pelo diagnóstico clínico e tratamento dos animais, além de atuar multidisciplinarmente em atividades de clínica, inspeção de origem animal, pesquisa, e ações de educação em saúde. Além disso, pode também atuar em gestão estratégica dentro da Atenção Básica dos Estados e Municípios.

É inegável a necessidade da comunidade de informações sobre zoonoses e atuação do médico veterinário no NASF na promoção de saúde e conseqüente melhora da vida das pessoas. O médico veterinário na Atenção Básica deve fazer uma micropolítica envolvendo encontros e reuniões, com os profissionais dos serviços de vigilância epidemiológica, ambiental e zoonóticas, secretarias e UPAs dos Estados e Municípios, a fim de se ter uma visão ampliada do sistema e auxiliar na resolução dos problemas junto às ESFs.

No entanto, apesar de sua participação nos NASF ser garantida por lei, não há garantia da inserção do veterinário nos programas de discussão, uma vez que esta fica à mercê do poder executivo dos municípios de acordo com a necessidade local, dados epidemiológicos e disponibilidade de recursos financeiros. Assim, é necessário a sensibilização humana com a saúde coletiva social sobre a atuação deste profissional na saúde básica.

O médico veterinário, assim como os demais profissionais, deve estar sensibilizado para compreender as pessoas, os valores e suas características, bem como sua relação com o agente transformador de saúde, direcionando o pensamento pela perspectiva da Atenção Básica. É importante que os profissionais de saúde entendam o SUS e todas as suas particularidades, para que de forma integrada insiram seus conhecimentos na equipe, difundindo saberes e práticas. Posto isso, a inclusão do médico veterinário no NASF seria de grande importância na resolução de problemas sanitários referentes ao estado de doença dos núcleos familiares em áreas de risco de agravos onde estão envolvidos animais vertebrados, insetos, saneamento básico e circulação de patógenos.

REFERÊNCIAS

AMORA, STHENIA S.A. **Como inserir o médico veterinário no NASF**. In: SEMINARIO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA, n.8, 2016, Campo Grande/MS.

O médico veterinário na saúde única: Distrito Federal: Revista do CFMV, 2016, n. 56. Disponível em:<
<http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/-%20Palestra%20O%20M%C3%A9dico%20Veterin%C3%A1rio%20no%20NASF%20-%20Stenia%20Amora.pdf>>. Acesso em: 8 de Nov. de 2017.

ALFIERI et.al. **Médico veterinário: Um profissional que atua diretamente em todas as áreas da saúde única.** Revista CRMV-PR. Ano XVI. nº 44. Out, Nov, Dez, 2015. Disponível em:<
https://issuu.com/crmvpr/docs/revista_44_completa>. Acesso em 02 de Agosto de 2018.

AMORA et.al. Como inserir o médico veterinário no Nasf? In: **A constituição dos NASFs é definida pelos gestores municipais, de acordo com as necessidades de cada local, mas o médico veterinário pode promover ações de sensibilização para mostrar a importância da profissão para o núcleo.** Revista CFMV. Brasília. DF. Ano XXII nº 69 Abril a Junho 2016. Disponível em: < <http://certidao.cfmv.gov.br/revistas/edicao76.pdf> >. Acesso em 13 de Jun. de 2018.

ARAÚJO, Mauricio Machado. Inserção do médico veterinário no núcleo de apoio à saúde da família: Estudos, perspectivas e propostas, 2013. 2v. tese (doutorado em medicina veterinária, medicina veterinária preventiva), Universidade Estadual Paulista - Unesp campus de Jaboticabal, 2013.

BEGALI, José Honorato. **Subsídios para implantação de um núcleo de apoio à saúde da família (NASF) com inserção do médico veterinário.** 2016.99f. Dissertação (Mestrado em medicina veterinária- Área de medicina veterinária preventiva) - Universidade Estadual Paulista – Unesp Campus de Jaboticabal, 2016. Disponível em:<
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/140284>>. Acesso em: 8de Nov de 2017.

BIONDO, ALEXANDER WELKER et.al. **Saúde Única: novas atribuições do Médico Veterinário.** CRMV. Paraná. Revista CRMV-PR, n.44, 2011. Disponível em:<
<https://medicinaveterinariamilitar.files.wordpress.com/2012/10/artigo-crmv-pr-2011-sac3bade-c3banica-novas-atribuic3a7c3b5es-do-mc3a9dico-veterinc3a1rio.pdf>>. Acesso em: 8 Nov de 2017.

BRASIL. Saúde da Família: ministério define inclusão de novas especialidades profissionais nos NASFs. 2011. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/saude/2011/07/saude-da-familia-ministerio-define-inclusao-de-novas-especialidades-profissionais.>>
Acesso em 02 Agosto de 2018.

BRASIL PORTARIA Nº 154, DE 24 DE JANEIRO DE 2008: Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. NASF.<

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html>. Acesso em 02 de Agosto de 2018.

BRASIL PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em 02 de Agosto de 2018.

BRASIL PORTARIA MS/GM Nº 2436 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em 02 de Agosto de 2018.

CARLO E FLAVIA. **Tem médico veterinário na saúde da família.** Revista do CFMV. Brasília. DF. Ano XXII nº 69. Abril a Junho de 2016. Disponível em: < <http://certidao.cfmv.gov.br/revistas/edicao76.pdf> >. Acesso em 13 de Jun. de 2018.

CARVALHO et.al. **A atuação do médico veterinário em Saúde Pública: histórico, embasamento e atualidade.** J Health Sci Inst. pp 35(2):131-6. 2017. Disponível em: https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2017/02-abr-jun/V35_n2_2017_p131a136.pdf >. Acesso em: 27 Mai. 2018.

CFMV. **O Que é saúde única?** Disponível em: < http://portal.cfmv.gov.br/uploads/files/folder_SU.pdf >. Acesso em: 9 de Nov de 2017.

CFMV FOLDER 2. INDD. **A Presença do Médico Veterinário no NASF melhora a qualidade da atenção básica à saúde e a Saúde do seu município pode ficar muito melhor com a ajuda do Médico Veterinário.** Disponível em: < http://media.wix.com/ugd/690cc4_ca835900ae254a1b9ef04807793d126c.pdf > . acesso em 02 de Agosto de 2018.

COMISSÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA. **O Médico veterinário, a estratégia de saúde da família e o Nasf.** CFMV. Distrito Federal/ Brasília. Revista do CFMV, 2009, n. 48.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO MARANHÃO-CRMV- MA: **Núcleo de apoio a saúde da família.** Disponível em: < <https://www.crmvma.org/nasf>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2018.

DEL CARLO E FLAVIA. **O que dizem os que estão no nasf?** Revista CFMV. Brasília. DF Ano XXII nº 69. Abril a Junho de 2016. Disponível em: < <http://certidao.cfmv.gov.br/revistas/edicao76.pdf> >. Acesso em 13 de Jun. de 2018.

GALVIS, et.al. **Instrucciones generales para el usuario de los servicios oficiales de diagnóstico veterinario en Colombia.** In: Ministerio de agricultura y desarrollo rural, instituto colombiano agropecuario. Produmedios. 1ed. Bogotá. DC. 2003. Disponível em: < <https://www.ica.gov.co/getattachment/a6ed5564-2686-4ce2-b3d1-60b1be5c5ca6/Publicacion-aspx> > Acesso em 13 de Jun. de 2018.

GOMES, Laisa Bonela. **Importância e atribuições do médico veterinário na saúde coletiva.** Sinapse Múltipla, 6(1), jul., 70-75, 2017. Irregular ISSN 2316-4514. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla> >. Acesso em: 22 de Maio de 2018.

INDIA et.al. Coleção para gestão em saúde pública: Contribuição para a gestão do SUS. In: **Análise da Viabilidade de Inserção do Médico Veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no Município de Florianópolis.** UFSC. Florianópolis.SC. v. 8. P75. 2013. Disponível em: < <http://gsp.cursoscad.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2013/03/Anais-GSP-Volume-8-completo.pdf> >. Acesso em: 14 de Jun de 2018.

MENEZES, CICERO CLEITON FIUZA. **A importância do médico veterinário nas vigilâncias epidemiológica e ambiental.** Revista CFMV. Brasília. DF. Ano XXIV nº 76 Janeiro a Março 2018. Disponível em: < <http://certidao.cfmv.gov.br/revistas/edicao76.pdf> >. Acesso em 13 de Jun. de 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Disponível em: < http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html >. Acesso em: 27 de Mai. 2018.

NASCIMENTO, JÉSSICA. **Pará confirma morte de criança por raiva humana; 11 casos são suspeitos.** Colaboração UOL 16/05/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-oticias/redacao/2018/05/16/para-confirma-morte-de-crianca-por-raiva-humana-11-casos-sao-suspeitos.htm> >. Acesso em 13 de Jun. de 2018

PFUETZENREITER ET.AL **Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública.** Ciência Rural, Santa Maria, v.34, n.5, p.1661-1668, set-out, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v34n5/a55v34n5.pdf> >. Acesso em: 27 de Mai de 2018.

SOUZA, P.C.A. **A inserção do médico veterinário na área de saúde.** Revista do CFMV, Ano 16, n. 49, p.5-7, 2010. Disponível em: < <http://certidao.cfmv.gov.br/index/revistas/download/21>>. Acesso em 02 de Agosto de 2018.

VIDALE, GIULIA. **Morte por raiva humana é confirmada no Recife.** Publicado 3 Jul 2017, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/morte-por-raiva-humana-e-confirmada-em-recife/>. Acesso em 13 de Jun. de 2018.

XAVIER, Daniele, Rosa, e NASCIMENTO, Guilherme N. L. **O médico veterinário na atenção básica à saúde.** Revista desafio, São Paulo, v. 04, n. 02, p. 28-34, 2017. Disponível em:< <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/3199> >. Acesso em: 8 de Nov de 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Future Trends in Veterinary Public Health.** Report of a WHO Study Group. Geneva: WHO, 2002. (Technical Report Series, n.907).

CAPÍTULO 6

FRAGMENTOS DA VISÃO EUROCÊNTRICA NA OBRA MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, DE MARX E ENGELS, COM FUNDAMENTO NA ANÁLISE DO PENSAMENTO DE SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ

Humberto Bayma Augusto

Procurador Efetivo do Município de Pacajus/CE. Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Direito e Processo Constitucionais e em Direito e Processo Administrativo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bacharel em Direito pela UNIFOR e Graduado na Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Conselheiro Estadual da OAB, Seccional do Ceará (2025-2027). Membro Efetivo e Vitalício da Academia Mundial de Letras da Humanidade, Seccional de Fortaleza-Ceará.

RESUMO

Este estudo tem como escopo analisar o livro de Karl Marx e Friedrich Engels, intitulado Manifesto do Partido Comunista, sob a perspectiva de Santiago Castro-Gómez, em seu ensaio “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”, correlacionando os autores clássicos com um filósofo contemporâneo. Este escrito não tem o condão de explorar a obra completa de Karl Marx, nem tampouco se debruçar em um estudo aprofundado sobre outros escritores e pensadores marxistas acerca do eurocentrismo. Ressalte-se que não há pretensão sequer de rotular as ideias marxistas como eurocêntricas, mas tão somente identificar a influência de possíveis vestígios desses ideais hegemônicos desse manuscrito, que foi produzido e editado em 1848.

Palavras-Chave: eurocentrismo; colonialismo; métodos científicos; modo de produção europeu; sociedade moderna.

INTRODUÇÃO

O filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, ao apresentar suas ideias em seu trabalho “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro” (2005), faz uma crítica à Modernidade, afirmando que tal período histórico faz parte de um projeto eurocêntrico, que tem o intuito de desprezar e inferiorizar as demais culturas e povos dos países periféricos.

Ele faz uma crítica severa às chamadas patologias da ocidentalização, que geram alteridades, guerras, desigualdades, misérias, exploração, excluindo a multiplicidade e reprimindo diferenças. Ressalta

também o papel das ciências sociais na consolidação do Estado Nacional moderno e do colonialismo, além de ter exercido um controle sobre os cidadãos, mediante políticas reguladoras promovidas por instituições estatais, escolas, hospitais, prisões, assim como pelo direito e pela Constituição.

Nessa linha, assevera que as ciências sociais, constituídas na sociedade moderna, por meio do método científico, acabaram por alicerçar o pensamento europeu, impedindo a divulgação e reverberação do conhecimento produzido nas regiões ditas como subdesenvolvidas.

A “invenção do outro” pelas ciências sociais faz parte do projeto de modernidade, que inferioriza e oculta a identidade cultural alheia, fabricando e impondo às demais regiões do globo a chamada “civilização”. Isso estabelece o discurso hegemônico, bem como seu idioma, religião, modos e condutas, transformando todos os povos em europeus.

A modernidade, pautada no eurocentrismo, cria um padrão dominante de cidadão, a saber, homem, branco, pai de família, católico, patriarca, proprietário, letrado, machista, sexista, misógino e heterossexual. Quem não se enquadrar nesses rótulos não será capaz de conviver na sociedade moderna, devendo ser inferiorizado.

A partir do colonialismo, verifica-se o fato de que as ciências sociais projetaram os teóricos dos séculos XVII e XVIII, como Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, determinando o modelo do Estado-nação, que acabou por se tornar universal. Porém, o projeto de modernidade chegou ao fim no momento em que os atuais Estados-nação perderam o controle para as grandes corporações, sendo engolidos pela chamada “globalização”.

É justamente nesse momento que Santiago Castro-Gómez exalta uma teoria crítica da sociedade, que, em tempos de globalização, deve partir de um movimento de descolonização das ciências sociais, revitalizando uma tradição crítica, valorizando novas formas de pensar e desenvolvendo novos pensamentos alternativos que sejam capazes de superar o paradigma hegemônico pautado na dominação capitalista, colonialista e patriarcal europeia.

DESENVOLVIMENTO

Diante de todas as ideias desenvolvidas pelo pensador Santiago Castro-Gómez, em seu artigo “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da „invenção do outro”” (2005), que versa sobre a influência da referida ciência na consolidação da concepção eurocêntrica como visão dominante na sociedade moderna, constata-se, facilmente, que Marx e Engels (1998), em sua obra clássica Manifesto do Partido Comunista, produzida em 1848, acabam por corroborar, em algumas passagens, com o mesmo pensamento hegemônico europeu.

Primeiramente, cumpre salientar que Karl Marx nasceu na Prússia, em 5 de maio de 1818, exatamente 29 anos depois da Revolução Francesa (5 de maio de 1789) e aproximadamente 58 anos após a Primeira Revolução

Industrial (1760). Nesse momento histórico, a Alemanha ainda não havia se constituído como Estado-nação, o que só viria a acontecer em 1871. Marx veio a falecer no ano de 1883.

Todas essas informações aludidas são de suma importância para a descrição de uma possível inclinação de Marx e Engels (1998), em seu livro Manifesto do Partido Comunista, ao viés eurocêntrico. Vale ressaltar que eles foram pensadores eminentemente do século XIX. Pelo fato de terem nascido e vivido em tal época, ambos não viram o capitalismo se tornar o modo de produção hegemônico a nível mundial, o que só viria a acontecer na virada para o século XX, com o desenvolvimento tecnológico.

Assim, Karl Marx viveu grande parte da sua vida em uma época em que a Alemanha ainda não existia como Estado-nação, e também não havia se industrializado a contento. Porém, Marx entendia que a hegemonia do modelo capitalista teria como condição sine qua non a criação do Estado burguês e sua imprescindível industrialização (Marx; Engels, 1998).

Para Marx e Engels (1998), havia uma necessidade histórica da burguesia se investir como classe dominante e opressora. Somente após o cumprimento dessa etapa, surgiria o momento propício para a revolução socialista. Portanto, era necessária a estruturação de tais estágios para que o proletariado urbano ascendesse ao poder como classe revolucionária.

Nessa toada, Marx e Engels (1998) afirmavam no Manifesto que os comunistas voltavam suas atenções para a Alemanha, que se encontrava à véspera de uma revolução burguesa, sendo, assim, o prelúdio de uma futura revolução proletária. Nota-se que o Estado-nação, a industrialização e o etapismo são categorias essencialmente europeias, que ganharam bastante destaque na obra aqui analisada, reafirmando a perspectiva eurocêntrica.

Toda produção relativa ao Manifesto do Partido Comunista ocorreu no momento em que Karl Marx conheceu Friedrich Engels, na sua denominada “Fase Revolucionária”, período em que desenvolveram o materialismo histórico-dialético e delimitaram seu objeto de estudo: a luta de classes.

Destaca-se que a família de Engels era dona de empresas em Manchester, na Inglaterra, onde ele desenvolveu sua tese sobre a classe trabalhadora inglesa (Engels, 2010). Em 1845, Marx viajou para a Inglaterra, juntamente com seu amigo Engels, e conheceu, in loco, a miserável situação do proletariado inglês, passando a partir de então a desenvolver uma relação orgânica com a classe trabalhadora.

Verifica-se que o trabalho científico no Manifesto foi desenvolvido com fundamento na sociedade industrial inglesa, na qual o proletariado era explorado pela burguesia e se tornaria a nova classe revolucionária. Tanto foi assim que a obra Manifesto do Partido Comunista se baseou nas perguntas e respostas do texto intitulado “Princípios básicos do comunismo”, de Friedrich Engels, produzido em 1847 (Engels, 1982).

Diante disso, é possível notar alguns indícios do eurocentrismo no pensamento revolucionário de Marx, desenvolvido no Manifesto. Ele era

européu e idealizou um método científico que culminou na criação de uma nova ciência: a sociologia (apesar de não ser essa a sua real intenção). Destaca-se que o método e a ciência são conceitos umbilicalmente ligados ao projeto de modernidade, definido como europeu.

Por conseguinte, a necessidade de consolidação da industrialização e do capitalismo para a chegada do proletariado ao poder, bem como o desenvolvimento do materialismo histórico-dialético, tudo pautado nas revoluções ocorridas na Europa, mais precisamente na Inglaterra e na França, constituem vestígios de uma concepção europeia de mundo.

Cumprido salientar que, quanto ao método científico supracitado, ele foi profundamente influenciado por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, da Universidade de Berlim, onde Karl Marx estudou e teve os primeiros contatos com a chamada “filosofia idealista hegeliana”.

Desta feita, Hegel era notoriamente um filósofo eurocêntrico. Ao desenvolver e explicar seu método científico dialético, na sua obra *Fenomenologia do espírito* (Hegel, 1992), ele valeu-se das figuras dos senhores e dos escravos, que remetem à dominação e ao colonialismo. Ademais, o filósofo alemão, admirado por Marx, também se mostrou racista e preconceituoso em seu livro *Filosofia da história* (Hegel, 2008).

É possível perceber vestígios de um imaginário eurocêntrico, pois a criação de “métodos” é um dos resquícios da modernidade, além da presença da dialética hegeliana, frequentemente presente em seu materialismo histórico, desenvolvido no Manifesto. Nessa linha de raciocínio, ensina Francisco Uriam Xavier de Holanda (2022, p. 75):

Sendo a obra de Marx parte do pensamento ocidental moderno, ela está estribada no chamado método dialético; método porque obedece à exigência da epistemologia eurocêntrica moderna de que todo saber rigoroso, para ser reconhecido como válido e verdadeiro, tem que ser pensado metodologicamente.

Todos esses pontos aqui revelados acabam por aproximar o revolucionário, descrito no Manifesto do Partido Comunista, da perspectiva eurocêntrica, conforme os indícios retirados dessa obra. Além disso, o coautor do Manifesto do Partido Comunista, Friedrich Engels, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019), também se mostra eurocêntrico ao dissertar sobre os estágios de desenvolvimento da sociedade humana até a civilização.

No livro sobredito, verifica-se que Karl Marx corroborava com as teorias evolucionistas do antropólogo Lewis Henry Morgan, um dos pais da antropologia moderna e do evolucionismo cultural, já que Friedrich Engels cita os cadernos etnológicos de seu camarada em sua clássica obra (Álvares, 2019).

Apesar de ter sido escrito antes do livro antropológico de Morgan, *A sociedade antiga* (2014), publicado originalmente em 1877 e que versa sobre

os estágios evolutivos da sociedade humana, constata-se, no Manifesto do Partido Comunista (Marx; Engels, 1998), a presença do eurocentrismo, quando os autores descrevem a subordinação dos países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, bem como a submissão dos países orientais à cultura ocidental.

A sociedade civilizada, que supera a selvageria e a barbárie, é, na verdade, a sociedade europeia (gregos e romanos), revelando, assim, o cunho eurocêntrico da afirmação dos autores no Manifesto do Partido Comunista (Marx; Engels, 1998).

Nota-se que Marx e Engels (1998), no decorrer do livro, dissertam apenas sobre modos de produções e sociedades existentes na Europa. Tanto é assim que mencionam que a moderna sociedade burguesa nasce das ruínas da sociedade feudal. Mais à frente, escrevem que “As armas que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia” (Marx; Engels, 1998, p. 72). Salienta-se que tais modos de produção são eminentemente europeus.

A citação presente no Manifesto do Partido Comunista, “A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário” (Marx; Engels, 1998, p. 68), merece um comentário. Observa-se que a sociedade burguesa revolucionária era intrinsecamente europeia, uma vez que ela surgiu na Revolução Francesa de 1789, quando derrubou o ancien régime (monarquia absolutista e regime feudal).

Mais uma vez, percebe-se a supremacia do projeto de mundo ocidental, pois todo o fenômeno ocorrido na derrubada do antigo regime ficou eternizado como linear entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, marcando, assim, a história apenas da Europa. Contudo, serviu também de parâmetro para toda a humanidade no estudo da história mundial, consolidando o eurocentrismo.

Vale ressaltar a ocorrência de expressões pautadas por um vocabulário colonialista e, de certa forma, preconceituoso, quando Marx e Engels (1998) se referem às demais regiões do planeta, colocando-as em condição de subalternidade perante a ascendente sociedade burguesa europeia.

Marx e Engels (1998) fazem alusão à descoberta e colonização da América, além de enfatizar a obrigação dos demais mercados mundiais em aderir ao modelo capitalista de produção, sob pena de extinção. Nem as sociedades mais bárbaras nem as muralhas chinesas seriam capazes de deter tal expansão.

Por fim, merece destaque o modo como os autores tratam a expansão do capitalismo, acentuando a irreversibilidade do modelo. Além disso, são arrastadas para a modernidade as sociedades mais bárbaras, impondo a integração, criando um mundo à sua imagem e semelhança e transformando a exploração numa missão civilizatória da burguesia (Harvey, 1998).

Diante de toda a análise aqui descrita, constata-se que o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels (1998), acaba por trazer em seu bojo

referências ao modelo eurocêntrico, não conseguindo se esquivar da proposta civilizatória hegemônica, debatida em paralelo com o artigo produzido pelo filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (2005).

CONCLUSÃO

A modernidade se edificou com fundamento na estabilização do Estado-nação, em razão da política colonial implantada pelos países ocidentais, que difundiram os valores europeus por toda a extensão do globo terrestre. Isso resultou na destruição das culturas das regiões periféricas e na implantação de um projeto de dominação hegemônico, bem como promoveu a difusão dos ideais eurocêntricos por todo o mundo.

As ciências sociais tiveram papel preponderante na disseminação desse pensamento, pois foi por intermédio delas e de seus pensadores, tanto no campo da sociologia quanto da antropologia e das ciências políticas, que a visão eurocêntrica se espalhou, consolidando a supremacia da civilização europeia e da ideologia burguesa por toda parte.

Tais ciências também foram responsáveis por uma doutrina que ditou regras e comportamentos, com o intuito de controlar e regular as sociedades e as culturas conflitantes com modelo europeu, estabelecendo padrões que subjugaram o desenvolvimento de pensamentos contra- hegemônicos.

O pensamento de Karl Marx, com críticas ao capitalismo e ao modelo burguês, contribuiu para o surgimento de uma ciência: a sociologia. Vale ressaltar que, quando Marx definiu o materialismo histórico-dialético, ele não tinha a intenção de criar uma nova ciência, já que não era professor universitário.

Diferentemente de Marx, Émile Durkheim e Max Weber, ao desenvolverem seus métodos, realmente queriam criar um pensamento científico, pois ambos eram professores universitários, sendo considerados, juntamente com o “Velho Mouro” (apelido dado a Karl Marx por seus familiares), os fundadores da sociologia.

Mesmo com o pensamento crítico em relação ao capitalismo, constata-se que, na obra de Marx e Engels, produzido em 1848, há expressões e vestígios de um pensamento eurocêntrico, que, de certa forma, acabou se difundindo. Primeiramente, o livro trata apenas dos modos de produção europeus. Além disso, o modelo dialético de Marx e Engels é pautado nos ensinamentos de Hegel, um notório filósofo eurocêntrico.

Ademais, surgem vocabulários colonialistas que, de certo modo, colocam a Europa em condição de sociedade civilizada e evoluída em relação às demais regiões, como a América e a China.

Em certa passagem, os autores tratam como “bárbaras” as civilizações não europeias, quando se referem à expansão capitalista, o que demonstra o desprezo por esses povos e o apego a correntes que, no futuro, se desenvolveriam como teorias antropológicas evolucionistas.

O Manifesto do Partido Comunista é uma obra marcante, pois serviu de base para o surgimento de diversos movimentos de resistência ao

capitalismo e ao modelo liberal burguês. Contudo, ela contém fragmentos de uma visão eurocêntrica de mundo, conforme os apontamentos aqui descritos.

Saliente-se que este estudo não teve a pretensão de rotular o pensamento marxista como eurocêntrico. O objetivo foi detectar possíveis sinais da respectiva ideologia hegemônica na obra sub examine. Assim, com fundamento no artigo de Santiago Castro-Gómez, denominado “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da „invenção do outro””, é possível perceber resquícios de valores eurocêntricos e colonialistas na obra clássica de Marx e Engels.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Lucas Parreira. Flechas e martelos: Marx e Engels como leitores de Lewis Morgan. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31983>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 80-87.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Princípios básicos do comunismo. Tradução de José Barata-Moura. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1982. t. 1, p. 76-94.

HARVEY, David. A geografia do Manifesto. Tradução de Gabriel Ondetti, Lauro Ávila Pereira e Lúcio Flávio de Almeida. Lutas Sociais, São Paulo, n. 4, p. 65- 73, jan./jun. 1998.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da história. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Decolonialidade e o pensamento eurocêntrico de Marx: em favor de uma agenda emancipatória. Revista Letra Magna, [Cubatão], v. 18, n. 29, p. 72-85, 13 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.2037>. Disponível em:

<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/article/view/2037>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Leandro Konder e Marco Aurélio Nogueira. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014.

CAPÍTULO 7

OS DESAFIOS DO PROFESSOR ACOMPANHANTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Eliana Tenório Sampaio

Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UVA. Letras Espanhol, pela Universidade Federal do Pará. Em Filosofia, pelo Centro Universitário ETEP. Pós-graduação em Especialização em: Administração Escolar, Supervisão e Orientação, pela UNIASSELVI. Em Docência na Educação infantil e Séries Iniciais, pela Faculdade de Educação Serrana-FUNPAC. Em Neuropsicopedagogia e educação especial e inclusiva, pela Faculdade Iguazu-FI. Mestranda em Ciência da Educação, pelo Centro Yver Enber Christian University.

Mariceli Pantoja da Silva Alfaia

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Licenciada em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Coordenação Pedagógica pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci.

RESUMO

O presente artigo explora o papel do professor acompanhante na educação infantil, com enfoque na inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar regular. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, busca-se compreender as funções e desafios enfrentados por esses profissionais e a relação de suas práticas com as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo investiga como a formação inicial e continuada pode preparar adequadamente o professor acompanhante para atuar de forma eficaz na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral de alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, a pesquisa aponta que, embora os avanços nas políticas públicas de educação inclusiva tenham criado uma base normativa sólida, ainda persistem lacunas significativas na implementação prática dessas diretrizes. O papel do professor acompanhante transcende o suporte pedagógico, abrangendo também aspectos relacionados à socialização, autonomia e inclusão plena do aluno. A análise teórica se baseia em autores como Mantoan (2003), Mittler (2000) e Pacheco (2007), bem como na Declaração de Salamanca (1994), que enfatiza a necessidade de atender à diversidade no ensino. No entanto, os desafios observados incluem desde a formação inadequada e a falta de clareza nas atribuições do professor acompanhante até dificuldades em colaborar efetivamente com os professores regulares. Para além desses

desafios, fatores como a infraestrutura precária das escolas e a ausência de estratégias claras para mediar o relacionamento com as famílias dos alunos contribuem para um cenário em que a inclusão frequentemente se torna mais um ideal do que uma realidade concreta. Ao discutir a BNCC (2018), o artigo destaca sua abordagem integradora, que promove uma visão holística da aprendizagem e estabelece metas claras para atender a todos os estudantes. No entanto, a implementação dessas metas exige mudanças sistêmicas, desde investimentos em tecnologias assistivas e adaptações curriculares até a promoção de uma cultura escolar inclusiva. A pesquisa conclui que, para garantir uma inclusão eficaz, é essencial investir em formação continuada e em políticas públicas mais robustas que articulem diretamente as necessidades da prática escolar com os marcos legais e as diretrizes educacionais. Assim, espera-se que este estudo contribua para reflexões sobre a formação e o reconhecimento do professor acompanhante como um agente indispensável no processo de construção de uma educação inclusiva e democrática.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, professor acompanhante, políticas públicas, BNCC, desafios educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um dos maiores desafios e avanços das políticas educacionais contemporâneas. Fundamentada no princípio de equidade, busca assegurar o direito de todas as crianças, independentemente de suas condições, a uma educação de qualidade em espaços comuns de ensino. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) consolidou a garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino regular, estipulando que as instituições de ensino devem promover a inclusão e oferecer suporte adequado para o pleno desenvolvimento desses alunos. No entanto, na prática, a efetivação desse direito encontra inúmeros entraves, especialmente na educação infantil, uma etapa crucial para a construção das bases do desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

O professor acompanhante, também conhecido como professor de apoio ou mediador, surge como um elemento central nesse processo. Sua atuação visa garantir a acessibilidade, a participação e a autonomia de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), conforme delineado pela Declaração de Salamanca (1994). Este documento internacional, que é um marco na história da educação inclusiva, afirma que "os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas implementados de modo a levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades dos alunos".

Entretanto, o caminho para a inclusão escolar é permeado por desafios estruturais e pedagógicos. A Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), documento que norteia as práticas educacionais no Brasil, enfatiza a necessidade de uma educação que respeite as singularidades e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Contudo, para atender às diretrizes da BNCC, é essencial que as escolas invistam em formação continuada e em condições adequadas de trabalho para os professores acompanhantes, além de integrar efetivamente as famílias e os demais profissionais da escola no processo educacional.

Autores como Mantoan (2003) e Mittler (2000) destacam que a formação de professores é um dos principais pilares para a efetivação da inclusão. Mantoan argumenta que a inclusão é uma prática que exige transformação cultural e pedagógica, enquanto Mittler reforça que os professores precisam desenvolver competências específicas para lidar com a diversidade, evitando que o papel do professor acompanhante seja reduzido a uma função de "ajuda técnica". Para que a inclusão se concretize, é indispensável o desenvolvimento de práticas colaborativas entre professores regulares e acompanhantes, bem como uma compreensão ampliada das necessidades individuais de cada aluno.

Nesse contexto, este artigo busca compreender o papel do professor acompanhante na educação infantil, analisando suas responsabilidades, desafios e estratégias de atuação. A pesquisa também investiga como as diretrizes legais, como a LBI e a BNCC, e as políticas públicas podem contribuir para uma formação mais sólida e eficaz desses profissionais. Com base em uma abordagem qualitativa exploratória, espera-se que este estudo traga contribuições significativas para a reflexão e aprimoramento das práticas inclusivas no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio da equidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, tenham acesso à educação de qualidade. A Declaração de Salamanca (1994), um dos documentos internacionais mais influentes nesse campo, destaca que a inclusão não se limita à matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares, mas requer a adaptação do ambiente escolar para atender suas necessidades específicas. Segundo o documento, "os sistemas educativos devem ser projetados e os programas implementados de maneira a levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades dos alunos".

No Brasil, a LBI (2015) consolida o direito à educação inclusiva como um dever do Estado e estabelece que a inclusão deve ocorrer em todos os níveis de ensino. Em seu Art. 28, a LBI determina que as escolas regulares devem oferecer condições de acessibilidade, desde adaptações físicas até materiais didáticos e recursos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem. Contudo, a efetivação desse direito encontra obstáculos, especialmente na formação inadequada de professores e na ausência de infraestrutura adequada.

Mantoan (2003) aponta que a inclusão escolar é um processo complexo, que exige mudanças culturais, pedagógicas e institucionais. Para a autora, "a inclusão não é uma meta final, mas um processo contínuo de construção de práticas pedagógicas e relações sociais que promovam a equidade e a participação de todos os alunos". Nesse sentido, o professor acompanhante desempenha um papel mediador, ajudando a criar pontes entre o currículo e as necessidades específicas do aluno com deficiência.

Mittler (2000) reforça que a formação inicial dos professores é insuficiente para lidar com os desafios da inclusão, tornando a formação continuada um requisito indispensável. Ele argumenta que, sem uma preparação adequada, o professor acompanhante corre o risco de ser reduzido a um papel meramente operacional, em vez de atuar como um facilitador da aprendizagem e da inclusão social.

Outro aspecto central da discussão é a BNCC (2018), que estabelece um currículo nacional pautado em competências e habilidades que respeitam a diversidade. A BNCC enfatiza que o aprendizado deve ser inclusivo, garantindo que "todos os alunos, sem exceção, desenvolvam suas potencialidades ao máximo". Contudo, a falta de políticas claras para adaptar o currículo às especificidades dos alunos com deficiência cria um descompasso entre o que é previsto e o que ocorre na prática.

No contexto da educação infantil, Pacheco (2007) destaca a importância de práticas pedagógicas que promovam a autonomia e a participação ativa das crianças. Ele sugere que o professor acompanhante deve não apenas apoiar o aluno com deficiência, mas também colaborar com o professor regular e as famílias para criar uma rede de suporte integrada.

Por fim, a formação do professor acompanhante deve ser interdisciplinar, incorporando conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, tecnologia assistiva e estratégias pedagógicas inclusivas. Segundo Sasaki (2006), a inclusão só será efetiva quando todos os atores do processo educativo estiverem engajados em transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente acolhedor e participativo.

METODOLOGIA

O estudo adotou uma abordagem qualitativa exploratória, com estudo de caso realizado em uma creche pública no município de Oeiras do Pará. Os participantes foram professores regulares, professores acompanhantes, gestores e coordenadores escolares. As técnicas empregadas incluem entrevistas semiestruturadas e análise documental de políticas públicas, como a BNCC, e programas de formação continuada. A análise dos dados será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, identificando padrões e desafios recorrentes enfrentados pelos professores acompanhantes.

A atuação do professor acompanhante transcende o apoio pedagógico, abrangendo também aspectos sociais e emocionais do aluno. A LBI (2015) atribui a esses profissionais a responsabilidade de promover a

acessibilidade e a autonomia dos estudantes. No entanto, desafios como falta de formação específica, infraestrutura inadequada e resistência de colegas dificultam a implementação de práticas inclusivas. A BNCC destaca a necessidade de abordagens pedagógicas que integrem todos os alunos, mas ainda há lacunas no alinhamento entre políticas públicas e a realidade das escolas.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso foi particularmente adequado para as investigações que buscaram compreender fenômenos complexos em seu contexto natural, permitindo uma análise detalhada e contextualizada. Este método possibilitou explorar as percepções, práticas e desafios enfrentados por professores acompanhantes no ambiente da educação infantil, no município de Oeiras do Pará.

No contexto da pesquisa, a investigação foi conduzida em uma creche da rede pública municipal de Oeiras do Pará, que atende crianças com e sem deficiência, sendo representativa do contexto de educação inclusiva em escolas regulares da região. A escolha da unidade se justificou pela presença de professores acompanhantes e de políticas locais direcionadas à inclusão, possibilitando uma análise aprofundada das práticas desenvolvidas e de sua relação com os marcos legais nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os grupos selecionados para a coleta de dados, com base em sua atuação direta no processo de inclusão, foram os profissionais que se encontram diariamente no contexto educacional lidando com os alunos com deficiência. No total, o estudo contou com: 5 professores acompanhantes, que desempenham papel direto no suporte aos alunos com deficiência; 5 professores regulares, responsáveis pelas turmas inclusivas; 2 coordenadores pedagógicos, que supervisionam as práticas escolares; 1 gestor escolar, que contribuiu com informações sobre a implementação das políticas inclusivas na escola.

Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos principais: Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas foram realizadas com todos os participantes, com base em roteiros previamente elaborados, mas com flexibilidade para explorar temas emergentes durante as interações. Esse método foi escolhido por permitir um aprofundamento das percepções dos entrevistados e a identificação de nuances em suas práticas (Triviños, 1987).

Análise documental: Foram analisados documentos oficiais, como a BNCC, a LBI e políticas municipais de educação inclusiva, além de materiais pedagógicos utilizados na escola, relatórios institucionais e registros de formação continuada. Essa análise buscou compreender como os marcos normativos influenciam as práticas dos professores acompanhantes.

Os dados coletados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Esse método permitiu identificar categorias temáticas a partir dos dados coletados, possibilitando uma interpretação sistemática e embasada. As etapas seguidas na análise foram:

DISCUSSÕES

A análise das entrevistas com os professores acompanhantes, professores regulares, coordenadores pedagógicos e o gestor escolar revelou aspectos centrais sobre os desafios, percepções e práticas em torno da inclusão de alunos com deficiência na educação infantil. Os dados foram organizados em categorias temáticas para facilitar a interpretação dos achados.

Desafios enfrentados pelos professores acompanhantes. Os professores acompanhantes destacaram que a principal dificuldade está na falta de formação continuada específica para atender as necessidades dos alunos com deficiência. “A formação que recebemos é muito geral, e muitas vezes, as situações que vivemos na sala de aula não têm resposta nos cursos oferecidos”.

Outro desafio apontado foi a ausência de recursos adequados, como materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas, o que dificulta a personalização do ensino e a promoção da autonomia dos alunos. Além disso, foi mencionada a sobrecarga de trabalho, causada pela falta de uma equipe de apoio ampliada: “Ficamos sobrecarregados porque, além de cuidar do aluno com deficiência, precisamos ajudar a professora regular em outras demandas da sala. ”

Colaboração entre professores regulares e acompanhantes. As entrevistas com professores regulares revelaram uma percepção mista sobre o trabalho colaborativo com os acompanhantes. Enquanto alguns valorizam essa parceria, outros indicaram uma falta de clareza nas funções e responsabilidades de cada profissional: “Às vezes, não sabemos até onde vai o papel do professor acompanhante, e isso pode gerar conflitos. ”

Por outro lado, os professores acompanhantes reforçaram que, quando há diálogo frequente e planejamento conjunto, as práticas inclusivas se tornam mais eficazes:

“Quando conseguimos planejar juntos, fica mais fácil adaptar as atividades e ajudar o aluno a participar de tudo. ”

Percepção sobre a implementação de políticas públicas. Os gestores e coordenadores pedagógicos apontaram que, embora a LBI e a BNCC ofereçam diretrizes claras sobre inclusão, a aplicação prática enfrenta barreiras estruturais. A falta de investimentos em recursos e formação foi frequentemente citada como um dos maiores entraves: “A teoria é muito bonita, mas sem investimentos, é difícil colocá-la em prática. Precisamos de mais cursos, materiais e, principalmente, mais pessoal. ”

Outro ponto levantado foi a necessidade de maior envolvimento das famílias no processo inclusivo, uma vez que, segundo os entrevistados, a falta de engajamento familiar pode dificultar o progresso do aluno: “Quando os pais participam, o trabalho da escola se torna mais efetivo, mas nem sempre conseguimos esse apoio. ”

Impacto das formações continuadas. Os participantes reconheceram que as formações continuadas, embora escassas, têm impacto positivo

quando abordam práticas pedagógicas específicas para a educação inclusiva. Um coordenador pedagógico destacou: “As formações precisam ser mais frequentes e voltadas para a realidade das escolas. A troca de experiências entre os professores também é algo que deveria ser incentivado.”

No entanto, tanto os professores regulares quanto os acompanhantes reforçaram que as formações são frequentemente teóricas, sem abordagens práticas que possam ser aplicadas imediatamente.

Resultados observados na inclusão escolar. Apesar das dificuldades, todos os participantes relataram avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência, como maior participação nas atividades escolares e desenvolvimento da autonomia. Um professor acompanhante comentou: “Com paciência e dedicação, conseguimos fazer com que o aluno participe das atividades e interaja com os colegas. É uma satisfação ver o progresso deles.”

Os professores regulares também reconheceram mudanças positivas na sala de aula: “A presença do professor acompanhante facilita muito. O aluno com deficiência se sente mais seguro, e os outros alunos também aprendem a conviver com as diferenças.”

Os resultados evidenciam a importância do papel do professor acompanhante no processo de inclusão, mas também apontam a necessidade de maior suporte institucional. A formação continuada, a ampliação de recursos e a criação de estratégias colaborativas entre os profissionais da escola são elementos indispensáveis para a implementação eficaz das políticas públicas de inclusão, como a LBI e a BNCC.

Além disso, as práticas inclusivas requerem um esforço conjunto, envolvendo professores regulares, acompanhantes, gestores e famílias, em um modelo de educação que transcenda as barreiras estruturais e promova a equidade no ambiente escolar.

A pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo confidencialidade e anonimato.

Essa metodologia consolidou as bases para compreender a realidade do professor acompanhante na educação infantil e forneceu subsídios para reflexões sobre a implementação de práticas inclusivas mais eficazes no âmbito escolar. Além disso, a inclusão requer colaboração entre professores regulares e acompanhantes, o que muitas vezes não ocorre de maneira eficaz devido à falta de clareza nas funções de cada profissional. A formação continuada aparece como um fator essencial para superar essas barreiras e construir uma escola mais inclusiva e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram que a educação inclusiva é um processo em constante construção, que requer o esforço integrado de diversos atores, desde os professores acompanhantes até gestores

escolares e famílias. A prática inclusiva, embora ancorada em marcos legais sólidos como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfrenta desafios significativos relacionados à formação profissional, infraestrutura escolar e articulação entre políticas públicas e a realidade das salas de aula.

Apesar das dificuldades, a pesquisa revelou que o papel do professor acompanhante é crucial para a promoção da inclusão escolar. Sua presença contribui diretamente para a autonomia, a socialização e o aprendizado dos alunos com deficiência, além de favorecer o engajamento dos demais estudantes na construção de um ambiente educacional mais equitativo e democrático. Contudo, para que o trabalho desse profissional seja ainda mais eficaz, é indispensável superar algumas barreiras estruturais e operacionais presentes nas escolas.

Diante desse cenário, algumas saídas viáveis podem ser apontadas para fortalecer a inclusão escolar e valorizar o trabalho do professor acompanhante: Investimento em formação continuada e prática. É essencial que os professores acompanhantes recebam formações continuadas que combinem teoria e prática, abordando estratégias pedagógicas, uso de tecnologia assistiva e manejo de dinâmicas escolares que favoreçam a inclusão. Programas formativos personalizados, adaptados às demandas específicas das escolas e baseados em estudos de caso reais, podem potencializar as competências desses profissionais. Além disso, a formação colaborativa, envolvendo professores regulares, acompanhantes e gestores, pode promover uma cultura escolar mais inclusiva.

Melhoria na infraestrutura e nos recursos pedagógicos. As escolas precisam contar com recursos materiais e tecnológicos adequados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso inclui desde materiais didáticos adaptados até equipamentos de tecnologia assistiva, como ampliadores de texto, softwares de comunicação alternativa e mobiliário adaptado. Investir em ambientes escolares acessíveis e acolhedores é uma condição indispensável para que a inclusão não se limite ao discurso.

Fortalecimento da articulação entre políticas públicas e escolas. Embora a LBI e a BNCC ofereçam diretrizes robustas, sua implementação prática ainda apresenta lacunas. É necessário que as políticas públicas sejam acompanhadas de programas de apoio financeiro e técnico às escolas, com monitoramento contínuo e avaliações periódicas sobre os resultados da inclusão. Além disso, a promoção de parcerias entre instituições educacionais e organizações especializadas em inclusão pode trazer inovações e melhores práticas para o contexto escolar.

Promoção do trabalho colaborativo e do apoio mútuo. O trabalho colaborativo entre professores regulares e acompanhantes deve ser incentivado por meio de práticas de planejamento conjunto, troca de experiências e momentos formativos coletivos. Esse diálogo constante não

só fortalece as práticas pedagógicas inclusivas como também promove maior clareza nas funções e responsabilidades de cada profissional.

Engajamento das famílias no processo inclusivo. A inclusão escolar só será plena se houver a participação ativa das famílias. Programas de conscientização, oficinas e espaços de diálogo entre escola e comunidade podem ajudar a construir uma rede de apoio sólida, que fortaleça a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Valorização e reconhecimento do professor acompanhante. É indispensável que os professores acompanhantes sejam reconhecidos como profissionais fundamentais para a educação inclusiva. Isso inclui não apenas remuneração justa, mas também condições de trabalho adequadas, suporte psicológico e programas de capacitação que lhes permitam avançar em suas carreiras.

Com essas estratégias, é possível transformar os desafios enfrentados na educação inclusiva em oportunidades de melhoria contínua. A inclusão escolar é um processo que exige compromisso coletivo e visão de futuro, mas seus benefícios são incontestáveis: a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e capaz de respeitar e valorizar a diversidade humana.

Assim, espera-se que os resultados deste estudo inspirem ações concretas no âmbito educacional e contribuam para fortalecer o papel do professor acompanhante como um agente de transformação, fundamental para a construção de uma educação infantil verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. (1994). **Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**.

MANTOAN, M. T. E. (2003). **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna.

MITTLER, P. (2000). **Working Towards Inclusive Education: Social Contexts**. David Fulton Publishers.

PACHECO, J. (2007). **Inclusão e Educação: Perspectivas Contemporâneas**. Porto Alegre: Artmed.

YIN, R. K. (2015). **Estudo de caso: planejamento e métodos** (5ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

CAPÍTULO 8

A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA STEAM E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO

Adelmo de Sousa Silva

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela *MUST University* (Flórida, Estados Unidos da América).

Doutorando em Ciências da Educação pela *Facultad Interamericana de Ciencias Sociales* (Assunção, Paraguai).

Edson Ferreira Lima

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela *MUST University* (Flórida, Estados Unidos da América).

Doutorando em Ciências da Educação pela *Facultad Interamericana de Ciencias Sociales* (Assunção, Paraguai).

Elves Santos de Freitas

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela *MUST University* (Flórida, Estados Unidos da América).

Doutorando em Ciências da Educação pela *Facultad Interamericana de Ciencias Sociales* (Assunção, Paraguai).

José Roberto da Silva Júnior

Mestre em Ciências da Educação pela *Facultad Interamericana de Ciencias Sociales* (Assunção, Paraguai).

Doutorando em Ciências da Educação pela *Facultad Interamericana de Ciencias Sociales* (Assunção, Paraguai).

RESUMO

Este trabalho busca analisar a metodologia *STEAM* empregada na Educação, uma vez que se trata de uma metodologia ativa que tem o potencial de promover a construção do conhecimento de maneira mais pragmática e estimular os aprendizes a demonstrarem mais proatividade e protagonismo. Objetiva, também, abordar a metodologia *STEAM*, apontar desafios percebidos no uso da metodologia na Educação, e identificar características que o docente necessita possuir para utilizar tal metodologia em sua prática educacional. Baseando-se metodologicamente na pesquisa bibliográfica foram obtidas informações de relevância acerca da temática. E, por meio da compreensão sobre aspectos da metodologia e desafios de sua utilização na Educação, bem como sobre características necessárias aos profissionais da Educação para utilizarem a metodologia *STEAM* na Educação, é possível que os docentes possam planejar mais proveitosamente atividades com mais praticidade e que estimulem um engajamento maior dos estudantes. Além do mais, metodologias ativas como a *STEAM* podem ser um auxílio para tornar

as aulas mais significativas e interessantes para os participantes dos processos educacionais, sejam eles os docentes ou os discentes.

Palavras-Chave: Metodologia *STEAM*. Desafios. Características.

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, é perceptível que a utilização de metodologias ativas, como a *STEAM*, pode despertar o senso de proatividade e protagonismo dos aprendizes, tornando-os mais ativos em seu processo de aprendizagem. Portanto, esse trabalho aborda essa metodologia ativa em sua utilização na Educação, pois considera-se que ela pode ajudar a despertar um maior engajamento dos estudantes. E busca-se responder à pergunta ou problema: Como a metodologia *STEAM* pode ser útil nos desafios encontrados na Educação?

O objetivo geral desse trabalho é analisar a metodologia *STEAM* empregada na Educação. E seus objetivos específicos são: abordar a metodologia *STEAM*, apontar desafios percebidos no uso dessa metodologia na Educação, e identificar características que o docente necessita possuir para utilizar essa metodologia em sua prática educacional.

O desenvolvimento do presente trabalho estrutura-se em três partes. A primeira aborda a metodologia *STEAM*; a segunda trata sobre desafios da utilização da metodologia *STEAM* na Educação; e a terceira apresenta características necessárias ao docente que utiliza a metodologia *STEAM*.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica com base na leitura analítica de autores que trouxeram informações relevantes. Tendo sido utilizada uma abordagem de análise qualitativa dos dados obtidos no processo de pesquisa.

A fim de concretizar o trabalho, foi necessária que fosse feita a pesquisa por meio de termos como metodologia *STEAM* e educação, desafios da metodologia *STEAM*, e características da metodologia *STEAM* na educação, empregando o buscador *Google Acadêmico*, sendo que tal plataforma digital tornou possível o acesso a informações sobre a correta maneira de se referenciar os autores pesquisados. A seleção da quase totalidade dos textos a serem lidos ocorreu dentro do recorte temporal dos anos de 2020 a 2024, ou seja, levando em consideração publicações recentes, para, dessa forma, priorizar-se na pesquisa informações atuais sobre a temática pesquisada. Porém com exceção da inclusão de um trabalho publicado no ano de 2017, que trouxe informações úteis para os objetivos da pesquisa. Também foi selecionado o *e-book* da autora Buesa (2023), o qual foi desenvolvido pela autora como um material de suporte sobre essa metodologia ativa e suas características, além de disponibilizar informações de relevância sobre a temática pesquisada.

Pode-se mencionar que, os autores citados contribuíram teoricamente quanto aos objetivos propostos na pesquisa. Sendo assim, foram obtidas informações relevantes sobre a metodologia STEAM na Educação, seus desafios e as características que os docentes necessitam apresentar para desenvolver tal metodologia na prática educativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A METODOLOGIA STEAM

O nome da metodologia STEAM é “um acrônimo em inglês para as disciplinas *Science, Technology, Engineering, Arts & Design e Mathematics* (Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes & Design e Matemática)” (BUESA, 2023, p. 3, grifo da autora). Para Silva, Viana e Vilela Júnior, (2020), e Bergamaschi *et al.* (2022) ela é uma das metodologias ativas mais utilizadas atualmente. Além do mais, ela “traz integração entre conceitos de ciência, tecnologia, engenharia, matemática e artes” (NASCIMENTO, 2020, p. 197), possibilita que barreiras entre tais disciplinas sejam rompidas (SILVA *et al.*, 2017) e “vai além das metodologias de integração entre o conhecimento e sua aplicação criativa” (ROBERTO *et al.*, 2021, p. 748). Logo, a integração interdisciplinar pode ser percebida na abordagem STEAM (NASCIMENTO, 2020; TARANTO; SAMPAIO; RODRIGUES-SILVA, 2021; ROBERTO *et al.*, 2021; LASAKOSWITSCK, 2024), e sua importância se justifica, já que muitos problemas reais são complexos e demandam diversas habilidades para sua resolução (BUESA, 2023).

Tal metodologia pode ser útil ao processo de ensino-aprendizagem, pois promove uma educação científica contextualizada e integrada com a tecnologia. Para Vuerzler (2020), a educação científica precisa ser desenvolvida de modo prazeroso, seja para o discente ou para o docente. Então, é notável o potencial da metodologia STEAM na Educação científica, pois, ela pode trazer benefícios ao cenário preocupante que pode ser constatado na atualidade (SILVA *et al.*, 2017).

As disciplinas do currículo STEAM representam diversos aspectos presentes em diversas situações-problemas como se pode visualizar na tabela 1, elaborada com base em Buesa (2023).

Tabela 1 – Disciplinas do Currículo da Metodologia STEAM

Disciplina	Tradução	A disciplina representa
<i>Science</i>	Ciências	Conceitos científicos para compreender fenômenos naturais, sociais e tecnológicos.
<i>Technology</i>	Tecnologia	Ferramentas para lidar com informações e recursos para desenvolver soluções (ex.: robótica e programação).

<i>Engineering</i>	Engenharia	Construção do raciocínio lógico para planejar e gerar soluções, ou para construir um produto.
<i>Arts & Design</i>	Artes & Design	Expressão artística, criatividade e habilidades socioemocionais (ex.: empatia, colaboração e comunicação interpessoal).
<i>Mathematics</i>	Matemática	Medição, cálculo, análise de dados, investigação, desenvolvimento de projetos e solução de problemas.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Buesa, 2023, p. 3.

Ao se analisar a tabela 1, percebe-se que as disciplinas da metodologia *STEAM* são bastante desafiadoras. Ainda, segundo Silva *et al.* (2017) essa metodologia consiste numa abordagem educacional direcionada para a integração dessas disciplinas, acarretando inovação e criatividade no processo de ensino-aprendizagem, e sendo considerada por alguns como essencial para a formação de um cidadão completo. Portanto, faz-se necessária uma abordagem que as integre interdisciplinarmente para tornar mais significativo o ensino das diversas disciplinas.

A utilidade de tal alternativa metodológica é evidente na Educação, pois,

A metodologia *STEAM*, como metodologia ativa, se apresenta como uma tendência inovadora que pretende modificar o *status quo* da educação atual, permitindo ao estudante, de forma autônoma e criativa, explorar sua curiosidade e desenvolver uma aprendizagem significativa (SILVA *et al.*, 2017, p. 03, grifo nosso).

Logo, segundo Silva *et al.* (2017) e Custódio e Rosa (2024) é possível trazer melhorias na Educação da atualidade, tornando os estudantes mais capazes de exercer sua autonomia e sua criatividade, desenvolvendo significativamente a construção do conhecimento.

Conforme Buesa (2023, p. 4, grifo da autora), a metodologia *STEAM* foi criada “nos Estados Unidos pela *National Academy of Sciences*”. E a sua criação aconteceu por causa da “constatação de que há um **desinteresse de alunos pelas ciências exatas**” (BUESA, 2023, p. 4, grifo da autora). Nota-se que se procura trabalhar com essas diferentes áreas de conhecimento para melhorar as experiências de construção do conhecimento pelos aprendizes nas ciências exatas.

Ainda, segundo Maia, Carvalho e Appelt (2021, p. 71, grifo nosso) a “construção de artefatos digitais ou analógicos e mecânicos, práticas como Cultura *Maker*, Robótica Educacional, Pensamento Computacional e as tecnologias relativas a elas são constantemente convocadas em Educação

STEAM'. Logo a abordagem *STEAM* demonstra algumas de suas múltiplas possibilidades de atividades.

Ademais, o emprego dessa abordagem ativa possibilita benefícios como o estímulo à autonomia dos estudantes, e ao seu protagonismo na construção do conhecimento (SILVA; VIANA; VILELA JÚNIOR, 2020; CUSTÓDIO; ROSA, 2024).

DESAFIOS NA UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA STEAM NA EDUCAÇÃO

Para iniciar a abordagem sobre desafios a serem superados, para a utilização da metodologia *STEAM*, primeiro é necessário considerar que o PISA aponta que os alunos brasileiros têm desempenho em Ciências e em Matemática abaixo do esperado. Em conformidade com o que se sabe

O cenário apresentado pelo PISA indica que os estudantes brasileiros chegam à última fase do Ensino Fundamental sem as habilidades matemáticas e científicas mínimas necessárias para exercerem plenamente a cidadania e, inclusive, prosseguir os estudos no Ensino Médio e, posteriormente, na Educação Superior. A baixa proficiência de um indivíduo naquelas áreas compromete o desenvolvimento do seu raciocínio, do conhecimento lógico-matemático, dos pensamentos crítico e criativo e da capacidade de reflexão sobre sua realidade. (MAIA; CARVALHO; APPELT, 2021, p. 69).

Ainda, considera-se que as habilidades científicas e lógico-matemáticas são indispensáveis para prosseguir os estudos, e sua baixa proficiência prejudica diversos alunos brasileiros. O docente que utiliza a metodologia ativa *STEAM* está com a possibilidade de trabalhar as habilidades científicas, tecnológicas e matemáticas de maneira inovadora, contextualizada e integrada, e pode, inclusive, ajudar muitos discentes, pois, segundo Bergamaschi *et al.* (2022) e Custódio e Rosa (2024) um dos entraves notados na Educação Básica é o currículo que muitas vezes se encontra fragmentado. Abordagens interdisciplinares podem ajudar a superar a fragmentação curricular trazendo mais dinamicidade e aprendizagem significativa na sala de aula.

Ao considerar a formação inicial dos professores brasileiros, Lasakowsitck (2024) menciona a tendência dos cursos de licenciatura em priorizar a formação teórica em desfavor das práticas pedagógicas. Sendo assim, os professores formados acabam apresentando dificuldade em colocar em prática as metodologias ativas em sua atuação profissional, devido à lacuna de desenvolvimento de experiências práticas em sua formação inicial. Pois, para Lasakowsitck (2024, p. 03) “a lacuna existente entre a formação teórica e as práticas pedagógicas é uma barreira significativa” para a eficácia da aplicação de metodologias ativas, entre elas a *STEAM*, nas escolas.

De modo a remediar o descompasso entre teoria e prática da formação inicial pode-se considerar que “a formação continuada é vital para que os professores que não tiveram contato com essas metodologias inovadoras durante a formação inicial possam se atualizar e aplicar novas práticas educacionais” (LASAKOSWITSCK, 2024, p. 13). Assim, os sistemas educacionais podem investir em formações continuadas que promovam o uso de metodologias ativas e a atualização profissional do docente.

Além disso, segundo Lasakoswitsck (2024, p. 12) “existe uma falta de infraestrutura adequada em muitas instituições de ensino, especialmente nas escolas públicas”. Sem equipamentos necessários para desenvolver metodologias ativas que utilizam a tecnologia, como a metodologia *STEAM*, torna-se desafiador o trabalho do docente. São necessários “laboratórios, equipamentos tecnológicos, materiais de artes, *softwares* educacionais, entre outros recursos que muitas vezes estão indisponíveis” (LASAKOSWITSCK, 2024, p. 12, grifo do autor).

Ademais, em nosso país, conforme a percepção de Bergamaschi *et al.* (2022), o condicionamento da duração das aulas em tempos de 50 ou 60 minutos torna um desafio para os professores proporem atividades que favoreçam a interdisciplinaridade com a metodologia ativa *STEAM*. Os docentes que planejam desenvolver a metodologia ativa em questão devem considerar a realidade escolar, inclusive, o tempo de duração das aulas.

Além do mais, a outro desafio que se pode perceber, é que:

O docente precisará ainda pensar em como criar os grupos, orientar sobre a organização das tarefas, acompanhar o andamento do processo e mostrar aos estudantes que os erros fazem parte. Ainda é necessário cuidado na divisão de tarefas para que todos tenham as mesmas chances de executar qualquer parte dela, como a montagem de robôs e a decoração (BUESA, 2023, p. 6).

Deve-se pensar com cuidado em como dividir a turma em grupos, orientar sobre as tarefas, prestar acompanhamento aos estudantes e ser cuidadoso para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades, segundo a autora da citação acima. E sobre a ênfase na tecnologia, a autora ainda comenta que,

Apesar do cunho tecnológico, para desenvolver o currículo *STEAM* é preciso mais do que equipamentos. Somente inserir tecnologia em uma atividade de ensino não faz uma proposta *STEAM*. É necessário um profundo desenvolvimento profissional dos professores para que compreendam a conexão que deve haver entre os conteúdos das áreas relacionadas (BUESA, 2023, p. 7, grifo nosso).

Logo, o fato de o currículo *STEAM* envolver o âmbito tecnológico, não é o suficiente, pois é necessário mais do que as ferramentas utilizadas. É muito importante que os professores sejam preparados para que compreendam a interdisciplinaridade e a conexão entre os conteúdos desenvolvidos nas diversas disciplinas relacionadas na metodologia *STEAM*.

Podem ser consideradas desafiadoras “a necessidade de um currículo voltado para a interdisciplinaridade” e “uma formação docente que permita ao professor refletir sobre o seu papel, sua identidade profissional como um agente promotor da educação *STEAM*” (TARANTO; SAMPAIO; RODRIGUES-SILVA, 2021, p. 01, grifo nosso). Logo, precisa-se do favorecimento a uma prática pedagógica interdisciplinar, que não considere os componentes curriculares da Educação Básica apenas de maneira estanque e fragmentada. E os docentes precisam de uma capacitação que favoreça aspectos reflexivos sobre sua atuação e prática profissional.

Além disso, podem ser elencados entre os inúmeros obstáculos a serem superados no processo educacional a “falta de engajamento e protagonismo dos estudantes,” (BACICH; HOLANDA, 2020, p. 01). Além do mais, segundo Bacich e Holanda (2020) e Lasakoswitsck (2024) o sistema educacional demonstra pouca abertura e apresenta resistência às mudanças.

Um outro desafio notado é que os discentes “não têm somente dificuldades de apreender conceitos, enfrentam problemas no uso de raciocínio lógico e solução de problemas próprios do trabalho científico” (VUERZLER, 2020, p. 18). É notável, então, que os aprendizes têm dificuldades não só na aprendizagem, mas também ao encararem problemas que utilizam o raciocínio, e, inclusive, ao tentar resolver problemas. É realmente desafiador ter de preparar os alunos para resolverem problemas sendo que eles apresentam dificuldades de aprendizagem.

CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS AO DOCENTE QUE UTILIZA A METODOLOGIA *STEAM*

O docente que trabalha com a metodologia ativa *STEAM* necessita ter ou desenvolver algumas características importantes. Faz-se “necessário que esteja preparado e subsidiado para enfrentar e administrar essas novas demandas” (CUSTÓDIO; ROSA, 2024, p. 02). Ele precisa saber desenvolver seu trabalho docente em colaboração com outros professores (LASAKOSWITSCK, 2024), pois a prática docente na metodologia *STEAM*, envolve habilidades interdisciplinares e “a troca de conhecimentos e experiências enriquece o processo, facilitando o planejamento da prática, dando um olhar mais abrangente para cada área do conhecimento” (BUESA, 2023, p. 6).

Além disso, é “de suma importância ter um olhar intencional para promover as aprendizagens” (BACICH; HOLANDA, 2020, p. 06). Não se pode negar que a necessidade da intencionalidade pedagógica docente na promoção das aprendizagens é fundamental na Educação como um todo.

Ainda, segundo Buesa (2023), o professor precisa deixar de agir de maneira tradicional, como portador e expositor único do conhecimento, e deve agir como orientador, já que será necessário lidar com várias situações e soluções e lidar com os imprevistos que possam advir no processo. E também é importante que o professor atue como mediador (BACICH; HOLANDA, 2020; TARANTO; SAMPAIO; RODRIGUES-SILVA, 2021; BERGAMASCHI *et al.*, 2022; CUSTÓDIO; ROSA, 2024), proporcionando experiências de aprendizagem que considerem as necessidades dos estudantes. É necessário, inclusive que o professor atue também como facilitador (CUSTÓDIO; ROSA, 2024), mostrando aos estudantes direcionamentos para a construção de seu conhecimento. Logo, faz-se necessária a tomada da postura de orientador, mediador e facilitador pelo docente, para que ele lide satisfatoriamente com a variedade de situações e soluções e atue melhor ao encarar imprevistos.

Para que o professor seja inovador é importante que ele também conheça o contexto em que os discentes vivem, como se pode conferir a seguir

Para inovar e criar diferentes situações que promovam a aprendizagem, o professor necessita conhecer o contexto que o estudante está vivenciando, pois facilita a preparação das atividades, além de conhecer e utilizar os recursos materiais e ferramentas pedagógicas disponíveis. É necessário também lembrar-se de que a evolução digital e as tecnologias permitem possibilidades infinitas de atividades a serem exploradas, pois o acesso à internet está ao alcance de boa parte dos estudantes, tanto em aparelhos próprios como o smartphone quanto com a informatização das escolas. Para tanto, o professor tem que dominar esses recursos e explorar suas potencialidades (VUERZLER, 2020, p. 27).

Ainda, nota-se que conforme as ideias do autor acima, o professor que utiliza a metodologia ativa *STEAM* deve dominar os recursos tecnológicos disponíveis para que seja possível explorar os seus potenciais e ainda desenvolver os alunos científica, pedagógica e tecnologicamente. É importante esse domínio e conhecimento tecnológico do professor, para que o mesmo esteja e se sinta seguro e capaz.

Além do mais, o docente também necessita atuar com os estudantes de maneira colaborativa (BACICH; HOLANDA, 2020), pois tanto quem ensina, tanto quem aprende podem agir em colaboração de modo a construir o conhecimento interativamente.

Para Vuerzler (2020), o professor também pode trabalhar em aula utilizando informações presentes na internet e na mídia, as quais, desde que confiáveis, podem ser úteis para introduzir os conhecimentos científicos e tecnológicos de maneira crítica possibilitando assim, um aprendizado

significativo, e desenvolvendo habilidades muito úteis para a metodologia *STEAM*.

E além de atuar como um professor mediador do conhecimento, também é necessário que o professor seja questionador e também instigador de respostas, pois é relevante orientar os estudantes em sua aprendizagem para prepará-los para o mundo onde vivem e em prol da futura realidade em que desejam viver (VUERZLER, 2020). Uma vez que as características necessárias ao professor para implantar com sucesso a metodologia *STEAM* são também úteis para preparar os discentes para melhorarem a sua vida e exercerem mais amplamente a cidadania.

Percebe-se então que a metodologia *STEAM* e outras metodologias ativas devem ser utilizadas para formar alunos proativos e que desenvolvam o potencial de transformar sua realidade, tendo assim, melhores oportunidades sociais e profissionais em seu futuro.

RESULTADOS

De acordo com dados presentes nos artigos lidos, interpretados e analisados para a realização da presente pesquisa bibliográfica, é possível notarem-se desafios presentes na utilização da metodologia *STEAM* em sala de aula. Haja vista que entre os desafios percebidos ao se tentar desenvolver tal metodologia pode-se mencionar a aplicação da metodologia em grupo, que pode ser complexa, e a necessidade de se fomentar o desenvolvimento de habilidades científicas e lógico-matemáticas, pois, não se pode negar que os estudantes brasileiros precisam de melhores desempenhos no PISA e em outras avaliações externas.

A consideração sobre esses fatores e outros tidos como desafiadores durante o processo de construção do conhecimento ocorre principalmente ao se tentar desenvolver a metodologia em análise durante o ensino e a aprendizagem de temas científicos, tecnológicos e matemáticos, os quais podem ser incentivados com o uso de recursos tecnológicos e de metodologias ativas. Devido ao seu dinamismo e à sua praticidade, os recursos digitais podem ser uma opção assertiva durante o trabalho pedagógico com a metodologia *STEAM* em sala de aula.

Com base nisso, pode-se inferir que o uso da metodologia *STEAM* em sala de aula, pode melhorar os desempenhos escolares nos desempenhos quanto aos índices de aprendizagem, tornando a escola um ambiente mais dinâmico, tecnológico, envolvente e conectado seja de maneira síncrona ou assincronicamente. Dessa forma, demanda-se professores inovadores e que não temam os desafios e que planejam seu trabalho docente de modo organizado e de maneira que envolva os discentes.

CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento desse artigo, pôde-se abordar informações relevantes acerca dos objetivos da pesquisa. No capítulo inicial do desenvolvimento foi abordada a metodologia *STEAM*, pois considera-se importante a parte teórica sobre aspectos da metodologia em análise.

Já no segundo capítulo, foram apontados desafios que podem ser notados no emprego de tal metodologia na Educação. Sendo que, considera-se que tal metodologia tem potencial de tornar a Educação mais significativa para o processo de ensino-aprendizagem, porém não se pode desconsiderar que há desafios. E, por fim, no último capítulo, foram apresentadas características que são necessárias ao docente que visa utilizar essa metodologia em sua prática educativa. E, inclusive, a metodologia *STEAM*, no cenário educacional, corresponde a mais uma das muitas metodologias ativas promissoras que podem ser utilizadas para melhorar os processos de ensino-aprendizagem e aprimorar as experiências educacionais.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; HOLANDA, Leandro. *STEAM: integrando as áreas para desenvolver competências*. In: BACICH, Lilian; HOLANDA, Leandro. (Orgs.). **STEAM em sala de aula: a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na Educação Básica**. Porto Alegre: Penso. 2020, p. 1-12. Disponível em: <https://www.sinopsyseditora.com.br/upload/produtos_pdf/2173.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BERGAMASCHI, Christyan Lemos *et al.* O uso da metodologia *STEAM* em sala de aula na dimensão da educação ambiental no currículo: reflexões iniciais. **Revista Pedagógica**, v. 24, p. 1-26, 2022. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7168/3822>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BUESA, Natasha Young. **O currículo STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts & Design and Mathematics)**. Flórida: *MUST University*, 2023. *E-book* produzido pela professora como suporte ao curso de mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação.

CUSTÓDIO, Stephani Vilela Ferreira; ROSA, Thais de Almeida. Educação *STEAM*: conceito, breve histórico, diretrizes e prática. **Dialogia, [S. l.]**, n. 50, p. e27419, 2024. DOI: 10.5585/50.2024.27419. Disponível em: <<https://ununove.emnuvens.com.br/dialogia/article/view/27419>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

LASAKOSWITSCK, Ronaldo. Educação *STEAM* e a formação inicial de Professores: perspectivas e desafios para escolas brasileiras. **Dialogia, [S. l.]**, n. 50, p. e27504, 2024. DOI: 10.5585/50.2024.27504. Disponível em:

<<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/27504>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

MAIA, Dennys Leite; CARVALHO, Rodolfo Araújo de; APPELT, Veridiana Kelin. Abordagem *STEAM* na educação básica brasileira: uma revisão de literatura. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 49, p. 68-88, 2021. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/view/13536>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

NASCIMENTO, Jean Mendes. Aplicação da Metodologia *STEAM* através da Robótica: Uma solução aos desafios da Educação Profissional durante a pandemia de Covid-19. **Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional**, v. 15, p. 196-205, 2020. Disponível em: <<http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/996/10b085075ceff5c75b9fcfbde83bcde8.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

ROBERTO, Gisele Rodrigues Durigan *et al.* O uso da educação *STEAM* para promover a aprendizagem matemática e conscientização ambiental. **Revista Valore**, v. 6, p. 746-760, 2021. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/846/596>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SILVA, Ederson Carlos; VIANA, Helena Brandão; VILELA JÚNIOR, Guanis de Barros. Metodologias ativas numa escola técnica profissionalizante: *Active methodologies in a professional technical school*. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 158-173, 2020. DOI: 10.21814/rpe.18473. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/18473/15333>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SILVA, Iatiçara Oliveira da *et al.* Educação Científica empregando o método *STEAM* e um *makerspace* a partir de uma aula-passeio. **Latin American Journal of Science Education**, v. 4, n. 2, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://www.lajse.org/nov17/22034_Silva_2017.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.

TARANTO, Clélia Maria Batista; SAMPAIO, Rosane da Silva; RODRIGUES-SILVA, Jefferson. Dialogando concepções de Dewey e Kilpatrick em educação: uma proposta contextualizada *STEAM*. **BambuÍ: IFMG**, v. 14, 2021. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/5780210#.YbjUK4EUQq0.mendeley>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

VUERZLER, Hugo Loriano. **Modelo de educação integrativa**: a abordagem *STEAM* em uma proposta de ensino investigativo experienciado em uma Escola Estadual, Cuiabá, MT. 128f. Dissertação (Mestrado Profissional de Ensino em Biologia), UFMT, Cuiabá. 2020. Disponível em: <<https://www.profbio.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/09/Dissertacao-HUGO-LORIANO-VUERZLER.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

CAPÍTULO 9

A TRAGÉDIA DAS CHUVAS EM PETRÓPOLIS/RJ: UMA FATALIDADE? OU UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA?

Maurício Chatel Vasconcellos Filho

Bibliotecário e documentalista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com experiência na função por mais de 17 anos consecutivos e também com produção acadêmica por mais de 10 anos.

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa informativa sobre a tragédia das chuvas em Petrópolis/RJ ocorrida no verão de 2022. Introduce aspectos culturais, geográficos e históricos de Petrópolis de sites temáticos em cultura e em história locais. Aborda a problemática das chuvas de 2022, e faz um paralelo com o déficit habitacional em Petrópolis nas últimas décadas. Por fim, apresenta as últimas informações sobre os atuais acontecimentos e entre eles os dois anos da tragédia em 15 de fevereiro de 2024.

Palavras-Chave: tragédia climática-chuvas; Petrópolis; verão-2022. déficit habitacional; pós-tragédia climática.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa informativa sobre a tragédia climática das chuvas em Petrópolis no verão de 2022. A metodologia aplicada foi um levantamento bibliográfico em sites da imprensa local, em sites de órgãos do poder federal, do poder estadual fluminense e da Prefeitura de Petrópolis, além de outros.

A cidade de Petrópolis, localizada na Região Serrana do Rio de Janeiro, tem uma geografia muito acidentada em uma região montanhosa, situada a 809 metros de altitude do nível do mar na chamada Serra Verde Imperial. Os Rios Quitandinha, Piabanha e Palatino cortam toda a Cidade e se estendem até os distritos de Itaipava, Pedro do Rio e Posse.

Petrópolis é dividida em cinco distritos, isto é, 1o Distrito Petrópolis, 2o Distrito Cascatinha, 3o Distrito Itaipava, 4o Distrito Pedro do Rio e 5o Distrito a Posse.



Figura 1: Mapa dos distritos de Petrópolis. Documento Orientador Curricular da Prefeitura Municipal de Petrópolis, Secretaria Municipal de Educação, 2020.

A história e a arquitetura predominante do século XIX e início do Século XX, combinadas com o clima ameno e a influência dos imigrantes alemães, italianos, sírio-libaneses e portugueses tornaram Petrópolis uma das cidades mais importantes do cenário turístico do País, destacando-se no turismo cultural e na gastronomia. (Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2021).

Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro (INEPAC), 2020, historicamente, Petrópolis nasceu das antigas terras da Fazenda do Córrego Seco. Foi descoberta por D. Pedro I, posteriormente, fundada por Dom Pedro II, Imperador do Brasil, em 16 de março de 1843 e teve uma colonização alemã, isto é, muitos imigrantes alemães vieram para o Brasil, aproximadamente por volta de 1840 do século XIX e se dirigiram para região de Petrópolis e lá se instalaram devido ao clima ameno e as belezas naturais da região.

Tempos depois, ainda no Século XIX, com a construção do Palácio Imperial, tempos depois na década de 1940 do Século XX transformado em Museu Imperial, a cidade de Petrópolis, a primeira cidade fluminense planejada pelo engenheiro e militar Júlio Frederico Koler, começa a atrair moradores que vinham do Rio de Janeiro, o então antigo Distrito Federal, para passar temporadas de verão e muitas residências de alto padrão são construídas estrategicamente com um grande distanciamento dos rios na região do centro histórico da Cidade com fins de se evitar as enchentes destes.

Entre elas, a Casa da Princesa Isabel na Avenida Koeler, além de outras residências na mesma Avenida. Petrópolis foi, historicamente, local de passagem obrigatória de penetração dos viajantes que, do litoral ao interior, iam e vinham em busca do ouro das Minas Gerais. Esse fator, somado às qualidades climáticas e feições naturais e à proximidade com o Rio de

Janeiro, contribuiu para que, em meados do século XIX, ali se desenvolvesse a colônia de Petrópolis. Outro fator de cunho pitoresco é decorrente do conhecimento que D. Pedro I tinha da região, particularmente da Fazenda do Padre Corrêa, local de pernoite dos tropeiros que transpunham a serra em direção ao interior. Encantado com o clima ameno e a beleza daquele cenário natural, adquire as terras do Córrego Seco, vizinhas às terras do Corrêas para construir um palácio de verão.

O sonho de construir a Fazenda Imperial no alto da serra somente vai se realizar mais tarde, quando o engenheiro-militar major Júlio Frederico Koeler, que coordenava os trabalhos de levantamento topográfico de parte da província do Rio de Janeiro naquela região, arrenda em 1843 a Fazenda do Córrego Seco para implantar no local uma colônia alemã. Koeler compromete-se, através do conselheiro da Casa Imperial Paulo Barbosa, com o herdeiro D. Pedro II a reservar uma área para edificar o Palácio Imperial, os jardins e a Igreja de São Pedro de Alcântara. Em 1846, o major Koeler apresenta o primeiro plano urbanístico para a Vila Imperial de Petrópolis.

O projeto aliava às necessidades da atividade agrícola, baseada na mão de obra imigrante, bem como o uso do solo urbano, as preocupações com a preservação dos rios e das matas, resultando numa ocupação em que os edifícios foram projetados de uma forma respeitosa e integrada a paisagem natural circundante. A cidade rapidamente ocupou lugar de destaque no cenário nacional, inicialmente como residência de verão da família imperial e de parte da elite brasileira e, depois, como vilegiatura da alta burguesia fluminense. Ainda no fim do século XIX, pelas suas qualidades climáticas e abundância de água, atraiu a instalação de um grande número de fábricas, sobretudo, têxteis.

Esse conjunto de condições políticas, sociais e culturais, propiciou a produção de uma rica e variada arquitetura, marcadamente do período republicano. O acervo do patrimônio edificado de Petrópolis, integrado à magnífica paisagem natural da Serra do Mar, se apresenta como manifestação das mais significativas na conformação das cidades fluminenses, devido à rara e sensível interação do patrimônio ambiental e urbano.

Petrópolis se constitui, hoje, apesar das transformações ocorridas, em referência para as demais cidades do Rio de Janeiro, pelo seu padrão de qualidade de vida, além de sua relevância histórica associada à vida política brasileira. Motivados pela mobilização de associações comunitárias locais, estudos sistemáticos para o reconhecimento e proteção de diversos bens em Petrópolis foram iniciados no fim da década de 1970, a partir de um projeto de revisão da legislação urbanística municipal. Coordenado pelo então órgão de planejamento metropolitano do Estado, Fundrem, participaram conjuntamente desses estudos o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura Municipal.

Os resultados desdobraram-se em um trabalho técnico de elaboração de um inventário dos bens arquitetônicos e em medidas de proteção ao patrimônio ambiental urbano de Petrópolis. O tombamento definitivo efetivado pelo Estado em 1998 é mais uma etapa alcançada nesse processo. Tem singular extensão e diversidade de ambientes, contabilizando dezoito conjuntos localizados no primeiro distrito, que, por suas características urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas, foram reconhecidos como de interesse para a sua preservação. Integram o tombamento diversas ruas com suas arquiteturas peculiares e respectivas encostas com suas coberturas vegetais, constando da listagem mais de trezentos imóveis efetivamente protegidos pela legislação estadual.

A seguir, apresentamos o Projeto de urbanização de Petrópolis criado pelo major e engenheiro Júlio Frederico Koeler de 1846 citado anteriormente como ilustração.

Planta da Vila Imperial de Petrópolis, RJ,

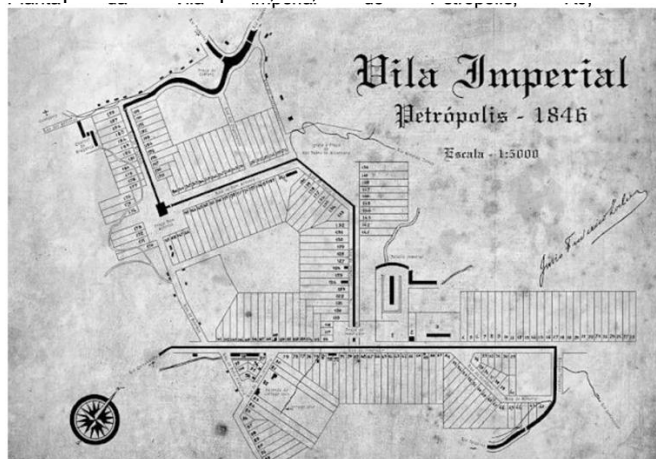


Figura 2: Brasil - Koeler - 1846 – CIP Sobre: 1846 , Brasil , CIP , Koeler , Petrópolis , Planta , Urbanismo , XIX Localização: Petrópolis - RJ, Brasil. Figura 2 Planta da "Vila Imperial de Petrópolis -1846" (1 Possivelmente do acervo da Companhia Imobiliária de Petrópolis. Assinado pelo Major Engenheiro Júlio Frederico Koeler.

Segundo o último Censo do IBGE (2022), a cidade de Petrópolis tem uma área territorial que soma 791.144 km², com uma população de 278.881 habitantes, com uma densidade demográfica de 352,50 habitantes por km quadrado, a escolarização de 6 a 14 anos de 97,4 e o IDHM de 0,745%, e um clima tropical de altitude muito propício a grandes volumes de chuvas nos períodos mais quentes do ano.

Segundo o Portal G1/Globo 2023, de acordo com o Censo de 2022, houve uma queda populacional de – 5,71% em comparação com o Censo de

2010. Ainda de acordo com o G1/Globo, no ranking de população dos municípios, Petrópolis está na 9ª colocação no Estado do Rio de Janeiro.

Com o crescimento populacional da Cidade a partir das décadas de 1960 a 1980, muitos moradores construíram suas casas e outras habitações em áreas muito próximas a encostas de morros e de montanhas e perto de rios, nas chamadas áreas de risco. A falta de planejamento habitacional, o déficit habitacional e a falta de fiscalização do poder público municipal e estadual fez com que grandes áreas verdes perto de morros e de montanhas fossem transformadas em bairros e em comunidades sem infraestrutura básica de moradia.



Foto 1: O Diário de Petrópolis, 03 de jan. 2025. Foto 1 Aglio.

De acordo com o Diário de Petrópolis, Cidade, o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ) apresentou, no fim de novembro, ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o mais abrangente mapeamento de risco geológico já realizado em Petrópolis. A apresentação foi acompanhada pelo prefeito eleito Hingo Hammes e pelo vice-prefeito eleito, Albano Filho (Baninho).

O estudo faz parte das ações de prevenção às mudanças climáticas do Governo do Estado e será integrado às ações do programa Serra Resiliente. Os locais mais críticos são: o bairro Independência, colado à descida da serra; e o Morro da Oficina, no Alto da Serra, considerado um dos pontos de maior perigo da cidade. Só no Morro da Oficina, mais de mil moradores vivem sob risco iminente. Em seguida, está o Centro de Petrópolis, que aparece em terceiro lugar no mapeamento, com mais de mil pessoas vivendo em condições de risco alto e muito alto. Outros bairros críticos incluem São Sebastião, Retiro, Vila Felipe, Quitandinha, Vale do Cuiabá, Madame Machado, Bataillard e Posse. Ao todo, são mais de 17 mil petropolitanos vivendo em locais de risco alto e muito alto de deslizamentos de terra.

A promotora de Justiça, Zilda Januzzi, titular da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva de Petrópolis, ressaltou a importância do estudo para a gestão de riscos no município. "Esperamos que este mapeamento seja um instrumento para transformar a realidade social na cidade, orientando ações concretas do poder público. Petrópolis foi escolhida como cidade piloto do programa Serrana Resiliente, e este levantamento nos dá boas perspectivas para o futuro" afirmou a promotora. Para o presidente do DRM-R.J Luiz Cláudio Almeida Madalhães o estudo é o maior do gênero já realizado, não apenas no Brasil, mas no mundo. "Combinamos análises técnicas detalhadas e tecnologia de ponta, o que permitiu identificar áreas críticas e propor soluções efetivas para mitigação de riscos", explicou o presidente. Ao todo foram realizadas visitas técnicas em 548 microbacias em toda cidade, num total de mais de 15 mil pontos avaliados pela equipe técnica. Todos os pontos foram vistoriados pelo menos duas vezes.

"As mudanças climáticas são uma realidade e é prioridade do governador Cláudio Castro e minha também, preparar as cidades, mitigar os impactos dos eventos severos na vida das pessoas. Este estudo detalhado da cidade após a tragédia de 2022 é um importante instrumento para orientar as ações", resalta o secretário do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi, que coordena os trabalhos da equipe responsável pelo Plano de Contingência para as chuvas no estado. O estudo está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), mais especificamente no que se refere a ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que prevê a redução de impactos ambientais.

Questionada sobre quando serão implantadas ações e planos de contenção nas localidades, a Defesa Civil de Petrópolis informou que "o documento está em análise pelos técnicos da secretaria, que avaliam as informações para subsidiar as ações de prevenção e mitigação de riscos no município". (Diário de Petrópolis, Cidade, edição: sexta-feira, 03 de janeiro de 2025).

Durante os últimos sessenta anos, aconteceram algumas tragédias relacionadas com as fortes chuvas em Petrópolis na região serrana do Rio de Janeiro. Entre elas, podemos destacar as chuvas de 1966, 1981, 1988 (esta última com 134 mortos segundo a Prefeitura Municipal), sendo considerada a pior tragédia até o final da década de 1980.

Segundo Plácido (2010), segundo fontes da Defesa Civil de Petrópolis, a média pluviométrica anual varia em torno de 2200 milímetros e se concentra no período do verão que se estende de outubro a março.

Em 1988, 171 pessoas morreram vítimas de uma tempestade que assolou Petrópolis segundo dados da Defesa Civil. Sobre a catástrofe em 1988, O Jornal do Brasil de fevereiro de 1988 publicou que barreiras caíram em pelo menos 500 ruas, e o acesso a Petrópolis pela BR-040 ficou bloqueado em ambos os sentidos. (<http://contee.org.br>).

A seguir, o presente trabalho mostra algumas fotos jornalísticas da tragédia das chuvas em Petrópolis em 1988 para fins de comparação e de ilustração.



Foto 2: Tragédia em Petrópolis: Maria Ismênia é salva após 42 horas em 1988. Foto de Guilherme Pinto/Agência O Globo.



Foto3: Caminhão foi engolido por cratera na Rua Souza Franco no Centro de Petrópolis fev.1988 Foto Guilherme Pinto/Agência Globo– 06/02/1988.



Foto 4: Tragédia das chuvas em Petrópolis: rua destruída por chuva e deslizamentos em 1988. Foto de Otávio Magalhães/Agência O Globo.



Foto 5: Trecho da estrada Rio-Petrópolis fechado por desabamento que quase levou dois veículos. Foto Luis Pinto/Agência O Globo.



Foto 6: Temporal de 1988 também deixou o município debaixo d'água. Foto: acervo TV.Globo.

O dia 15 de fevereiro e o dia 20 de março de 2022 foram marcados por dois fortes temporais que caíram sobre a Cidade, causando uma tragédia climática em decorrência do grande volume pluviométrico, isto é, em torno de 200 milímetros em período de mais de três horas de chuva. O bairro do Alto da Serra foi o epicentro da tragédia, sendo um dos mais atingidos e um grande deslizamento de terras ocorreu no Morro da Oficina, soterrando dezenas de imóveis localizados na região, além de danificar dezenas de imóveis próximos a Rua Teresa, um conhecido polo comercial de roupas, e do transbordamento dos rios Quitandinha e do Piabanha na região central de Petrópolis, além de outras localidades atingidas por enchentes.



Foto 7: Deslizamento no Morro da Oficina no Alto da Serra em Petrópolis, (CNN Brasil, 16 fev. de 2022).

Em seis horas choveu 260 milímetros de chuva, o acumulado foi maior do que o esperado para o todo o mês de fevereiro de 2022. O acúmulo de lama e de lixo foram arrastados pelas águas e vários pontos do Centro da

Cidade ficaram com as vias obstruídas e aulas na rede pública foram suspensas (CNN BRASIL, 16 fev. 2022).



Foto 8: Carro preso em enchente em Petrópolis. Ricardo Moraes/Reuters (16 fev. 2022).



Foto 9: As chuvas trouxeram um cenário de guerra em Petrópolis. 16 fev. 2022 Sílvia Izquierdo AP/Picture Alliance.



Foto 10 Silva Izquierdo/APP/Photo Picture Alliance. 16 fev. 2022.



Foto 11 - Homem tenta abrir a porta do que sobrou de sua casa no Morro da Oficina em Petrópolis. 17 de fev.de 2022./ Foto Marcos Serra Lima/g1.

Segundo Peixoto (2022), e o G1/Globo (2022), os rios de Petrópolis foram 'estrangulados', isto é, perderam ilhas fluviais e até 56% da sua cobertura vegetal, aponta estudo, pois segundo as conclusões dos pesquisadores da UFRJ, as bacias hidrográficas dos rios Quitandinha, Palatino e Piabanha sofreram profundas modificações nos últimos 170 anos. Os dados são de um estudo de 2019, feito por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre os rios Quitandinha, Palatino e Piabanha.

Mudanças, contudo, são apenas, um dos fatores que explicam o evento pluviométrico extremo ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2022. Somente no rio Quitandinha, cujas águas subiram sete metros na última terça-feira (dia 15 de fevereiro de 2022) chegando a arrastar dois ônibus para o seu leito, a estimativa é que a largura máxima da margem perdeu cerca de 20 metros desde meados do século XIX.

Segundo Fernandes (2020), hoje o rio tem extensões que não passam de 5 metros de largura, ou seja, toda essa malha fluvial foi descaracterizada, o rio foi estrangulado, por isso ele tem menos local pra acomodar água, explica o autor do estudo.

Essas mudanças, contudo, são apenas, um dos fatores que explicam a tragédia do último dia 15 de fevereiro de 2022, um problema com raízes ambientais e sociais históricas. Especialistas ouvidos pelo G1/Globo ressaltam que, com as mudanças climáticas, e com eventos extremos como o de Petrópolis serão cada vez mais recorrentes, mas que a ciência continua produzindo informações fundamentais para que o poder público se posicione o mais rápido possível.

Segundo o estudo, ao longo do último século, diversos trechos dos rios foram encurtados e suprimidos para a construção de edificações e passagem de ruas.

Os pesquisadores conseguiram chegar a essa conclusão porque Petrópolis é um município que teve um planejamento urbano estabelecido por um decreto imperial, dessa forma, documentos cartográficos históricos puderam ser analisados e comparados com registros.

O primeiro trecho margeia a Rua Washington Luiz e fica a 500 metros de onde os dois coletivos foram arrastados. Em 1846, o rio Quitandinha chegava a ter mais de 25 metros de largura nesse ponto. Na comparação com a mensuração de 1999 (data da base cartográfica mais recente analisada pelos pesquisadores), não chega a 8 metros de largura.

Já para o segundo trecho, próximo à Rua Coronel Veiga, o destaque é o tamanho da supressão da largura. No século XIX, com sua ilha fluvial, o rio Quitandinha tinha mais 33 metros nesse local. Hoje, conta com menos de 5 metros. Uma diminuição de 28 metros.

A largura de um rio influencia diretamente a quantidade de água que por ele escorre. Se você tem um rio mais largo, ele comporta mais água. Além disso, o pesquisador resalta que a cobertura vegetal exerce a função de interceptação da água: o fluxo da chuva vai permeando lentamente o solo das árvores até chegar ao leito do rio. A resposta da chuva num ambiente de vegetação é bem mais lenta do que num ambiente impermeável, de concreto (FERNANDES, 2020).

Segundo Carlos Ritll, ambientalista e especialista em políticas públicas da Rainforest Foundation da Noruega, que não teve relação com o estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essa modificação do leito do rio e a retirada da vegetação em áreas que deveriam ser preservadas revela não somente o “déficit enorme” de habitação no Brasil, mas também a danosa política de ocupação industrial desses locais.

O especialista lembra que, já em 2011, um relatório do Ministério do Meio Ambiente sobre as enchentes que atingiram a região Serrana do Rio naquele ano atentava para esse fato.

Ainda de acordo com Ritll, o estudo concluía que, se as Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo dos rios da região estivessem

livres para passagem d'água, bem como, se as áreas com elevada inclinação e os topos de morros, montes, montanhas e serras estivessem livres da ocupação e intervenções inadequadas, como determina o Código Florestal, os efeitos da chuva teriam sido significativamente menores (RITLL, 2020).

Atualmente, o Código Florestal estabelece uma faixa entre 30 e 500 metros para as APPs ao longo dos rios. O valor é proporcional à largura do curso d'água: quanto menor o índice, menor a faixa da APP.

Rittl ressalta ainda que outro fator preocupante é que a Lei 14.285/2021 afrouxou ainda mais o Código Florestal, permitindo às câmaras municipais decidirem sobre a legalização de ocupações irregulares nas (APPs) às margens de rios que cortam cidades. A gente não aprendeu nada, continuamos nesse ciclo vicioso de ocupação de novas áreas e legalização de ocupações irregulares.

Ainda de acordo com Fernandes (2020), embora a Planta Koeler (1846) possa ter variações quanto às reais medidas da época, por ser um mapa ordenado sem as tecnologias de precisão de hoje disponíveis, o documento não pode ser descartado devido às “diferenças significativas” entre as larguras dos rios. O pesquisador ainda explica que, em 1846, a planta determinava como seriam dispostos vias e logradouros do município, estabelecia suas principais edificações, como o Palácio Imperial, atual Museu Imperial, e já levava em conta problemas ambientais, pois construções no topo de morros foram proibidas na época.

Comparando as Planta Koeler com os registros mais atuais, no trecho do rio Palatino próximo a Rua Teresa, também é possível notar a supressão de ilhas fluviais e, consequentemente, a diminuição da largura do rio.

Segundo Fernandes (2020), a mesma coisa acontece com esse trecho do Rio Piabanha no Bingen. Se em 1846 o rio tinha uma largura aproximada de até 20 metros nesse ponto, em 1999 os trechos chegam há no máximo 5 metros.

O estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) investigou ainda o quanto a paisagem ao longo das bacias dos três rios foi alterada com a construção de edificações. Segundo a análise, o Rio Quitandinha, que mais perdeu sinuosidade, teve o maior nível de mudança na sua cobertura vegetal: uma redução de 56%. Em seguida, temos o Palatino, com 34% de mudança na paisagem e, por último, o Piabanha, com 31%.

Os pesquisadores identificaram ainda que, no período de 2011 a 2018, as inundações que atingiram Petrópolis se concentraram principalmente na bacia com menor área vegetada, a do rio Quitandinha (93% das ocorrências), seguida do rio Palatino (6%) e do Rio Piabanha (1%). Os dados levam em conta estações pluviométricas localizadas nos rios. Apesar disso, os especialistas são cautelosos e ressaltam que esse não é o único fator que explica a dinâmica das inundações.

Outros elementos constituintes da paisagem e que tem relação com as inundações não foram abordados, mas a análise em pauta já sugere

fortemente a correlação, destacam no artigo. Para o ambientalista Carlos Rittl, o caso de Petrópolis não é isolado. São Paulo, por exemplo, também teve o leito de seus principais rios desviados, e, por isso, na temporada de chuvas intensas, a metrópole também sofre com as consequências ambientais e sociais desses problemas (RITLL, 2020).

Rittl, contudo, destaca que o Brasil tem a capacidade técnica-científica de mapear áreas de risco, tais como essas demonstradas na pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e assim reverter às consequências de problemas do tipo.

O pesquisador ressalta que para isso é preciso uma coordenação do poder público, com a implementação de políticas de habitação e preservação de áreas protegidas, para que tragédias como a de Petrópolis não voltem a se repetir diante de um cenário de mudanças climáticas, no qual “tudo isso vai ficar mais grave” aponta o pesquisador.

Por fim, o presente trabalho conclui que mais de um ano e alguns meses após as tragédias com as chuvas no começo do Ano de 2022, com 241 mortos, poucas obras significativas foram feitas na cidade de Petrópolis, ou seja, a Prefeitura enfatizou as obras nas regiões centrais e turísticas, como por exemplo, a reforma do Palácio de Cristal para grandes eventos como a Bauernfest, a Festa do Colono Alemão de 2022, enquanto que nos bairros mais atingidos e periféricos do Município, muitos moradores que vivem em áreas de risco, ainda convivem com o risco de desabamentos de suas casas.

Segundo o Giro Serra Petrópolis, no final do ano de 2022, a Justiça Estadual do Rio de Janeiro determinou o bloqueio de R\$ 2 bilhões do estado para custear as obras de prevenção em Petrópolis. A ordem ocorre depois do Poder Judiciário constatar que muito pouco foi feito pela Prefeitura de Petrópolis desde as tragédias de fevereiro e de março de 2022.

A Prefeitura de Petrópolis há aproximadamente um mês, publicou através do Diário Oficial, a autorização que permite que moradores de áreas que anteriormente estavam interditadas, retornassem para seus imóveis. Na época, foi alegado pelo Órgão Municipal que às interdições nessas residências específicas, foram realizadas “em caráter apenas preventivo”. Apesar disso, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro cobrou o laudo técnico para comprovar que as áreas que foram novamente habitadas estão de fato seguras.

Finalizando, durante a primavera e o verão de 2022/2023 ocorreram algumas chuvas fortes causando o transbordamento dos Rios Quitandinha, do Rio Palatinato e do Rio Piabanha, e, novamente, ocorreram enchentes no Centro da Cidade, em alguns bairros, mostrando que a situação ainda é bem complicada com relação às enchentes e desmoronamento de terras nas encostas. Felizmente, não ocorreram deslizamentos com vítimas. E de acordo com a Tribuna de Petrópolis (2023), E foi batido o martelo sobre a demolição do que restou dos 134 imóveis atingidos pela chuva de 2022. A licitação que previa gastos de quase R\$ 5 milhões saiu por menos, isto é, a Empresa Petrovias vai fazer o serviço por R\$ 3,4 milhões. O prazo é de 90

dias para demolir o que restou de casas e pequenos comércios nos bairros. A previsão é de que em junho, ou seja, 16 meses após a tragédia das chuvas a demolição seja concluída.

Finalizando, de acordo com Gabriel (2023), um ano e meio da maior tragédia das chuvas de Petrópolis, entre as datas de 15 de fevereiro de 2022 a 15 de agosto de 2023, 546 dias se separam. Os três exemplos que ainda não receberam as obras necessárias são: a Servidão Frei Leão, um dos locais mais atingidos em 15 de fevereiro de 2022, ou seja, 93 mortes e 54 residências destruídas, a Vila Vasconcelos, no Sargento Boening, nenhum projeto após a tragédia e na Rua Romeu Sutter, nada foi feito segundo moradores. De acordo com a Prefeitura de Petrópolis, 167 obras de grande e médio porte foram necessárias desde 2022. Entre elas, 88 foram concluídas. 53 em andamento e 26 ainda em fase de licitação.

A Defesa Civil do Município de Petrópolis contabilizou nove registros de ocorrências pelas chuvas em 04 de janeiro de 2024.

Entre elas podemos citar: três registros de ocorrência de avaliação de risco geológico em blocos rochosos na Posse, um registro de ocorrência de infiltração no Caxambu, dois registros de ocorrência de deslizamentos atingindo a via nos bairros Retiro e em Araras e um registro de ocorrência de deslizamento atingindo imóvel no Quarteirão Brasileiro.

Ainda de acordo com a Defesa Civil do Município, os maiores acumulados de chuvas nas últimas 24 horas foram: 107,3mm no Vale do Cuiabá 2 (CEMADEN BR), 78,8mm na Posse (INEA), 77,3mm em Araras (CEMADEN BR), 72,1mm no Vale do Cuiabá (CEMADEN BR), e 70,1 mm na Vila Rica (CEMADEN BR). (Diário de Petrópolis online, 05 jan. 2024).

Segundo o Diário de Petrópolis, Cidade, (2024), há dois anos Petrópolis vivia a pior tragédia natural da história da cidade. A enorme chuva que caiu no meio da tarde de 15 de fevereiro de 2022, deixou um rastro de destruição e vitimou 235 pessoas e esse número aumentou um mês depois com mais um temporal que provocou outras sete mortes. O volume d'água foi enorme e mostrou que a Cidade não estava preparada para aquela chuva. A Prefeitura de Petrópolis informou que listou 192 obras de grande e médio porte para executar desde 2022. Dessas, 115 já estão concluídas, 51 estão em andamento e 26 estão em fase de licitação. Foram feitas sete contenções em diferentes trechos da Av. Barão do Rio Branco, quatro na Av. General Magalhães no Morin, três na Av. Coronel Veiga, três na Rua Bingen e uma na Rua Saldanha Marinho, ligações das Duas Pontes com a Castelânea e o Alto da Serra. A Prefeitura destaca ainda que essas obras foram feitas logo após a chuva para permitir a circulação normal em alguns dos principais corredores da cidade. Finalizando ainda, em 22 de março de 2024, outro temporal desabou sobre Petrópolis, causando mais uma tragédia, isto é, inundações no Centro Histórico, com o transbordamento - dos Rios Quitandinha e do Rio Piabanha. Segundo o Diário de Petrópolis de 25 de março de 2024, a chuva no fim de semana, entre os dias 22 a 24, de março deixou quatro mortos da mesma família. Petrópolis viveu mais uma tragédia

de menores proporções por causa das chuvas, quatro pessoas da mesma família morreram em um deslizamento de um prédio no bairro Independência na sexta-feira 22 de março de 2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei número 14.285 de 29 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano para dispor sobre áreas de preservação permanente no entorno dos cursos d'água em áreas urbanas consolidadas. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivel_03/Ato2019-2022/2021/Lei/14285.html. Acesso em: 30 dez. 2021. CONTEE. Com 171 mortos, tragédia iguala a maior já registrada na história do município. <http://contee.org.br/com-171mortos-tragedia-em-petropolis-igual-a-maior-j-registrada-na-historia-do-municipio/> Acesso em: 12 set. 2024.

CHUVAS em Petrópolis. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/nacional/mortes-chuvas-em-petropolis. Acesso em: 16 fev. 2022.

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS. Cidade. Maior tragédia natural da história de Petrópolis completa dois anos. Disponível em: www.diariodepetropolis.com.br. Acesso em: 15 fev. 2024.

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS. Disponível em: www.diariodepetropolis.com.br. Acesso em: 05 jan. 2024.

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS. Chuva no fim de semana deixa quatro mortos da mesma família. www.diariodepetropolis.com.br. Acesso em: 25 março 2024.

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS. Cidade. Mapeamento geológico aponta 10 bairros de Petrópolis com risco elevado de deslizamento de terra. Disponível em: www.diariodepetropolis.com.br/integra/mapeamento-geologico-aponta-10-bairros-de-petropolis-com-risco-elevado-de-deslizamento-de-terra. Acesso em: 03 jan. 2025.

G1/GLOBO. População de Petrópolis é de 278.881 pessoas, aponta Censo do IBGE. Disponível em: <https://g1globo.com/rj/regiaooserrana/noticia/2023/06/28/populacao-em-petropolis-rj-e-de-278881-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge-ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/petropolis.html>. Acesso em 28 jun. 2023.

FERNANDES, Manoel do Couto; LIMA, Úrsula Borges dos Santos; SANTOS, Kairo da Silva. Cartografia histórica e sig na análise das modificações da paisagem: cursos d'água na área gênese da cidade de Petrópolis. [S.L], n. 17jul.dez.2020. Disponível em:

<https://www.revistacontinente.com.br/index.php/article/view/310>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Diretoria do Planejamento Metropolitano. Projeto Petrópolis: planejamento e preservação. Rio de Janeiro, 1982. Pag. 25.

GABRIEL, Enzo. Um ano e meio da maior tragédia das chuvas: locais atingidos aguardando obras. A Tribuna de Petrópolis, Petrópolis, agosto de 2023. Disponível em: <http://tribuna-de-petropolis-com.br/noticias-um-ano-e-meio-da-tragedia-das-chuvas-locais-atingidos-seguem-aguardando-por-obras>. Acesso em: 15 ago. 2023. PEIXOTO, Carlos. Portal G1 Globo Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/322/rios-de-petropolis-estrangulados-perda-cobertura-vegetal-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Documento Orientador Curricular. Petrópolis, RJ: Secretaria Municipal de Educação, 2020. Disponível em: www.prefeitura.petropolis.rj.gov.br/documento_orientador_curricularPrefeituradePetropolis.pdf. Acesso em: 23 dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Instituto Municipal de Cultura, 2020. Disponível em: www.petropolis.rj.gov.br/imc Acesso em: 2021. PORTAL GIRO. Justiça bloqueia verba de R\$ 2 bi do estado que seria destinada para Petrópolis. Disponível em: www.portalgiro.com/justica-bloqueia-verba-de-r-2-bi-do-estado-que-seria-destinada-para-petropolis. Acesso em: 06 dez. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Instituto Estadual do Patrimônio Histórico (INEPAC). Petrópolis descrição. Disponível em: www.inepac.rj.gov.br/index. Acesso em: 20 out. 2021.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS. Natal Imperial. Disponível em: www.tribunadepetropolis.com.br/noticias/natal-imperial-tres-meses-depois-e-nada-concluido/ Acesso em: 14 mar. 2023.

CAPÍTULO 10

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A RESERVA DO POSSÍVEL

Fábio Henrique Curan

Doutorando em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP).

Marisa Sandra Luccas

Doutoranda em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP).

INTRODUÇÃO

A análise das políticas públicas e sua relação com a proteção dos direitos fundamentais é um campo de estudo que ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente no contexto das sociedades contemporâneas, que enfrentam desafios significativos em termos de justiça social e equidade. O princípio da isonomia, que preconiza a igualdade de tratamento e a não discriminação, emerge como um pilar fundamental para a construção de um Estado democrático que respeite e proteja os direitos de todos os cidadãos. Por outro lado, o conceito de reserva do possível, que limita a efetivação de direitos à capacidade orçamentária do Estado, traz à tona um debate importante sobre as tensões entre a universalidade dos direitos e as restrições financeiras enfrentadas pelas instituições públicas (De Arruda Mauro, 2018).

Justifica-se a relevância deste estudo pela necessidade de se aprofundar na compreensão das intersecções entre a isonomia e a reserva do possível, especialmente em um cenário em que as desigualdades sociais se acentuam e a efetivação dos direitos fundamentais se torna um desafio cada vez mais complexo. As políticas públicas, enquanto ferramentas essenciais para a concretização desses direitos, devem ser analisadas à luz dessas duas perspectivas, buscando identificar não apenas as limitações impostas pela reserva do possível, mas também as possibilidades de superação de barreiras que ainda persistem na promoção da igualdade e da justiça social.

Os objetivos deste estudo estão estruturados de forma a proporcionar uma análise abrangente da intersecção entre políticas públicas e a proteção dos direitos fundamentais, enfocando os princípios da isonomia e da reserva

do possível. O objetivo geral da pesquisa é investigar como as políticas públicas, fundamentadas na Constituição da República, podem efetivar os direitos fundamentais, assegurando a igualdade de tratamento e a inclusão social. Para isso, os objetivos específicos foram delineados conforme os capítulos da pesquisa: primeiro objetivo específico é examinar as diretrizes constitucionais que fundamentam as políticas públicas e seu papel na promoção dos direitos sociais; o segundo objetivo é analisar a proteção dos direitos fundamentais no contexto jurídico brasileiro, destacando os mecanismos disponíveis para sua efetivação; e, por fim, o terceiro objetivo específico é discutir a relação entre o princípio da isonomia e a reserva do possível, explorando como essas diretrizes impactam a formulação e a implementação das políticas públicas em um cenário de limitações orçamentárias. Essa abordagem sistemática permitirá não apenas compreender os desafios enfrentados, mas também identificar caminhos para uma efetivação mais equitativa dos direitos fundamentais na sociedade.

A metodologia adotada para este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, que se fundamentará em publicações literárias que possam fundamentar as questões expostas e a análise das legislações e normas constitucionais referentes à temática. Este estudo visa, portanto, não apenas mapear os desafios existentes, mas também oferecer um conjunto de recomendações que possam informar a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas, em consonância com os princípios da isonomia e a necessidade de respeitar as condições reais do Estado.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

As políticas públicas constituem-se em um elemento central da dinâmica governamental, desempenhando um papel fundamental na efetivação dos direitos consagrados na Constituição da República. A estrutura normativa brasileira, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um arcabouço jurídico que não apenas legitima a atuação do Estado, mas também impõe a responsabilidade de promover a justiça social e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse contexto, as políticas públicas emergem como ferramentas essenciais que traduzem os princípios constitucionais em ações concretas, visando atender às necessidades da população e promover o bem-estar social (De Arruda Mauro, 2018).

O processo de elaboração de políticas públicas deve, portanto, ser compreendido à luz dos valores e direitos previstos na Constituição. A integridade da ordem constitucional impõe que as políticas adotadas pelo Estado respeitem os direitos humanos, assegurando que a igualdade, a liberdade e a dignidade sejam sempre respeitadas e promovidas. Dessa forma, a Constituição não se limita a ser um documento jurídico; ela

representa, antes, um pacto social que orienta a atuação do Estado na busca por um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Assim, o compromisso do Estado com a proteção e promoção dos direitos fundamentais se traduz em ações que visam eliminar as desigualdades e garantir a todos os cidadãos condições dignas de vida (Andrade, 2019).

As diretrizes constitucionais, em sua essência, contemplam uma vasta gama de direitos, que variam desde os direitos civis e políticos até os direitos sociais, econômicos e culturais. Esta abrangência revela a preocupação do legislador constituinte em estabelecer uma sociedade mais justa, onde todos os indivíduos possam usufruir de suas garantias de maneira plena. Contudo, a realização desse ideal não se dá de forma automática; requer um planejamento meticuloso e a implementação de políticas públicas que sejam efetivas e que considerem as particularidades regionais e sociais do Brasil. A diversidade sociocultural e econômica do país impõe desafios adicionais, exigindo que as políticas sejam adaptáveis e sensíveis às especificidades de cada contexto (Borges; Borges, 2021).

O papel das políticas públicas na concretização dos direitos fundamentais é particularmente evidente nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nesses setores, a interação entre a Constituição e as políticas públicas deve ser contínua e recíproca, garantindo que as iniciativas implementadas estejam em consonância com os princípios constitucionais. Por exemplo, o direito à saúde, garantido pelo artigo 196 da Constituição, estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Assim, as políticas públicas na área da saúde devem ser concebidas e executadas de forma a assegurar a universalidade e a integralidade do atendimento, promovendo não apenas o acesso, mas também a qualidade dos serviços prestados (Bucci; Souza, 2022).

Nesse mesmo sentido, Andrade (2019, p. 303) adiciona:

As políticas públicas assumiram, ao longo do tempo, importância cada vez mais expressiva no desenvolvimento do Estado e na vida dos indivíduos, envolvendo ao mesmo tempo a ação governamental e o processo jurídico-institucional de construção da decisão política. Trata-se de ações que buscam assegurar direitos de cidadania, consagrados nas Constituições modernas ou que se afirmam em razão do reconhecimento da sociedade e dos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas e comunidades. Nesse sentido, enquanto ramo da ciência política, o campo das políticas públicas preocupa-se em compreender como e por que os governos optam por determinadas ações. Assim, as políticas públicas

traduzem-se em conjuntos de ações, programas e decisões do poder público, com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados, visando assegurar ou promover determinado direito social, assegurado constitucionalmente

Entretanto, a realização desse ideal enfrenta obstáculos significativos, especialmente no que se refere à alocação de recursos financeiros e à gestão eficiente das políticas. A chamada "reserva do possível" torna-se um conceito-chave nesse cenário, ao delimitar as possibilidades de implementação de políticas públicas de acordo com as restrições orçamentárias do Estado. Essa abordagem, embora legítima, não deve servir como justificativa para a inefetividade das políticas públicas, tampouco para a exclusão de grupos vulneráveis. Ao contrário, é fundamental que se busquem soluções inovadoras que conciliem a disponibilidade de recursos com a imperiosa necessidade de garantir direitos, evitando a perpetuação das desigualdades e promovendo a equidade (Friedrich; Leite; Souza Graff, 2023).

Além disso, a participação da sociedade civil na formulação e na avaliação das políticas públicas é um aspecto que não pode ser negligenciado. A Constituição brasileira assegura a ampla participação popular, reconhecendo a importância da cidadania ativa no processo democrático. As políticas públicas que são moldadas a partir das demandas e das realidades vividas pela população tendem a ser mais eficazes e adequadas, refletindo as necessidades reais da sociedade. Portanto, a construção de canais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil é imperativa para a implementação de políticas que respeitem e promovam os direitos fundamentais, permitindo que todos os cidadãos se sintam parte do processo de decisão e que suas vozes sejam ouvidas (Andrade, 2019).

Desta feita, as políticas públicas, quando elaboradas e implementadas em conformidade com a Constituição da República, têm o potencial de transformar a realidade social e de garantir a proteção dos direitos fundamentais. A interação entre o arcabouço jurídico e a prática das políticas deve ser contínua e comprometida com os princípios da justiça social e da igualdade. Nesse sentido, é imprescindível que o Estado atue de forma proativa, buscando superar as limitações impostas pela reserva do possível e garantindo a efetivação dos direitos de todos os cidadãos. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária é, portanto, um desafio que exige não apenas a vontade política, mas também um comprometimento efetivo com os valores constitucionais que norteiam a nossa democracia.

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A proteção dos direitos fundamentais constitui um dos pilares da ordem democrática e um imperativo ético que permeia a atuação do Estado. Em um contexto global marcado por desigualdades sociais, violações de direitos humanos e crises políticas, o reconhecimento e a efetivação desses direitos emergem como questões centrais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Os direitos fundamentais, ao serem consagrados em constituições e tratados internacionais, não apenas delimitam as esferas de proteção individual e coletiva, mas também estabelecem a responsabilidade do Estado em garantir condições para que todos os cidadãos possam usufruir de suas liberdades e garantias (Bucci; Souza, 2022).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa um marco significativo na proteção dos direitos fundamentais. A Carta Magna, ao incorporar uma vasta gama de direitos, que vão desde os direitos civis e políticos até os direitos sociais, econômicos e culturais, reflete a intenção do legislador constituinte em construir uma sociedade que promova a dignidade humana e a igualdade de oportunidades. Os direitos fundamentais, nesse sentido, devem ser compreendidos não apenas como garantias individuais, mas como elementos essenciais para a promoção do bem-estar coletivo e a realização da justiça social (Andrade, 2009).

A natureza dos direitos fundamentais é intrinsecamente interdependente, ou seja, a violação de um direito pode implicar na inefetividade de outros. Por exemplo, a proteção ao direito à educação não pode ser dissociada do direito à saúde e à alimentação. A interação entre esses direitos exige que as políticas públicas sejam formuladas de maneira integrada, assegurando que as necessidades básicas dos indivíduos sejam atendidas de forma holisticamente. Assim, a efetivação dos direitos fundamentais requer uma abordagem multidimensional, que reconheça a complexidade das realidades sociais e a diversidade de experiências vividas pelos cidadãos (Maués, 2009).

Entretanto, a proteção dos direitos fundamentais não se limita à esfera legislativa; sua implementação e efetividade dependem de uma série de fatores, que incluem a atuação do Poder Judiciário, a fiscalização dos órgãos de controle e a participação da sociedade civil. O sistema jurídico brasileiro, ao conferir um papel ativo ao Poder Judiciário na defesa dos direitos fundamentais, possibilita que indivíduos e grupos vulneráveis busquem a reparação de suas violações por meio de ações judiciais. A atuação do Judiciário, ao interpretar a Constituição de maneira a promover os direitos fundamentais, é fundamental para garantir a justiça e a equidade em um contexto onde as desigualdades persistem (Dias, 2006; Sarlet, 2020).

Também se deve mencionar que a educação para os direitos humanos emerge, ademais, como um componente indispensável na proteção dos direitos fundamentais. A promoção de uma cultura de respeito e compreensão em relação aos direitos humanos deve ser implementada nas escolas e nas comunidades, a fim de criar cidadãos críticos e engajados, capazes de reconhecer e defender seus direitos e os direitos dos outros. Essa formação deve ser contínua, abrangendo não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a promoção de valores como empatia, solidariedade e respeito à diversidade (Garcia, 2016).

Por fim, é imperativo que a proteção dos direitos fundamentais seja encarada como uma responsabilidade coletiva, envolvendo não apenas o Estado, mas também a sociedade civil e as instituições. A construção de uma sociedade que respeite e promova os direitos de todos exige um comprometimento conjunto, onde cada cidadão, cada instituição e cada governo desempenhe seu papel na defesa da dignidade humana. Somente por meio desse esforço coletivo será possível avançar na construção de uma sociedade verdadeiramente justa, na qual os direitos fundamentais sejam não apenas proclamados, mas efetivamente garantidos e respeitados.

O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A RESERVA DO POSSÍVEL

O princípio da isonomia, ou igualdade, configura-se como um dos fundamentos basilares do Estado democrático de direito, sendo uma das diretrizes essenciais para a promoção da justiça social e da equidade. A consagração desse princípio na Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que implica em um compromisso do Estado em assegurar condições equitativas para todos os indivíduos. A isonomia não se limita à mera formalidade legal; ela deve ser entendida como um princípio ativo que orienta a elaboração e a implementação de políticas públicas, garantindo que os direitos fundamentais sejam efetivamente acessíveis a todos, especialmente aos grupos historicamente marginalizados e vulneráveis (Oliveira Júnior; Chagas, 2022).

A aplicação do princípio da isonomia exige uma análise crítica das desigualdades estruturais presentes na sociedade. Não se pode conceber a igualdade como um conceito meramente abstrato, desvinculado das realidades sociais, econômicas e culturais. O reconhecimento das desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, como a discriminação racial, de gênero e de classe, demanda a adoção de medidas afirmativas que busquem corrigir essas distorções e promover a inclusão social. Dessa forma, a isonomia deve ser acompanhada de uma compreensão aprofundada das

especificidades de cada grupo, possibilitando a construção de políticas que respeitem e atendam às necessidades diversas da população (Costa Bentes; Souza, 2022; Oliveira Júnior; Chagas, 2022).

Contudo, a efetivação da isonomia enfrenta desafios significativos, especialmente quando se considera a noção da reserva do possível. Este princípio, que estabelece que o Estado não está obrigado a garantir todos os direitos fundamentais de forma absoluta, mas sim dentro dos limites de sua capacidade financeira e administrativa, suscita debates complexos em torno da implementação das políticas públicas. A reserva do possível pode ser interpretada como uma justificativa para a ausência de garantias efetivas, resultando em uma precarização dos direitos sociais e em uma negação das promessas constitucionais de igualdade e dignidade (Gonçalves *et al*, 2022).

A tensão entre a isonomia e a reserva do possível levanta questões complexas sobre a responsabilidade do Estado na promoção dos direitos sociais, haja vista que a dificuldade em equilibrar as limitações orçamentárias com a necessidade de garantir direitos fundamentais exige uma perspectiva crítica sobre as prioridades estabelecidas nas políticas públicas. O Estado deve buscar soluções criativas e inovadoras que viabilizem a realização dos direitos fundamentais, mesmo diante de restrições financeiras. A implementação de estratégias que promovam a eficiência e a eficácia dos recursos públicos é fundamental para garantir que os direitos, especialmente aqueles relacionados à saúde, educação e assistência social, sejam efetivamente respeitados e cumpridos (Vitória *et al*, 2022; De Arruda Mauro, 2018).

Ademais, a articulação entre o princípio da isonomia e a reserva do possível também implica a necessidade de uma gestão pública transparente e participativa. A participação da sociedade civil na formulação e na avaliação das políticas públicas é imprescindível para que se possa garantir que as decisões tomadas estejam em consonância com as reais necessidades da população. Ao fomentar o diálogo entre o Estado e os cidadãos, é possível identificar as áreas prioritárias para a aplicação dos recursos, promovendo uma distribuição mais equitativa e justa dos serviços públicos (Friedrich; Leite; Souza Graff, 2023).

Nesse contexto, é importante destacar que a garantia da isonomia não deve ser vista como um mero cumprimento de formalidades legais, mas sim como um compromisso ético e político do Estado. As políticas públicas que buscam efetivar a igualdade devem ser orientadas por uma visão de justiça social, que reconheça e valorize a diversidade e a pluralidade da sociedade. A isonomia, portanto, não se resume à ausência de discriminação, mas envolve a promoção de condições concretas que permitam a todos os indivíduos exercerem plenamente seus direitos (Andrade, 2019).

Por fim, o diálogo entre a isonomia e a reserva do possível deve ser compreendido como um processo dinâmico e contínuo, que requer constante revisão e adaptação às novas realidades sociais e econômicas. A efetivação dos direitos fundamentais exige um esforço coletivo, onde o Estado, a sociedade civil e os indivíduos se unam na luta pela promoção da igualdade e pela construção de uma sociedade mais justa e solidária. Somente assim será possível avançar na superação das desigualdades e na construção de um Estado verdadeiramente democrático, em que os direitos de todos sejam respeitados e garantidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente pesquisa, foi possível observar que as políticas públicas, ao serem estruturadas com base nos preceitos da Constituição da República, revelam-se como instrumentos essenciais para a promoção dos direitos fundamentais e para a concretização da justiça social. A análise das disposições constitucionais que norteiam a criação e a implementação dessas políticas demonstra a relevância de um arcabouço jurídico robusto, capaz de garantir que os direitos sejam respeitados e efetivados na prática. Nesse contexto, a efetividade das políticas públicas não apenas se alicerça na letra da lei, mas também na capacidade do Estado de transformar as diretrizes constitucionais em ações concretas que atendam às necessidades da população.

A proteção dos direitos fundamentais, a partir das análises realizadas, emerge como um compromisso ético e jurídico que transcende a mera formalidade. A defesa desses direitos deve ser vista como um esforço contínuo, que envolve a participação ativa da sociedade civil e o engajamento de diversos atores sociais. Nesse sentido, a inter-relação entre os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais destaca a necessidade de uma abordagem integradora que permita a promoção de um ambiente social justo e igualitário. A constatação de que os direitos fundamentais são interdependentes sublinha a importância de um enfoque abrangente, que considere as especificidades de cada grupo social, garantindo que as políticas públicas alcancem de forma equânime todos os segmentos da população.

Por sua vez, o princípio da isonomia se coloca como um pilar fundamental na construção de uma sociedade democrática, desafiando o Estado a assegurar que todos os cidadãos gozem de condições equitativas de acesso aos direitos. A análise crítica da reserva do possível revela a complexidade inerente à implementação de políticas que busquem atender às demandas sociais dentro dos limites orçamentários. Assim, a busca por soluções inovadoras e eficazes que respeitem tanto a igualdade de direitos

quanto as restrições financeiras impõem-se como um imperativo na formulação de políticas públicas. A transparência e a participação social emergem como condições indispensáveis para garantir que as decisões políticas reflitam as necessidades e aspirações da população, reforçando o compromisso do Estado com a justiça social.

Neste sentido, a articulação entre os princípios constitucionais e a prática das políticas públicas revela um campo fértil para a reflexão crítica e para a construção de um futuro mais justo. A responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil na defesa dos direitos fundamentais implica um constante diálogo que deve ser alimentado por uma cultura de respeito à dignidade humana. A educação para os direitos humanos torna-se um componente essencial nesse processo, promovendo a conscientização e o engajamento dos cidadãos na luta por seus direitos e na vigilância contra eventuais retrocessos.

Por conseguinte, os resultados a efetivação dos direitos devem ser encarada como um objetivo a ser perseguido de forma coletiva, em que cada segmento da sociedade desempenha um papel ativo na construção de um Estado que represente os interesses e necessidades de todos os seus cidadãos. Somente assim será possível avançar na superação das desigualdades e na realização plena da justiça social, assegurando que os direitos fundamentais sejam respeitados, promovidos e garantidos em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fábio Martins de. As cláusulas pétreas como instrumentos de proteção dos direitos fundamentais. *Revista da informação legislativa*. Brasília a, v. 46, p. 207-226, 2009.

ANDRADE, Marcella Coelho. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988:: avanços e desafios. *CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 29, 2019.

BORGES, Raquel Silva; BORGES, Maria Célia. O ensino superior brasileiro Pós- Constituição Federal de 1988. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 34343-34362, 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. A abordagem Direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. *Sequência (Florianópolis)*, v. 43, n. 90, p. e85500, 2022.

COSTA BENTES, Handerson; SOUZA, Maria de Fátima Matos. A Educação como Um Direito Social: reserva do possível X o mínimo existencial. *E-Acadêmica*, v. 3, n. 2, p. e6132232-e6132232, 2022.

DE ARRUDA MAURO, Ricardo et al. Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas: perspectivas e desafios a partir da Constituição Federal de 1988. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS*, v. 7, n. 3, p. 489-506, 2018.

DIAS, Eduardo Rocha. Os limites às restrições de direitos fundamentais na Constituição brasileira de 1988. *Revista da Esmafe*, v. 13, p. 77-94, 2007.

FRIEDRICH, Denise Bittencourt; LEITE, Livia Maria Firmino; SOUZA GRAEFF, Gabriela. Ações Afirmativas De Gênero Na Esfera Política:: Um Breve Resgate Na História Recente do Brasil. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, v. 11, n. 1, p. 215-238, 2023.

GARCIA, Emerson. Promoção e proteção dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, v. 60, p. 119-127, 2016.

GONÇALVES, João Gualberto et al. A Reserva Do Possível Como Limite A Efetividade Dos Direitos Sociais Em Face Da Pandemia Da Covid-19. *Diálogos Possíveis*, v. 21, n. 1, 2022.

MAUÉS, Antonio Moreira. Súmula vinculante e proteção dos direitos fundamentais. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, v. 3, n. 8, p. 81-96, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Dantas; CHAGAS, Dênia Rodrigues. O Princípio Da Reserva Do Possível E As Escolhas Trágicas: O Papel Do Judiciário. *Revista de Direito & Desenvolvimento da UniCatólica*, v. 5, n. 2, p. 18-28, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. Proteção de dados pessoais como direito fundamental na constituição federal brasileira de 1988. *Direitos Fundamentais & Justiça*, 2020.

VITÓRIA, Milena Vitória da Silva Milena et al. A Reserva De Vagas Para O Sexo Feminino Em Concursos Públicos Militares Frente Ao Princípio Da Isonomia. *Revista Sociedade e Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 92-119, 2022.

Sobre a Organizadora

Prof^a MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação,

Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](https://www.instagram.com/epitaya) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 




epilaya
Editora

